

Uma publicação do



RMC, Revista Mineira de Contabilidade,
Belo Horizonte, v. 18, n. 1, Jan./Abr. de 2017
<http://revista.crcmg.org.br>
ISSN: 2446-9114 

RMC

Revista Mineira de Contabilidade
Journal of Accounting of Minas Gerais

Chácara Dona Catarina Cataguases/MG



| Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto ou indireto?

| Análise da relação entre estrutura de capital, crescimento, lucratividade e valor de mercado das companhias brasileiras de capital aberto

| Adaptação ao ambiente do ensino superior: percepção dos alunos do curso de ciências contábeis

| Auditoria na literatura internacional: conclusões para a base scopus, de 2002 a 2015

| Análise do estabelecimento de limite de crédito para produtor rural pessoa física

REVISTA MINEIRA DE CONTABILIDADE

Periodicidade quadrimestral
Volume 18, n°1, Janeiro/Fevereiro/Março/Abril de 2017

CRCMG

Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais
Rua Cláudio Manoel, 639 – Savassi - Cep 30140.105
BH/MG

– Tel: (31) 3269-8400 - E-mail: crmg@crmg.org.br

Edição: Déborah Arduini – MG 15468 JP

Redação: Maria Clara Madeira

Revisão de Língua Portuguesa: Geraldo Magela de Faria

Revisão de Língua Inglesa: Sergio Murilo Detalond

Diagramação: Onmarketing LTDA ME

Capa: Arquivo Energisa

E-mail: revista@crmg.org.br

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. As matérias desta revista podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

CORPO DIRETIVO

Presidente do CRCMG

Rogério Marques Noé, Brasil

Comitê de Política Editorial

Prof. Dr. Ilirio José Rech, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil; Prof. Dr. José Elias Feres de Almeida, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil; Prof. Dr. Josediton Alves Diniz, Universidade Federal do Paraíba (UFPB), Brasil; Prof. Dr. Manoel Raimundo Santana Farias, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil; Prof.ª Dra. Kelly Cristina Múcio Marques, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil; Prof.ª Dra. Sheizi Calheira Freitas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Editor

Prof. Dr. Gilberto José Miranda, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil

Editores Adjuntos

Prof.ª Dra. Nálbia de Araújo Santos, Departamento de Administração e Contabilidade Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil; Prof.ª Dra. Rosimeire Pimentel Gonzaga, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil; Prof.ª Dra. Edvalda Araújo Leal, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil; Prof. Msc. Oscar Lopes da Silva, Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (CEUNIH), Brasil

Corpo Editorial Científico

Prof.ª Dra. Patrícia De Souza Costa, Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis, Brasil; Prof.ª Dra. Xiomara Esther Vásquez Carrazana, Universidade de Granada, UDG, Cuba., Cuba; Prof.ª Dra. Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil; Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil; Prof. Dr. Valcemiro Nossa, FUCAPE Business School, Brasil; Prof. Msc. Renato Ferreira Leitão Azevedo, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), Brasil & University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC), EUA; Prof.ª Dra. Vilma Geni Slomski, FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Brasil

Avaliadores Ad Hoc

Prof. Dr. Alan Teixeira de Oliveira; Prof. Dr. Carlos Eduardo de Oliveira; Prof. Dr. Daniel Ramos Nogueira; Prof. Dr. Emanuel Marcos Lima; Prof. Dr. Geraldo Alemandro Leite Filho; Prof. Dr. Ilirio José Rech; Prof. Dr. Janser Moura Pereira; Prof. Dr. Josediton Alves Diniz; Prof. Dr. Lucimar Antônio Cabral de Avila; Prof. Dr. Luiz Antonio Abrantes; Prof. Dr. Luiz Panhoca; Prof. Dr. Marcelo Marchine Ferreira; Prof. Dr. Mariano Yoshitake; Prof. Dr. Miguel Carlos Ramos Dumer; Prof. Dr. Nilton Cezar Carraro; Prof. Dr. Odilanei Moraes Dos Santos; Prof. Dr. Paulo Cesar de Melo Mendes; Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima Filho; Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Malaquias; Prof. Dr. Sandro César Bortoluzzi; Prof. Dr. Vagner Antônio Marques; Prof. Dr. Wagner de Paulo Santiago; Prof. Dr. Walmer Faroni; Prof. Msc. Anderson de Oliveira Reis; Prof. Msc. Danilo Lacerda Borges; Prof. Msc. Edilei Rodrigues de Lames; Prof. Msc. Eduardo Mendes Nascimento; Prof. Msc. Elizio Marcos dos Reis; Prof. Msc. Everton Alain de Melo; Prof. Msc. Fabricio Afonso de Souza; Prof. Msc. Hudson Soares Moreira; Prof. Msc. Hugo Dias Amaro; Prof. Msc. Juliano Almeida de Faria; Prof. Msc. Neirlaine Silva de Almeida; Prof. Msc. Oscar Lopes da Silva; Prof. Msc. Rafael Borges Ribeiro; Prof. Msc. Reiner Alves Botinha; Prof. Msc. Renato Ferreira Leitão Azevedo; Prof. Msc. Samuel de Paiva Naves Mamede; Prof. Msc. Sandro Ângelo de Andrade; Prof. Msc. Thalysen Renan Bitencourt Machado; Prof.ª Dra. Renata Turola Takamatsu; Prof.ª Dra. Aline Barbosa Miranda; Prof.ª Dra. Erika Monteiro de Souza e Savi; Prof.ª Dra. Kelly Cristina Múcio; Prof.ª Dra. Lara Cristina F de A. Fehr; Prof.ª Dra. Lísia de Melo Queiroz; Prof.ª Dra. Lívia Maria de Pádua Ribeiro; Prof.ª Dra. Lucinéia Chiarelli; Prof.ª Dra. Márcia Athayde; Prof.ª Dra. Márcia Bianchi; Prof.ª Dra. Marília Nascimento; Prof.ª Dra. Marlene Welter; Prof.ª Dra. Marli Auxiliadora Silva; Prof.ª Dra. Mayla Cristina Costa; Prof.ª Dra. Patricia de Souza Costa; Prof.ª Dra. Romina Batista de Lucena Souza; Prof.ª Msc. Ana Carolina Vasconcelos Colares; Prof.ª Msc. Bruna Camargos Avelino; Prof.ª Msc. Camilla Soueneta Nascimento N'ganga; Prof.ª Msc. Claudia Xavier Cavalcante; Prof.ª Msc. Diane Rossi Maximiano Reina; Prof.ª Msc. Elúbian de Moraes Sanchez; Prof.ª Msc. Josilene da Silva Barbosa; Prof.ª Msc. Juliana Gonçalves de Araújo; Prof.ª Msc. Maria Elisabeth M. C. Andrade; Prof.ª Msc. Mônica Aparecida Ferreira; Prof.ª Msc. Renata Luciana dos Reis Magalhães; Prof.ª Msc. Tamires Sousa Araújo; Prof.ª Msc. Vanessa Ramos da Silva; Prof.ª Msc. Vivian Duarte Couto Fernandes

CONSELHO DIRETOR 2016/2017

Presidente

Rogério Marques Noé

Vice-Presidente de

Administração e Planejamento

Antônio de Pádua Soares Pelicarpo

Vice-Presidente de Ética e Disciplina

Mário Lúcio Gonçalves de Moura

Vice-Presidente de Fiscalização

Vidigal Fernandes Martins

Vice-Presidente de Registro

Mário César de Magalhães Mateus

Vice-Presidente de Controle Interno

Alexandre Bossi Queiroz

Vice-Presidente de

Desenvolvimento Profissional

Simone Maria Claudino de Oliveira

Vice-Presidente de

Relacionamento Institucional

Jairo Marques Lopes Bahia

Conselheiros Efetivos

Alencar Pereira da Costa

Alexandre Bossi Queiroz

Andrezza Celia Moreira

Antonio Baião de Amorim

Antonio de Pádua Soares Pelicarpo

Carlos Alberto de Carvalho Júnior

Célio Nério Paviõne

Celso Guimarães da Costa

Diógenes de Sousa Ferreira

Eduardo Lara e Silva

Edvar Dias Campos

Geraldo César Frutuoso Guimarães

Hilda Ramos Porto

Jairo Marques Lopes Bahia

Janilton Marcel de Paiva

José Athié Campos Cruz

Manoel Rodrigues Neto

Marcos de Sá Goulart

Maria da Conceição Barros de Rezende

Mário César de Magalhães Mateus

Mário Lúcio Gonçalves de Moura

Mauro Sérgio de Melo

Oscar Lopes da Silva

Otorino Neri

Patricia Vasconcelos de Jesus

Paulo Cezar Santana

Rogério de Souza Girardelli

Rogério Marques Noé

Romeci Rodrigues dos Santos

Rosa Maria Abreu Barros

Sandro Ângelo de Andrade

Sérgio Dias Bebiano

Simone Maria Claudino de Oliveira

Valmir Rodrigues da Silva

Vidigal Fernandes Martins

Walter Roosevelt Coutinho

Conselheiros Suplentes

Adelson Batista Magalhães Filho

Alexandre Queiroz de Oliveira

Azenite Almeida Reis

Benedito Torres

Berenice Pereira Sucupira

Bianor da Silva Cunha

Cesar Augusto de Barros

Cleber Teixeira

Daniel Gerhard Batista

Delber Cesar Leite

Edmarcos Braga dos Santos

Edna Mendes Hespagnol Costa

Eduardo Heleno Valadares Abreu

Filemon Augusto Assunção de Oliveira

Geordani Patricia de Freitas

Gideão José Pinto Oliveira

Hugo Vitoriano da Silva

Irene Correa da Rocha Reis

Janir Adir Moreira

Jens Erik Hansen

Leonardo Luiz dos Santos

Luiz Gilberto de Paula

Marcos Antônio Rocha

Marcos José Faria

Maria Inês Lara Silva

Marta Maria Guerson Ferreira

Nelson Canedo de Magalhães

Regina Gomes dos Santos

Regina Lopes de Assis

Renata Wanderley Pereira

Ronaldo Maciel Dutra

Sebastião Cruvinel Fonseca

Walter Coelho de Morais

Revista Mineira de Contabilidade. Ano 1, n. 1, 3º Trimestre, 2000.
Belo Horizonte: Conselho Regional de Contabilidade de MG.
Trimestral
ISSN 1806-5988

2 – Contabilidade – Periódico

CDU657 (051)

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, pela internet no sistema SEER, disponibilizando gratuitamente o conhecimento científico ao público com vistas à sua democratização. A RMC está utilizando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) como meio de gerenciamento do periódico. O Sistema Eletrônico de Editoração (SEER) foi traduzido e adaptado do Open Journal Systems (OJS) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse software livre, desenvolvido pela Universidade British Columbia do Canadá, tem como objetivo dar assistência à edição de periódicos científicos em cada uma das etapas do processo, desde a submissão e avaliação dos consultores até a publicação on-line e sua indexação.

Disponível em: <http://revista.crcmg.org.br/>

© Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – 2016



Caros leitores,

Ao apresentarmos a primeira edição de 2017 da Revista Mineira de Contabilidade (RMC), temos a satisfação de comunicar a todos que, na última avaliação da CAPES, a RMC foi qualificada com o Qualis B3 na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, e o Qualis B5 nas áreas de Economia e Planejamento Urbano Regional/Demografia.

Esta edição é composta por cinco artigos originais distribuídos nas linhas de pesquisa da RMC.

O primeiro, intitulado **Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto ou Indireto?**, de autoria de Maria Elisabeth M. C. Andrade e Denise Mendes da Silva, discute o poder informativo dos métodos direto e indireto na apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Os autores do segundo trabalho, Josimar Pires da Silva e Daiana Cardoso Silva, examinam os dados de 547 empresas no período de 2006 a 2015 no artigo **Análise da Relação entre Estrutura de Capital, Crescimento, Lucratividade e Valor de Mercado das Companhias Brasileiras de Capital Aberto**.

Leila Chaves Cunha, Leandro Marques e Vania Tanira Biavatti são os autores do artigo **Adaptação ao Ambiente do Ensino Superior: Percepção dos Alunos do Curso de Ciências Contábeis**, cujo propósito central foi identificar como os estudantes do sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) da mesorregião do Vale do Itajaí (SC) compreendem o processo de adaptação ao ambiente do ensino superior.

O quarto trabalho, dos autores André Ricardo Reis Costa, Adenes Teixeira Alves e Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares, intitulado **Auditoria na Literatura Internacional: Conclusões para a Base Scopus, de 2002 a 2015**, apresenta o perfil das principais pesquisas em auditoria na literatura internacional.

Por fim, Alexandre André Feil e Toni Francisco Messer avaliam questões relativas aos limites de crédito de pessoas físicas no artigo **Análise do Estabelecimento de Limite de Crédito para Produtor Rural Pessoa Física**.

Deixamos nossos agradecimentos aos autores e avaliadores pelo cuidadoso e dedicado trabalho realizado e desejamos a todos excelente leitura!

Prof. Dr. Gilberto José Miranda

Sumário

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto ou indireto?.....	5
Análise da relação entre estrutura de capital, crescimento, lucratividade e valor de mercado das companhias brasileiras de capital aberto.....	15
Adaptação ao ambiente do ensino superior: percepção dos alunos do curso de ciências contábeis.....	26
Auditoria na literatura internacional: conclusões para a base scopus, de 2002 a 2015.....	38
Análise do estabelecimento de limite de crédito para produtor rural pessoa física.....	52



Museu Chácara Dona Catarina - Cataguases (MG)

O antigo povoado de Meia Pataca deu origem à cidade conhecida agora como Cataguases, fundada pelo francês Guido Thomaz Marlière, em 26 de maio de 1826. A palavra “Cataguases” é indígena, e sua tradução mais aceita é a de Diogo de Vasconcelos e Napoleão Reys: “gente boa”, sendo sua forma original “catu-auá”. Para outros tradutores, como João Mendes e Nogueira Itagiba, o termo significa “terras de lagoas tortas” e “povo que mora no país das matas”. O vocábulo servia para denominar uma tribo indígena que, no século XVII, vivia em regiões onde existia o medo pelo branco invasor.

O município localiza-se na mesorregião da Zona da Mata mineira a 320 km de Belo Horizonte. Sua população é estimada em 74.609 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na economia, a cidade é conhecida por suas

indústrias, destacando-se as de tecelagem, reciclagem, mineradora, metalúrgica, entre outras.

Em Cataguases, existem inúmeras obras artísticas e arquitetônicas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A cidade também oferece construções marcantes do final do século XIX, paisagens naturais, museus e centros culturais. Um dos pontos de destaque do município é o Museu Chácara Dona Catarina (foto). A casa foi residência do Coronel João Duarte Ferreira, um dos fundadores da Companhia Força e Luz Cataguazes/Leopoldina; o casarão estava abandonado até 1998 e foi totalmente restaurado, tendo seu entorno reurbanizado. Hoje em dia, a Chácara Dona Catarina é dedicada à cultura, apresentando concertos, saraus, mostras literárias e exposições de arte contemporânea, popular e clássica.

Foto: Arquivo Energisa

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto ou indireto?

Cash flows statement by the direct or indirect method?

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar, com base na literatura, o poder informativo dos métodos direto e indireto na apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Para alcançar tal objetivo foi realizada uma revisão da literatura contábil internacional sobre o tema, sem a pretensão de esgotar o assunto ou determinar o método ideal. A principal contribuição deste estudo é fomentar o debate em âmbito nacional quanto ao mérito da elaboração e apresentação da DFC pelo método direto. A partir da análise realizada, verificou-se que há evidências de que o método direto é o mais útil para a apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base na literatura internacional. Esse resultado vem ao encontro dos estudos realizados por Sabão (2012) e Hales e Orpurt (2013). Diante das evidências encontradas, entende-se que a flexibilização do método de apresentação da DFC deva ser amplamente debatida, pois pode ser recomendável que os órgãos normatizadores alterem a norma, de modo a prevalecer, apenas, a apresentação pelo método direto, o que pode aumentar a qualidade das informações contábeis divulgadas. Percebeu-se que, apesar de o FASB e o IASB incentivarem a utilização do método direto, não é frequente a apresentação da DFC por este método, com exceção de empresas da Austrália. Os preparadores reconhecem a utilidade do método direto, mas na prática, em sua maioria, adotam o método indireto, apesar das evidências de que os custos adicionais para elaborar a DFC pelo método direto não superam os benefícios.

Palavras chave: Demonstração dos Fluxos de Caixa. Método Direto. Método Indireto.

ABSTRACT:

The aim of this study is to analyze, based on the literature, the informative power of direct and indirect methods in the presentation of the Cash Flows Statement. In order to achieve this goal we carried out a review of the international accounting literature on the subject, not intending to exhaust the subject or determine the optimal method. The main contribution of this study is to foster debate in a national level on the substance of the preparation and presentation of the Cash Flows Statement by the direct method. From the analysis carried out it was verified that the direct method is the most useful for the presentation of the Cash Flows Statement, based on the international literature. This result is in line with the studies conducted by Sabau (2012) and Hales and Orpurt (2013). On the evidence found, it is understood that the flexibility of the Cash Flows Statement presentation method should be widely debated, because it may be recommended that the standard setting bodies change the standard, in order to prevail, only the presentation by the direct method, which can increase the quality of financial information disclosed. It was noted that despite the FASB and IASB encourage the use of the direct method, the presentation of the Cash Flows Statement is not frequent by this method, with the exception of companies in Australia. Preparers recognize the direct method usefulness, but in practice, mostly adopt the indirect method, despite evidence that the additional costs to develop the Cash Flows Statement by the direct method do not outweigh the benefits.

Keywords: Cash Flows Statement. Direct Method. Indirect Method.

Maria Elisabeth M. C. Andrade

Doutora em Ciências pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo – FEA/USP (2015). Mestre em Ciências na área Controladoria e Contabilidade (2010) pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia (FACIC-UFU).
Contato: Av. João Naves de Ávila, 2121, Santa Mônica, Uberlândia, MG, CEP. 38.408-100. E-mail: maria.elisabeth@ufu.br.

Denise Mendes da Silva

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA-RP/USP (2016). Mestre em Contabilidade pela FEA-RP/USP (2006). Especialização (MBA) em Controladoria e Finanças pela FUNDACE FEA-RP/USP (2004). Graduação em Ciências Contábeis pela FACEF (2001). Professora da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (FACIC-UFU).
Contato: Av. João Naves de Ávila, 2121, Santa Mônica, Uberlândia, MG, CEP. 38.408-100. E-mail: denise.mendes@ufu.br.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil as empresas apresentam, em sua maioria, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pelo método indireto. Como exemplo para essa afirmação, pode-se observar que nas demonstrações contábeis anuais, no período de 2010 a 2015, de todas as companhias abertas que fazem parte do segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, apenas uma empresa (Somos Educação S.A., anteriormente Abril Educação S.A.) apresentou a DFC pelo método direto. Uma possível explicação para este fato pode estar relacionada à obrigatoriedade de apresentação da conciliação do lucro líquido em nota explicativa, caso seja empregado o método direto, a qual é atendida na própria DFC se for utilizado o método indireto. Outra razão para a utilização do método indireto pode estar relacionada à percepção dos elaboradores das demonstrações contábeis de que tal prática é de mais fácil entendimento por parte dos usuários e de menor custo de elaboração, conforme destacam Salotti e Yamamoto (2007) e Macedo et al. (2011).

Salotti e Yamamoto (2007) salientam que o método indireto é menos dispendioso para ser elaborado, porém de difícil compreensão para os usuários que não possuem conhecimento contábil. Macedo et al. (2011) também corroboram essa afirmativa e argumentam que, apesar de ser mais complexo para o entendimento do usuário, o método indireto é mais fácil de ser elaborado.

A opção por um ou outro método de apresentação da DFC é permitida pela normatização contábil vigente. O item 18 do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – determina que o fluxo de caixa das atividades operacionais pode ser apresentado: (i) pelo método direto, no qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas; ou (ii) pelo método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010). Nesse sentido, as empresas podem escolher o método de sua preferência.

O normativo correlato emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), IAS 7 – Statement of Cash Flows, incentiva a utilização do método direto. O Financial Accounting Standards Board (FASB) também encoraja a elaboração da DFC pelo método direto.

Em julho de 2010, o IASB, em conjunto com o FASB, publicou o Staff Draft of an Exposure Draft on Financial Statement Presentation (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 2010). Esse documento evidencia o objetivo dos dois órgãos em melhorar a utilidade das demonstrações contábeis para os seus diversos usuários. Especificamente quanto à DFC, o draft expressa que as empresas devem apresentar o fluxo de caixa das atividades operacionais pelo método direto.

Na Austrália e na Nova Zelândia era exigida a elaboração da DFC pelo método direto, mas após a adoção do International Financial Reporting Standards (IFRS) em 2005, os dois países passaram, apenas, a incentivar a sua utilização. Entretanto, segundo Bond, Bugeja e Czernkowski (2012), somente nove empresas listadas na bolsa australiana mudaram a apresentação da DFC para o método indireto entre os anos de 2007 e 2009.

Assim, o debate acerca da utilização do método direto versus indireto para elaboração e apresentação da DFC foi reaberto. Quando das discussões para emissão dos normativos, em meados da década de 1980 e início da década de 1990, esse tema foi muito debatido e agora volta à tona.

No Brasil, as pesquisas sobre a DFC e seus métodos de apresentação são incipientes, muito provavelmente pelo caráter voluntário de sua divulgação antes da promulgação da Lei 11.638/2007, que tornou essa demonstração obrigatória em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) a partir de 2008, exceto para aquelas empresas com Patrimônio Líquido inferior a dois milhões de reais e empresas de pequeno e médio porte. Roza e Quintana (2012), em levantamento feito em 11 periódicos nacionais, encontraram apenas 3 artigos sobre a DFC entre 1.305 publicados no período de 2005 a 2009.

São poucos, também, os artigos nacionais que discutem os métodos de apresentação da DFC, como o estudo de Salotti e Yamamoto (2007), publicado antes mesmo da obrigatoriedade de divulgação da DFC imposta por lei, e de Scherer et al. (2012). As pesquisas nacionais focaram, essencialmente, as diferenças entre a DFC e a DOAR (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993; LUSTOSA, 1997; AMARAL; SANTIAGO, 2003; SALOTTI; YAMAMOTO, 2004; SIQUEIRA, 2010; MACEDO et al., 2011) ou outros temas relacionados, como a importância da DFC para análise financeira e tomada de decisão (ALVES; MARQUES, 2006; SANTOS; SANTOS; QUINTANA, 2009; BORGES; NUNES; ALVES, 2012), a divulgação voluntária da DFC (SALOTTI; YAMAMOTO, 2008) e a relação entre a DFC e a contabilidade criativa (LAMAS; GREGÓRIO, 2009).

Desse modo, este estudo tem por objetivo analisar, com base na literatura internacional, o poder informativo dos métodos direto e indireto na apresentação da DFC. Para alcançar tal objetivo foi realizada uma revisão da literatura contábil internacional sobre esse tema, sem a pretensão de esgotar o assunto ou determinar o método ideal.

A principal contribuição deste estudo é fomentar o debate em âmbito nacional quanto ao mérito da elaboração e apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método direto, tendo em vista a importância desse relatório contábil para diversos usuários (JONES; SHARMA; MOCK, 1998; BILLINGS; MORTON, 2002; FRINO; JONES, 2005). O estudo contribui, também, para a literatura nacional, dada a escassez de trabalhos que discutem a DFC propriamente dita e que demonstram as vantagens e desvantagens do método direto e indireto para a apresentação da DFC. Adicionalmente, uma análise e discussão do estado da arte sobre essa temática também contribui para a literatura, visto que a maioria das

pesquisas aborda a questão, apenas, de forma empírica, sem aprofundar nos aspectos conceituais, formais e práticos da metodologia de elaboração e apresentação da DFC.

2 ESTUDOS ANTERIORES

Os órgãos normatizadores em âmbito mundial buscam aperfeiçoar a utilidade das demonstrações contábeis. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, as informações contábeis precisam auxiliar na avaliação das perspectivas em termos de entrada de fluxos de caixa futuros para a entidade (CPC, 2011). Nesse sentido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa torna-se importante.

Conforme Jones, Sharma e Mock (1998) os advogados são favoráveis à DFC pela sua relativa simplicidade, objetividade e compreensibilidade. Billings e Morton (2002) afirmam que a DFC fornece informações incrementais para a análise dos riscos de créditos. Frino e Jones (2005) defendem que a DFC diminui a assimetria de informações entre os participantes do mercado de capitais.

Assim, é fato que a DFC é útil para os usuários das informações financeiras. A divergência diz respeito sobre qual método de apresentação do fluxo de caixa das atividades operacionais é mais útil, sendo este considerado o fluxo mais importante da DFC. A apresentação do fluxo de caixa das atividades de investimento e financiamento não se altera.

Segundo Krishnan e Largay III (2000), nos Estados Unidos, quando da aprovação da SFAS 95 – Statement of Cash Flows, em 1987, que permitiu a utilização tanto do método direto quanto do indireto para apresentação do fluxo de caixa das atividades operacionais na DFC, dois membros do conselho, Lauver e Swieringa, alegaram que, ao autorizar a utilização do método indireto, o órgão perdeu a oportunidade de fazer uma contribuição significativa para a qualidade da informação contábil. Na época da emissão da referida norma, diversos usuários da informação contábil, como tomadores de empréstimos, expressaram a preferência pelo método direto (MAHONEY; SEVER; THEIS, 1988).

Vários estudos evidenciaram que a apresentação da DFC pelo método direto aumenta o poder explicativo e a exatidão do fluxo de caixa e melhora a previsão de fluxo de caixa futuro, por exemplo, Krishnan e Largay III, 2000; Cheng e Hollie, 2008; Orpurt e Zang, 2009; Arthur, Cheng e Czernkowski, 2010; Farshadfar e Monen, 2013a. Broome (2004) cita que o método direto fornece uma imagem mais clara e mais facilmente compreendida dos fluxos de caixa operacionais, e que o custo adicional para a sua preparação é um pequeno preço a pagar por relatórios mais transparentes.

Os conselheiros do IASB e do FASB destacam no item BC172 do draft (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 2010) algumas vantagens para a apresentação da DFC pelo método direto: (i) é mais intuitivo e compreensível; (ii) aprimora a capacidade de prever fluxos de caixa futuros; (iii) melhora a visão sobre o ciclo de conversão de caixa de uma entidade e a relação entre receitas e despesas apresentadas na demonstração de resultado e fluxo de caixa; (iv) quando acompanhado por uma reconciliação do fluxo de caixa operacional para o lucro operacional, liga a demonstração da posição financeira e a DFC; (v) fornece informações que, conforme a pesquisa acadêmica tem mostrado, beneficiam a tomada de decisão e resultam em informação que é superior a quaisquer derivações às quais até mesmo o analista mais qualificado chegaria; e (vi) fornece a capacidade de desenvolver tendências e comparações que a apresentação pelo método indireto não permite.

No entanto, ainda no draft, item BC173, é citado que os preparadores entrevistados, em geral, se opuseram à proposta, pois entendem que os benefícios não compensam os custos para elaborar a DFC pelo método direto (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 2010).

Mahoney, Sever e Theis (1988) apontam três razões que explicam a preferência dos preparadores pela utilização do método indireto: (i) fornece uma boa ligação entre a DFC, a demonstração de resultados e o balanço patrimonial; (ii) os usuários das demonstrações financeiras estão mais familiarizados com o método indireto; (iii) a elaboração é menos onerosa.

Goyal (2004) sugere que as empresas podem preferir o método indireto se informações comerciais 'sensíveis' forem divulgadas pelo método direto. Este é um ponto importante e, certamente, é levado em consideração quando da tomada de decisão sobre qual método empregar na apresentação da DFC. As empresas não estão dispostas a evidenciar sigilos empresariais, que podem ser úteis aos concorrentes, como informações detalhadas de seus custos.

Stuart (2008) destaca pesquisa realizada pela revista CFO com 224 executivos financeiros seniores. Uma das questões foi se os executivos consideravam viável a elaboração da DFC pelo método direto. A maioria, 38,7%, respondeu que é possível, mas com muitos ajustes; 27,6% disseram que é viável com poucos ajustes; 18,4% entendem que seria fácil a implantação; 11,1% atestam não terem certeza; e 4,1% entendem que não é viável, ou praticamente impossível.

Embora esse tema venha sendo discutido há bastante tempo em âmbito internacional, especialmente nos Estados Unidos e Austrália, em nível nacional ainda é incipiente. Salotti e Yamamoto (2007) analisaram a opinião de professores, analistas de mercado e contabilistas com o objetivo de identificar se um dos métodos de apresentação da DFC é preferido pelos citados atores. Os resultados indicaram que não há uma preferência específica para apenas um dos métodos de divulgação da DFC, denotando que a escolha pode ser flexível, conforme o FASB e o IASB fixaram anteriormente.

Por sua vez, o estudo de Scherer et al. (2012) teve como objetivo verificar o tratamento dado aos juros e dividendos pagos e recebidos, à forma de apresentação (método direto ou indireto) e à igualdade ou não do valor de caixa e equivalentes de caixa na DFC e no balanço patrimonial, em uma amostra de 229 empresas listadas nas bolsas de São Paulo, Frankfurt, Londres e Milão. Tais autores constataram que a apresentação do fluxo de caixa operacional pelo método

indireto foi predominante em 98,7% das empresas pesquisadas e que nenhuma das empresas listadas na bolsa brasileira, integrantes da amostra, apresentou a DFC pelo método direto.

Com isso, entende-se que pesquisas futuras, principalmente no Brasil, são necessárias para testarem diferentes variáveis e realizar entrevistas com elaboradores e usuários das demonstrações contábeis, notadamente no que diz respeito à elaboração e apresentação da DFC.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi orientado por uma abordagem qualitativa, com base na documentação bibliográfica, usando a literatura como fonte de observação e análise. Metodologia semelhante foi utilizada por Sabão (2012), que realizou um estudo empírico sobre os pontos de vista dos dois formatos de apresentação da DFC.

A fim de identificar a literatura relevante para efeitos deste estudo, foi utilizada a base de dados Web of Science. A pesquisa foi feita com os seguintes termos: Direct Cash Flow; Indirect Cash Flow; e Cash Flow Statement, no título, resumo e palavras-chave. A pesquisa resultou 65 artigos, sendo que, após a leitura do resumo e das conclusões, foram selecionados 30 artigos de 22 periódicos, entre 1988 e 2014, diretamente relacionados ao objetivo do presente estudo e, portanto, analisados.

Na Tabela 1 é demonstrada a relação dos periódicos e o ano de publicação dos artigos selecionados. Foram ao todo 22 periódicos da área de Contabilidade e Finanças, sendo que Accounting Horizons, Australian Accounting Review e Journal of Business Finance & Accounting publicaram três artigos cada sobre o tema em estudo.

Tabela 1 – Periódicos, quantidade de artigos e ano de publicação

Periódico	Quantidade de artigos	Ano
Abacus Accounting and Business Research	1	1998
	1	2013
Accounting and Finance	1	1995
Accounting Horizons	1	2010
	1	2013
Australasian Accounting Business & Finance Journal	1	1989
	1	1996
Australian Accounting Review	1	2013
	1	2010
British Accounting Review	1	1998
	1	2011
Financial Analysts Journal	1	2012
	1	1997
International Journal of Finance and Accounting	1	2004
Journal of Accountancy	1	2014
Journal of Accounting and Public Policy	1	1988
Journal of Business Finance & Accounting	1	1990
	1	2000
Journal of Business Studies	1	2002
	1	2005
Review of Accounting Studies	1	2008
Review of Quantitative Finance and Accounting	1	2002
Strategic Finance	1	2008
Studies in Business and Economics	1	2002
The Accounting Review	1	2012
The European Accounting Review	1	2009
The International Journal of Accounting	1	2001
The Journal of Applied Business Research	1	2013
The Journal of Applied Management	1	2009
Accounting Research	1	2004
Total	30	

Fonte: Elaboração própria

A leitura dos artigos permitiu a categorização de acordo com o tipo de estudo realizado e conforme suas conclusões, de modo que se possa avaliar se há evidências de que o método direto é o mais útil para apresentação da DFC. Os resultados são expostos e analisados na próxima seção.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme mencionado, foram selecionados 30 artigos entre os anos de 1988 e 2014. Nove artigos (30% da amostra) foram publicados entre 2010 e 2014, ou seja, após a emissão do draft que discute a alteração da norma sobre apresentação das demonstrações contábeis, mas vale ressaltar que esse documento vem sendo discutido desde 2008.

Após a leitura dos artigos, estes foram classificados em dois grupos, de acordo com o tipo de estudo realizado: teórico ou empírico. As conclusões também foram categorizadas em: favoráveis à apresentação da DFC pelo método direto; contrárias à apresentação da DFC pelo método direto; e neutras. Os resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Categorização dos estudos da amostra da pesquisa

Estudos	Favoráveis	Contrários	Neutros	Total
Teóricos	6	1	2	9
Empíricos	19	0	2	21
Total	25	1	4	30

Fonte: Elaboração própria

Analisando a Tabela 2 é possível verificar que, dos 30 artigos selecionados, 25 (83%) foram favoráveis à apresentação da DFC pelo método direto, sendo a maioria (19), estudos empíricos e seis teóricos. Apenas um estudo teórico foi contra e quatro foram neutros nas conclusões, ou seja, não optaram por um dos métodos, o que pode ser explicado pelo fato de não ser foco desses artigos definir o método mais útil (apesar de analisarem os dois métodos), mas sim discutir sobre a importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa, independentemente do método empregado na apresentação.

Esses resultados corroboram o estudo realizado por Sabão (2012), no qual foram analisados 10 artigos, sendo que 80% da amostra foram favoráveis à adoção do método direto para apresentação da DFC.

4.1 Estudos Teóricos

Como demonstrado na Tabela 2, foram nove artigos teóricos analisados, sendo seis a favor do método direto, um contra e dois com a opinião neutra.

Os seis artigos teóricos que defendem a apresentação da DFC pelo método direto são: Monsen (2001); Miller e Bahnson (2002); Broome (2004); Bradbury (2011); Taran-Morosan (2012); Hales e Orpurt (2013).

Miller e Bahnson (2002) consideram que o método direto é superior ao indireto porque gera informações mais úteis para o mercado de capitais, possibilitando um menor custo de capital e aumento no preço das ações.

Broome (2004) defende a apresentação da DFC pelo método direto, pois otimiza a informação disponível aos investidores e credores e pode restaurar a confiança no sistema de informação financeira.

Bradbury (2011) avaliou qual dos dois métodos proporciona maior qualidade à Demonstração dos Fluxos de Caixa. Esse autor realizou três questionamentos: (i) se a informação adicional gerada pelo método direto pode ser estimada pelos analistas; (ii) se o método direto fornece informações mais úteis em comparação ao método indireto; e (iii) se o método direto traz custos adicionais para a preparação da DFC. Concluiu que os analistas não conseguem estimar a informação adicional gerada pela DFC apresentada pelo método indireto devido à falta de detalhes na demonstração de resultados, dificultando o cálculo dos ajustes necessários; que o método direto aumenta a qualidade da demonstração, pois não é possível, pelo método indireto, estimar com confiabilidade e segurança os recebimentos de clientes e pagamentos de fornecedores; e, por último, que não há evidências sobre um custo maior na preparação em relação ao método direto.

Taran-Morosan (2012) também compartilha da ideia de que o método direto potencializa a previsão de fluxos de caixa futuros em relação ao método indireto. Mesma visão de Monsen (2001).

E por fim, Hales e Orpurt (2013) analisaram vários artigos que pesquisaram sobre o tema, com objetivo de responder a algumas questões, como: se a DFC pelo método direto produz informações incrementais; se os usuários utilizam essas informações quando divulgadas; se o formato é mais compreensível; se os benefícios superam os custos de preparação. Tais autores encontraram evidências de que o método direto é economicamente significativo, pois os dados gerados são mais consistentes e úteis em relação às informações estimadas com a utilização de outras demonstrações financeiras, inclusive a DFC pelo método direto.

Apenas um artigo teórico foi a favor do método indireto, afirmando que essa apresentação é mais interessante para as empresas com reconciliações complexas, como aquisições, operações descontinuadas ou itens extraordinários (MAHONEY; SEVER; THEIS, 1988).

Há, também, dois estudos teóricos com opinião neutra. Nurnberg e Largay III (1998), apesar de discutirem sobre as diferenças entre os dois métodos, tiveram como foco principal a DFC como um todo, sugerindo melhorias em alguns itens

do demonstrativo, como o tratamento do pagamento de juros. Já o mais recente artigo, o de Abu-Abbas (2014), defende, após apresentar as vantagens dos dois métodos, que, para maximizar os benefícios, é necessária a publicação da DFC utilizando ambos os métodos.

Em suma, há várias evidências nesses estudos teóricos acerca da superioridade do poder informativo da DFC pelo método direto. Alguns pontos podem ser destacados: (i) menor custo de capital e maiores preços das ações; (ii) melhor previsão de fluxos de caixa futuros; (iii) otimização do trabalho dos analistas; e (iv) informações mais precisas com significância econômica em relação às informações estimadas.

4.2 Estudos Empíricos

Como exposto na Tabela 2, os estudos empíricos são a maioria, 21 no total, sendo que 19 são favoráveis ao emprego do método direto para a apresentação da DFC.

Klammer e Reed (1990) realizaram um experimento com analistas financeiros. Os resultados evidenciaram que houve menor variabilidade na concessão de empréstimo quando apresentada a DFC pelo método direto, ou seja, as informações geradas a partir da utilização desse método contribuem para a aprovação de novos financiamentos.

Jones, Romano e Smyrniotis (1995) investigaram 210 empresas australianas listadas na bolsa de valores. Os respondentes da pesquisa foram os preparadores das demonstrações e não os usuários da informação contábil. Os resultados indicaram que o fluxo de caixa é importante para uma variedade de decisões internas e externas e para um grande número de usuários. É importante ressaltar que esse resultado é baseado em percepções gerenciais e pontos de vista internos, devido ao grupo entrevistado.

Jones e Ratnatunga (1997) ampliaram a pesquisa de Jones, Romano e Smyrniotis (1995). Eles testaram a utilidade do fluxo de caixa no contexto de três variáveis específicas: tamanho da empresa; demonstrações financeiras com foco nos usuários; e adoção voluntária da DFC antes da obrigatoriedade de apresentação. Os resultados reforçam a crescente relevância da DFC pelo método direto na Austrália, devido a algumas variáveis estarem altamente correlacionadas, como: avaliação de desempenho, liquidez e solvência; os diferentes usuários do demonstrativo; a utilidade da DFC no que se refere à demonstração de resultados, bem como o fluxo de caixa operacional como medida de desempenho em relação ao lucro operacional.

Jones e Widjaja (1998) também analisaram a DFC na Austrália, com 159 respondentes de um questionário com 115 questões. Entre eles, 83 eram tomadores de empréstimos e 76 analistas financeiros, sendo as questões sobre as características dos respondentes, das empresas e sobre a DFC. Especificamente quanto ao método direto, 70% responderam que preferem a sua utilização. Menos de 5% escolheram o método indireto e os demais (25%) não têm preferência por um método ou outro. Esses autores destacaram que a DFC é relevante para a tomada de decisão quando analisada em conjunto com o balanço patrimonial e a demonstração de resultados.

Krishnan e Largay III (2000) analisaram as demonstrações contábeis de 405 firmas de 35 segmentos da indústria, de 1988 a 1993. Apesar de 97% das empresas da amostra elaborarem a DFC pelo método indireto, os resultados sugerem que o método direto tem maior valor preditivo em relação ao método indireto. Os montantes de recebimentos e pagamentos são relevantes para prever situações futuras e, com a DFC apresentada pelo método direto, ocorre maior precisão na previsão. Essa pesquisa é importante porque demonstra que um grande número de usuários não tem acesso a informações aparentemente desejáveis, pois não estão disponíveis nas demonstrações financeiras publicadas, configurando uma assimetria de informação que pode prejudicar os investidores que estão distantes da administração da empresa.

Clinch, Sidhu e Sin (2002) encontraram evidências de poder explicativo, com significância, na DFC pelo método direto e destacaram que os valores estimados da DFC com base em outras demonstrações financeiras apresentam grandes diferenças com os dados divulgados. Além disso, encontraram evidências de que os números apresentados na DFC pelo método direto conseguem explicar melhor o retorno das empresas.

Várias pesquisas com usuários internos e externos da informação contábil suportaram a preferência do método direto. Goyal (2004) realizou uma pesquisa (*survey*) com 47 usuários das informações contábeis como gestores, acionistas, fornecedores, clientes e empregados. Em geral, esse grupo de usuários entende que o método direto é superior ao indireto, pois satisfaz as necessidades para a tomada de decisão, sendo relevante e confiável. Resultado semelhante foi encontrado por Ali et al. (2008), que também realizaram uma *survey* com 36 usuários das informações contábeis, bem como Jones, Sharma e Mock (1998).

Orpurt e Zang (2009) examinaram 119 empresas norte-americanas no período de 1989 a 2002. Concluíram que o método direto é valioso para os investidores na projeção de fluxos de caixa e lucros futuros, assim como encontrado por Cheng e Hollie (2008). Também salientam que as melhorias na Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método direto são economicamente viáveis e que as estimativas realizadas dos componentes do método direto com base nos dados divulgados na demonstração de resultados e na DFC pelo método indireto são deficitárias. A dificuldade de estimar, por exemplo, os recebimentos e pagamentos com base nas demais demonstrações contábeis, como balanço patrimonial, demonstração de resultados, DFC método indireto, prejudica os analistas, pois estes podem cometer erros quando do cálculo, devido ao não acesso a determinados elementos. Isso significa que essas informações passam a ser privilegiadas para um grupo e não para todos os usuários das informações contábeis.

Ward, Woodroof e Foster (2009) encontraram evidências de que as empresas que apresentam a DFC pelo método direto permitem melhor articulação entre as diversas demonstrações financeiras, em comparação às que publicam pelo

método indireto. Os achados desses autores revelaram que as firmas que utilizam o método indireto aumentaram as diferenças entre o fluxo de caixa operacional líquido projetado e o reportado; e nas que elaboram a DFC pelo método direto ocorreu o contrário, ou seja, essas diferenças diminuiram a cada período.

Arthur, Cheng e Czernkowski (2010) analisaram as empresas australianas listadas na bolsa de valores de 1992 a 2005. Chegaram aos mesmos resultados encontrados por Krishnan e Largay III (2000) e Orpurt e Zang (2009), ou seja, a superioridade da DFC pelo método direto.

Hughes, Hoy e Andrew (2010) analisaram as empresas australianas que divulgaram a DFC e concluíram que as entidades devem relatar a DFC por ambos os métodos, mesma conclusão do estudo teórico de Abu-Abbas (2014), pois os benefícios são maximizados com a divulgação dos dois métodos ao mesmo tempo. A norma exige a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais quando utilizado o método direto, nos moldes do que deve fazer a entidade que usa o método indireto em relação aos ajustes ao lucro líquido ou prejuízo para apurar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Devido a isso, a divulgação por ambos os métodos não acarretaria maiores custos.

Bond, Bugeja e Czernkowski (2012), conforme comentado anteriormente, mostraram que apenas nove empresas passaram a adotar a DFC pelo método indireto entre os anos de 2007 e 2009 na Austrália, e que as empresas que preparam a DFC pelo método indireto possuem alavancagem, liquidez e desempenho similares, ou seja, a escolha do método está positivamente relacionada com o tamanho das firmas.

Dois estudos realizados por Farshadfar e Monem apresentaram evidências sobre o método direto fornecer informações incrementais úteis, junto com os accruals, e aumentar a capacidade preditiva dos lucros. Farshadfar e Monem (2013a) e Farshadfar e Monem (2013b) utilizaram, essencialmente, a mesma amostra australiana de 348 empresas listadas na bolsa de valores.

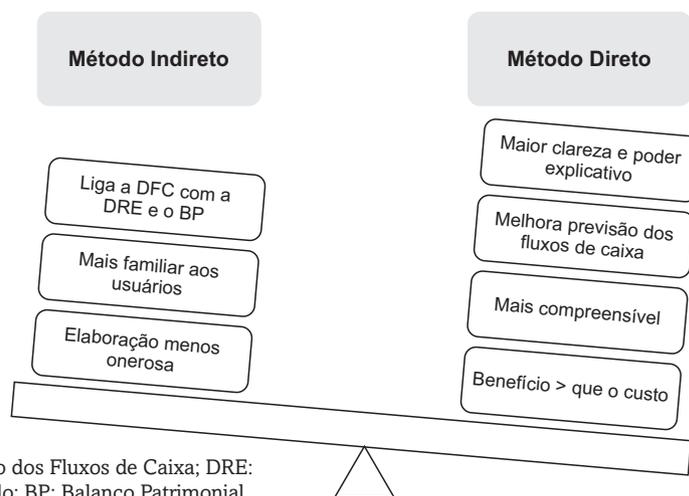
Clacher, Ricquebourg e Hodgson (2013) examinaram se houve alteração na *value relevance* da DFC pelo método direto sobre as IFRS em relação aos princípios australianos geralmente aceitos em 459 firmas não financeiras de 2000 a 2010. Concluíram que, mesmo após a adoção das IFRS, o método direto continua a prestar informações incrementais em transações mais complexas.

E, finalmente, os dois artigos empíricos que foram neutros são o de Billings e Morton (2002) e o de Frino e Jones (2005). Billings e Morton (2002) defendem a utilização da DFC, independentemente do método empregado na apresentação do fluxo de caixa operacional. Esses autores encontraram evidências de que o demonstrativo traz benefícios adicionais para aquelas empresas com maior proporção de dívidas de longo prazo, empresas de baixa tecnologia e de setores não regulamentados. Frino e Jones (2005) analisaram como o mercado reage às informações geradas pelo método direto. Eles não discutiram qual prática é superior. Apesar de analisar o método indireto, os autores são neutros quanto ao procedimento a ser utilizado.

4.3 Análise Comparativa

De maneira resumida, na Figura 1 são ilustradas as vantagens de cada um dos métodos de apresentação da DFC, conforme os estudos analisados, o que denota que o método direto é mais útil.

Figura 1 – Comparação entre os métodos direto e indireto, conforme a literatura.



Fonte: Elaboração própria

Notas: DFC: Demonstração dos Fluxos de Caixa; DRE: Demonstração do Resultado; BP: Balanço Patrimonial.

Com base nos estudos abordados, verifica-se que análises empíricas demonstram a superioridade da apresentação da DFC pelo método direto em relação ao método indireto. Observa-se, inclusive, que nenhum desses estudos esclarece os motivos da não adoção do método direto pela maioria das empresas analisadas, exceto, como já citado, as empresas australianas. Nesse sentido, pesquisas futuras podem investigar tal fato.

Contudo, não se pode deixar de mencionar que a elaboração da DFC pelo método indireto permite entender sobre

as políticas de recebimento e de pagamento da empresa e, de certa forma, até de estocagem. Por meio desse método, é possível compreender a diferença entre regime de competência e regime de caixa, porque muitas empresas possuem lucro e não caixa, ou ainda, porque há caixa e apresentam prejuízo. Esses e outros aspectos, tais como a percepção de que a elaboração da DFC pelo método indireto é menos onerosa para as empresas e de mais fácil entendimento para os usuários, podem representar incentivos para sua apresentação maciça no cenário brasileiro, assim como em outros países.

Portanto, as duas demonstrações possuem informações úteis e podem ser utilizadas como complementares, pelo menos para fins gerenciais, se for inviável pelo custo-benefício a divulgação aos usuários das informações contábeis para uso geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura contábil internacional, do período de 1988 a 2014, sobre a apresentação da DFC pelo método direto ou indireto fornece evidências de que o método direto é o mais útil para a apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Esse resultado vai ao encontro dos estudos realizados por Sabão (2012) e Hales e Orpurt (2013).

Percebe-se que, apesar das evidências encontradas e de os órgãos normatizadores (IASB e FASB) incentivarem a utilização do método direto, não é frequente a apresentação da DFC por este procedimento (MAHONEY; SEVER; THEIS, 1988; GOYAL, 2004; SCHERER et al., 2012). Os preparadores, como demonstrado nos estudos pesquisados, reconhecem a utilidade do método direto, mas na prática adotam o método indireto. Há evidências de que os custos adicionais para elaborar a DFC pelo método direto não superam os benefícios (BROOME, 2004; BRADBURY, 2011; HALES; ORPURT, 2013), porém a maioria das empresas apresenta a DFC pelo método indireto.

Nas últimas duas décadas, a DFC vem sendo discutida pela comunidade acadêmica, com constatações da relevância do seu poder informativo quando apresentada pelo método direto. Os órgãos normatizadores estão em busca de otimizar as informações contábeis e foram demonstrados vários indícios de que a elaboração e a apresentação da DFC pelo método direto aumentam a qualidade das demonstrações contábeis e podem diminuir a assimetria informacional.

Diante das evidências encontradas, entende-se que a flexibilização do método de apresentação da DFC deva ser amplamente debatida, pois pode ser recomendável que os órgãos normatizadores alterem a norma, de modo a prevalecer, apenas, a apresentação pelo método direto, o que pode aumentar a qualidade das informações contábeis divulgadas.

Observa-se que no Brasil a literatura acerca da importância da DFC e dos métodos empregados para sua elaboração e apresentação é escassa e incipiente. Nesse sentido, este estudo contribui para estimular as pesquisas na temática, retomando e reforçando o debate a respeito do mérito da apresentação da DFC pelo método direto. Em termos de práticas contábeis, o estudo contribui ao discutir as vantagens e desvantagens dos dois métodos de apresentação da DFC, mostrando, inclusive, a necessidade de reflexão sobre flexibilidade normativa atualmente existente, dados os últimos encaminhamentos do IASB e do FASB, que preferem e recomendam o emprego do método direto.

Este artigo não teve a pretensão de esgotar o tema, e sim fomentar a discussão sobre essa importante demonstração contábil, sua divulgação e compreensão. Mais discussões são necessárias na academia e nos órgãos normatizadores, com a participação dos profissionais contábeis e usuários das informações.

Pesquisas futuras podem ser realizadas no sentido de buscar os motivos da escolha do método indireto para a elaboração e apresentação da DFC, tanto no Brasil quanto em outros países, o que, certamente, poderá embasar, com maior clareza, uma possível mudança normativa.

REFERÊNCIAS

ABU-ABBAS, B. M. Direct, Indirect, or both Methods of Reporting Operating Statement of Cash Flows. *International Journal of Finance and Accounting*, v. 3, n. 6, pp. 335-340, 2014.

ALI, M. M.; AKTER, M.; HOQUE, M.; KHAN, H. Z. An Empirical Evidence on the Popularity of Cash Flow Methods in Bangladesh. *Journal of Business Studies*, v. 29, n. 2, pp. 55-76, 2008.

ALVES, L. C. O.; MARQUES, J. A. V. C. A Demonstração dos Fluxos de Caixa como ferramenta de análise financeira. *Pensar Contábil*, v. 8, n. 32, pp. 1-12, 2006.

AMARAL, H. F.; SANTIAGO, W. P. Demonstração dos fluxos de caixa: uma contribuição para a evidenciação contábil. *Revista Produção*, v. 13, n. 2, pp. 102-113, 2003.

ARTHUR, N.; CHENG, M.; CZERNKOWSKI, R. Cash flow disaggregation and the prediction of future earning. *Accounting and Finance*, v. 50, n. 1, pp. 1-30, 2010.

BILLINGS, B. K.; MORTON, R. M. The relation between SFAS n° 95 Cash Flows from Operations and Credit Risk. *Journal of Business Finance & Accounting*, v. 29, n. 55, pp. 787-805, 2002.

BOND, D.; BUGEJA, M.; CZERNKOWSKI, R. Did Australian Firms choose to switch to Reporting Operating Cash Flows using the Indirect Method? *Australian Accounting Review*, v. 22, n. 1, pp. 18-24, 2012.

BORGES, M. S. D.; NUNES, S. C. D.; ALVES, M. T. V. D. A Demonstração dos Fluxos de Caixa e sua contribuição para uma tomada de decisão mais informada. *Revista Universo Contábil*, v. 8, n. 1, pp. 141-158, 2012.

BRADBURY, M. Direct or Indirect Cash Flow Statements? *Australian Accounting Review*, v. 57, n. 21, pp. 124-130, 2011.

BROOME, W. O. Statement of Cash Flows: Time for Changes! *Financial Analysts Journal*, v. 60, n. 2, pp. 16-22, 2004.

CHENG, C. S. A.; HOLLIE, D. Do core and non-core cash flows from operations persist differently in predicting future cash flows? *Review of Quantitative Finance and Accounting*, v. 31, pp. 29-53, 2008.

CLACHER, I.; RICQUEBOURG, A. D.; HODGSON, A. The Value Relevance of Direct Cash Flows under International Financial Reporting Standards. *Abacus*, v. 49, n. 3, pp. 367-395, 2013.

CLINCH, G.; SIDHU, B.; SIN, S. The Usefulness of Direct and Indirect Cash Flow Disclosures. *Review of Accounting Studies*, v. 7, pp. 383-404, 2002.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

FARSHADFAR, S.; MONEM, R. Further evidence on the usefulness of Direct Method Cash Flow Components for forecasting future cash flows. *The International Journal of Accounting*, v. 48, pp. 111-133, 2013a.

FARSHADFAR, S.; MONEM, R. The usefulness of operating cash flow and accrual components in improving the predictive ability of earnings: a re-examination and extension. *Accounting and Finance*, v. 53, pp. 1061-1082, 2013b.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). *Staff Draft of an Exposure Draft on Financial Statement Presentation*. Norwalk, CT, 2010. Disponível em: <http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1176156966501&acceptedDisclaimer=true>. Acesso em: 2 fev. 2015.

FRINO, A.; JONES, S. The Impact of Mandated Cash Flow Disclosure on Bid-Ask Spreads. *Journal of Business Finance & Accounting*, v. 32, pp. 1373-1396, 2005.

GOYAL, M. K. A Survey on Popularity of the Direct Method of Cash Flow Reporting. *The Journal of Applied Management Accounting Research*, v. 2, n. 2, pp. 41-52, 2004.

HALES, J.; ORPURT, S. F. A Review of Academic Research on the Reporting of Cash Flows from Operations. *Accounting Horizons*, v. 3, pp. 539-578, 2013.

HUGHES, M.; HOY, S.; ANDREW, B. Cash flows: The Gap Between Reported and Estimated Operating Cash Flow Elements. *Australasian Accounting Business & Finance Journal*, v. 4, n. 1, pp. 96-114, 2010.

JONES, S.; WIDJAJA, L. The Decision Relevance of Cash-Flow Information: A Note. *Abacus*, v. 34, n. 2, pp. 204-219, 1998.

JONES, S.; RATNATUNGA, J. The Decision Usefulness of Cash-Flow Statements by Australian Reporting Entities: some further evidence. *The British Accounting Review*, v. 29, pp. 67-85, 1997.

JONES, S.; ROMANO, C. A.; SMYRNIOS, K. X. An Evaluation of the Decision Usefulness of Cash Flow Statements by Australian Reporting Entities. *Accounting and Business Research*, v. 25, n. 98, pp. 115-129, 1995.

JONES, S.; SHARMA, R.; MOCK, K. Managerial Evaluations of the Relevance of Cash vs Accrual-Based Financial Reports in the Australian Food Industry. *Australian Accounting Review*, v. 8, n. 2, pp. 51-58, 1998.

KLAMMER, T. P.; REED, S. A. Operating Cash Flow Formats: Does format influence decisions? *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 9, pp. 217-235, 1990.

KRISHNAN, G. V.; LARGAY III, J. A. The Predictive Ability of Direct Method Cash Flow Information. *Journal of*

Business Finance & Accounting, v. 27, n. 1 & 2, pp. 215-245, 2000.

LAMAS, F. R.; GREGÓRIO, A. A. Demonstração dos Fluxos de Caixa e Contabilidade Criativa. *Revista Universo Contábil*, v. 5, n. 3, pp. 99-115, 2009.

LUSTOSA, P. B. Doar: uma morte anunciada. *Caderno de Estudos*, v. 9, n. 16, pp. 1-18, 1997.

MACEDO, M. D.; MACHADO, M. A. V.; MURCIA, F. D. R.; MACHADO M. R. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. *Revista de Contabilidade & Finanças*, v. 22, n. 57, pp. 299-318, 2011.

MAHONEY, J. J.; SEVER, M. V.; THEIS, J. A. Cash Flow: Fasb opens the Floodgates. *Journal of Accountancy*, v. 165, n. 5, pp. 26-38, 1988.

MILLER, P. B. W.; BAHNSON, P. R. Fast Track to Direct Cash Flow Reporting. *Strategic Finance*, v. 83, n. 8, pp. 51-57, 2002.

MONSEN, N. Cameral accounting and cash flow reporting: some implications for use of the direct or indirect method. *The European Accounting Review*, v. 10, n. 4, pp. 705-724, 2001.

NURNBERG, H.; LARGAY III, J. A. Interest Payments in the Cash Flow Statement. *Accounting Horizons*, v. 12, n. 4, pp. 407-418, 1998.

ORPURT, S. F.; ZANG, Y. Do Direct Cash Flow Disclosures Help Predict Future Operating Cash Flows and Earnings? *The Accounting Review*, v. 84, n. 3, pp. 893-935, 2009.

ROZA, M. C.; QUINTANA, A. C. Demonstração dos Fluxos de Caixa – uma análise de artigos científicos publicados em periódicos nacionais. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 11, n. 32, pp. 57-72, 2012.

SABÁU, L. I. Empirical Study Concerning the Views on the Format of Cash Flow Statements. *Economics Science Series*, v. 18/2, pp. 293-300, 2012.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. A Estimativa do Fluxo de Caixa das Operações Representa o Real Fluxo de Caixa das Operações? *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 15, n. 35, pp. 7-21, 2004.

_____. Os métodos de divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa no Brasil. *Revista Universo Contábil*, v. 3, n. 3, pp. 25-37, 2007.

_____. Divulgação voluntária da Demonstração dos Fluxos de Caixa no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 19, n. 48, pp. 37-49, 2008.

SANTOS, L. G.; SANTOS, C. R. M.; QUINTANA, A. C. Uma análise comparativa dos indicadores financeiros da Petrobras por meio da avaliação da Demonstração dos Fluxos de Caixa do período de 2005 a 2007. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 8, n. 22, pp. 43-58, 2009.

SCHERER, L. M.; TEODORO, J. D.; KOS, S. R.; ANJOS, R. P. Demonstração dos Fluxos de Caixa: análise de diferenças de procedimentos de divulgação entre empresas listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Frankfurt, Milão e Londres. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, v. 4, n. 2, pp. 37-51, 2012.

SILVA, C. T.; SANTOS, J. O.; OGAWA, J. S. Fluxo de Caixa e Doar. *Caderno de Estudos*, n. 9, pp. 1-26, 1993.

SIQUEIRA, J. M. Cronologia de uma Demonstração Contábil: Gênese, Maturidade e Ocaso da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 5, n. 1, pp. 96-112, 2010.

STUART, A. A new vision for accounting. *CFO*, v. 24, n. 2, pp. 49-53, 2008.

TARAN-MOROSAN, A. A Critical Study Concerning the Preparation of the Statement of Cash Flows through the Indirect Method in Romania. *Studies in Business and Economics*, v. 7, n. 2, pp. 197-210, 2012.

WARD, T. J.; WOODROOF, J.; FOSTER, B. P. A Research Note on the Issue of Non-Articulation and the Method used to Calculate Net Operating Cash Flow. *The Journal of Applied Business Research*, v. 25, n. 1, pp. 57-68, 2009.

Análise da relação entre estrutura de capital, crescimento, lucratividade e valor de mercado das companhias brasileiras de capital aberto

Analysis of the relationship between capital structure, growth, profitability and market value of the Brazilian publicly traded companies

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a relação entre estrutura de capital, crescimento, lucratividade e valor da empresa das companhias brasileiras de capital aberto. Para tanto, a pesquisa contou com uma amostra de 547 empresas, com informações obtidas nos demonstrativos financeiros anuais de 2006 até 2015, extraídas do banco de dados da Economática®. Os resultados confirmaram que existe uma relação positiva e significativa entre estrutura de capital e lucratividade, e estrutura de capital e valor da empresa, seja a estrutura de capital de forma contemporânea ou defasada. O crescimento defasado dos ativos impacta na lucratividade das companhias e o crescimento dos ativos impacta de forma direta no valor de mercado das empresas, de forma contemporânea. Por outro lado, não se pode inferir a relação entre o crescimento dos ativos e o valor de mercado das empresas do período seguinte. Por fim, a lucratividade impacta positivamente no valor das companhias brasileiras de forma contemporânea.

Palavras chave: Crescimento da Empresa. Estrutura de Capital. Lucratividade. Valor da Empresa.

ABSTRACT:

The present study aims to analyze the relationship between capital structure, growth, profitability and value of the company of Brazilian publicly traded companies. So, the survey had a sample of 547 companies, with information obtained in the annual financial statements from 2006 to 2015, extracted from the Economática® database. The results confirmed that there is a positive and significant relationship between capital structure and profitability and capital structure and value of the company, whether the capital structure is contemporary or outdated. The assets outdated growth impacts the profitability of the companies and the assets growth impacts directly on the companies' market value, in a contemporary way. On the other hand, it is not possible to infer the relation between the assets growth and the companies' market value of the following period. Finally, profitability has a positive impact on the value of Brazilian companies in a contemporary way.

Keywords: Company Growth. Capital structure. Profitability. Company Value.

Josimar Pires da Silva

Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB (2014). Contato: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Prédio da FACE, Asa Norte, Brasília (DF), CEP 70.910-900. E-mail: josimarnx@yahoo.com.br.

Daiana Cardoso Silva

Mestre em Ecologia e Conservação pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT (2015). Contato: Rua Pedro Gama, 285, Centro, Nova Xavantina, MT, CEP. 78.690-000. E-mail: dayanna_cs@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

De certa maneira, o valor da empresa é influenciado por outras variáveis conforme destacado na literatura prévia, tais como estrutura de capital, crescimento e lucratividade, entre as quais existe um nexo de causalidade (CHO; PUCIK, 2005; DANIS; RETTL; WHITED, 2014; HASBI, 2015; RIAHI-BELKAOUI, 1999; VO; ELLIS, 2016).

Desde a pesquisa pioneira de Modigliani e Miller (1958), os pesquisadores têm acompanhado e estendido seu trabalho para desenvolver teorias que expliquem as decisões de estrutura de capital FACCIO; XU, 2015; FAUVER; MCDONALD, 2015; SERFLING, 2016; XU, 2012). A questão de se e como a estrutura de capital afeta o valor da empresa continua sendo uma das preocupações mais importantes no financiamento corporativo. Apesar do grande volume de pesquisas teóricas e empíricas sobre a relação entre estrutura de capital e valor da empresa, não se chegou a um acordo sobre esse nexo.

É importante ressaltar que sistemas financeiros sólidos e desenvolvidos facilitam substancialmente esta sintonização da estrutura de capital, enquanto os mercados emergentes encontram algumas restrições que contrariam as empresas para estabelecerem a ótima maturidade da dívida. Especificamente, devido à menor rentabilidade e ao acesso limitado aos mercados, as empresas dos países em crescimento usam consideravelmente menos dívida de longo prazo em comparação com suas contrapartes nos países desenvolvidos (STEPHAN; TALAVERA; TSAPIN, 2011).

Como as empresas escolhem sua estrutura de capital é uma das questões fundamentais da economia financeira (ALTUNTAS; BERRY-STÖLZLE; WENDE, 2015; BANDYOPADHYAY; BARUA, 2016). Vários fatores determinam o mix ótimo de dívida, entre os quais incluem a capacidade de crédito da empresa, suas oportunidades de crescimento, a rentabilidade do projeto, a capacidade de financiar o projeto a partir de lucros acumulados ou fundos internos, o valor de liquidação dos ativos (tangibilidade), o tamanho ou a idade da empresa, a qualidade gerencial, entre outros (BANDYOPADHYAY; BARUA, 2016).

Um resultado particular destacado na literatura é a relação negativa entre alavancagem e lucratividade (BAKER; WURGLER, 2002; RAJAN; ZINGALES, 1995; TITMAN; WESSELS, 1988). Como os modelos tradicionais de *trade-off* da estrutura de capital predizem uma relação positiva entre a alavancagem e a lucratividade, a regularidade empírica de uma relação inversa é muitas vezes vista como uma acusação particularmente forte de modelos de *trade-off* (FAMA; FRENCH, 2002; SHYAM-SUNDER; MYERS, 1999). Mais recentemente, estudos que incorporam custos de ajustamento (LEARY; ROBERTS, 2005; STREBULAIEV, 2007) mostram que uma relação inversa entre alavancagem e lucratividade pode ser consistente com o modelo de *trade-off* dinâmico. No entanto, a evidência direta da relação positiva prevista entre a alavancagem e a lucratividade é escassa (XU, 2012).

As sociedades por ações tendem a investir de forma subótima para expropriar a riqueza dos detentores de títulos da empresa. O custo associado a esta relação de agência é provável que seja maior para empresas em indústrias em crescimento, que têm mais flexibilidade na escolha de seus investimentos futuros. As taxas da dívida de curto prazo podem estar realmente relacionadas positivamente com as taxas de crescimento se as empresas em crescimento substituírem o financiamento de curto prazo por financiamento de longo prazo (TITMAN; WESSELS, 1988). De acordo com Myers (1977), quanto mais as opções de crescimento na oportunidade de investimento forem estabelecidas, maior será o conflito entre os acionistas e os credores sobre o exercício dessas opções, uma vez que se têm diferentes reivindicações sobre a empresa. Esse problema pode ser resolvido pela inclusão de menos dívida na estrutura de capital, ao encurtar o vencimento efetivo de sua dívida.

No entanto, a literatura que destaca a causalidade entre estrutura de capital, crescimento, lucratividade e valor da empresa examina, com poucas exceções, os países em desenvolvimento. A teoria do custo de transação proposta por Coase (1937) evidencia que o ambiente institucional das empresas, em países em desenvolvimento, afeta a estrutura ótima de capital das companhias (ALTUNTAS; BERRY-STÖLZLE; WENDE, 2015), portanto, o valor da firma.

Nesse contexto, o principal argumento desta pesquisa é que a estrutura de capital ótima das companhias não é homogênea entre os países (ALTUNTAS; BERRY-STÖLZLE; WENDE, 2015) e influencia a lucratividade e o valor da empresa dos países em desenvolvimento, sobretudo o Brasil. Por outro lado, o crescimento também influencia a lucratividade e o valor do empreendimento. Por fim, a lucratividade tem impacto no valor das companhias brasileiras.

Com base no contexto previamente destacado e nas razões elencadas, o problema de pesquisa pode ser descrito por meio da seguinte pergunta: qual a relação entre estrutura de capital, crescimento, lucratividade e valor da empresa das companhias brasileiras de capital aberto? Para responder ao problema de pesquisa, esta investigação tem como objetivo analisar a relação entre estrutura de capital, crescimento, lucratividade e valor da empresa das companhias brasileiras de capital aberto.

A partir dos estudos correlatos evidenciados neste tópico e na fundamentação teórica a respeito da relação entre estrutura de capital, crescimento, lucratividade e valor da empresa, não foram encontradas pesquisas que mostrassem essa relação no contexto brasileiro. Na sequência, o trabalho segue com uma plataforma teórica sobre a estrutura de capital, crescimento, lucratividade e valor da empresa, procedimentos metodológicos realizados na pesquisa, resultados e discussões, e, por fim, considerações finais.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

2.1 Estrutura de Capital

Existem vários fatores específicos que influenciam o risco Modigliani e Miller (1958) da estrutura de capital, teóricos financeiros forneceram várias explicações possíveis para as financeiro e a escolha da dívida. Desde o teorema de

decisões de financiamentos das empresas. O foco da maior parte das explicações da estrutura de capital é sobre os fatores mais importantes que levam à determinação do mix de financiamento para uma empresa, dada uma certa corrente esperada de fluxo de caixa (BANDYOPADHYAY; BARUA, 2016).

Evidências empíricas mostram que as características específicas da empresa ou microfatores desempenham um papel significativo na determinação da estrutura de capital (CHADHA; SHARMA, 2015). Donaldson (1985) argumentou que a dependência da dívida ou da equidade muda à medida que a propriedade da empresa muda, resultando em mudanças nas metas financeiras.

As empresas escolhem as taxas de dívida-capital negociando os seus custos e benefícios da alavancagem (FLANNERY; RANGAN, 2006). As evidências de Graham e Harvey (2001) mostram que 81% das empresas consideram uma taxa de endividamento ou intervalo-alvo quando tomam suas decisões sobre a dívida. Hasbi (2015) destaca que uma estratégia de investimento baseada em maior proporção de capital de terceiros ou fundos emprestados, sob a remuneração de juros, retorna maiores lucros para os proprietários. Seus resultados apontaram que a estrutura de capital tem forte relação e um impacto positivo sobre a lucratividade.

Os resultados empíricos mostram uma relação negativa entre alavancagem e lucratividade, consistentes com as previsões da teoria da hierarquia (BOOTH et al., 2001; CHAKRABORTY, 2010; CHEN, 2004; HUANG; SONG, 2006; KESTER, 1986; MOH'D; PERRY; RIMBEY, 1998; OINO; UKAEGBU, 2015; RAJAN; ZINGALES, 1995; TITMAN; WESSELS, 1988; WALD, 1999; WIWATTANAKANTANG, 1999). Inversamente, Roden e Lewellen (1995), Ghosh, Nag e Sirmans (2000), Abor (2005) e Berger e Di Patti (2006) evidenciaram que a alavancagem está positivamente correlacionada com a lucratividade. Examinando a aparente contradição nos achados empíricos referente à alavancagem e lucratividade, Danis, Rettl e Whited (2014) propõem uma relação positiva entre lucratividade e alavancagem quando as empresas estão em sua alavancagem ótima ou perto dela, e uma relação negativa quando as empresas não estão ajustando suas estruturas de capitais (VO; ELLIS, 2016).

Embora pesquisas teóricas e empíricas prevejam relações mistas entre alavancagem e lucratividade, a maioria dos estudos empíricos mostra uma relação negativa entre essas variáveis-chave. Além disso, a literatura também sugere que a decisão da estrutura de capital é fator relevante que explica o valor criado para os acionistas (VO; ELLIS, 2016).

Em geral, os resultados sugerem que as empresas com um nível razoável de dívida criam valor para os acionistas. Os achados relatados em estudos anteriores, incluindo Muradoglu e Sivaprasad (2012), mostraram que as empresas com baixo nível de alavancagem produzem retornos positivos significativamente mais altos do que o mercado. Vo e Ellis (2016) investigaram a ligação entre a estrutura de capital e o valor de mercado empregando um conjunto de dados de empresas listadas. Os resultados evidenciaram que os investidores sofreriam prejuízos se as empresas entrassem em alta estratégia de alavancagem. A conclusão de uma relação negativa entre alavancagem e valor de mercado em empresas com alavancagem elevada é consistente com estudos anteriores, incluindo Titman (1984), Rajan e Zingales (1995), Booth et al. (2001), Huang e Song (2006) e Oino e Ukaegbu (2015). Os resultados de Hasbi (2015) apontaram que a estrutura de capital tem uma forte relação e um impacto positivo sobre o valor da firma.

Alinhadas com as perspectivas teóricas brevemente aduzidas, explicitadas na sequência, as seguintes hipóteses são apresentadas:

H1a: Existe uma relação significativa e positiva entre a estrutura de capital e a lucratividade das companhias brasileiras, *ceteris paribus*.

H1b: Existe uma relação significativa e positiva entre a estrutura de capital em t-1 e a lucratividade das companhias brasileiras, *ceteris paribus*.

H2a: Existe uma relação significativa e positiva entre a estrutura de capital e o valor de mercado das companhias brasileiras, *ceteris paribus*.

H2b: Existe uma relação significativa e positiva entre a estrutura de capital em t-1 e o valor de mercado das companhias brasileiras, *ceteris paribus*.

2.2 Crescimento e Lucratividade

As sociedades por ações tendem a investir de forma subótima para expropriar a riqueza dos detentores de títulos. O custo associado a esta relação de agência é provável que seja maior para empresas em indústrias em crescimento, que têm mais flexibilidade na escolha de seus investimentos futuros. O crescimento futuro esperado deve, portanto, ser negativamente relacionado com os níveis de endividamento de longo prazo. Myers, no entanto, observou que este problema de agência é atenuado se a empresa emite dívida de curto prazo, em vez de dívida de longo prazo. Isso sugere que as taxas da dívida de curto prazo podem estar realmente relacionadas positivamente com as taxas de crescimento se as empresas em crescimento substituírem os financiamentos de curto prazo por financiamentos de longo prazo (TITMAN; WESSELS, 1998).

De acordo com Myers (1977), quanto maiores forem as opções de crescimento estabelecidas na oportunidade de investimento, maiores serão os conflitos entre os acionistas e os credores, sobre o exercício dessas opções, visto que se têm diferentes reivindicações sobre a empresa. Esse problema pode ser resolvido pela inclusão de menos dívidas na estrutura de capital, ao encurtar o vencimento efetivo da dívida. Os resultados de Hasbi (2015) apontaram que o crescimento tem relação forte e impacto positivo sobre a lucratividade.

O crescimento dos ativos afetaria a lucratividade das empresas, e a variação percentual no total dos ativos é o melhor indicador da mensuração do crescimento HASBI (2015). Diversas pesquisas usaram o crescimento como única

medida de desempenho, ou em combinação com a lucratividade. Por exemplo, Varaiya, Kerin e Weeks (1987) relataram que a lucratividade e o crescimento influenciaram o valor para os acionistas, sem diferenciar a lucratividade do crescimento. Woo, Willard e Daellenback (1992) estudaram o crescimento das vendas, o ROA e as relações *market to book*, respectivamente, mas não investigaram sua relação. Por fim, as evidências encontradas em Cho e Pucik demonstraram uma relação positiva entre crescimento e valor da empresa e entre lucratividade e valor da empresa.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes hipóteses:

H3a: Existe uma relação significativa e positiva entre o crescimento da empresa e a lucratividade das companhias brasileiras, *ceteris paribus*.

H3b: Existe uma relação significativa e positiva entre o crescimento da empresa em t-1 e a lucratividade das companhias brasileiras, *ceteris paribus*.

H4a: Existe uma relação significativa e positiva entre o crescimento da empresa e a valor de mercado das companhias brasileiras, *ceteris paribus*.

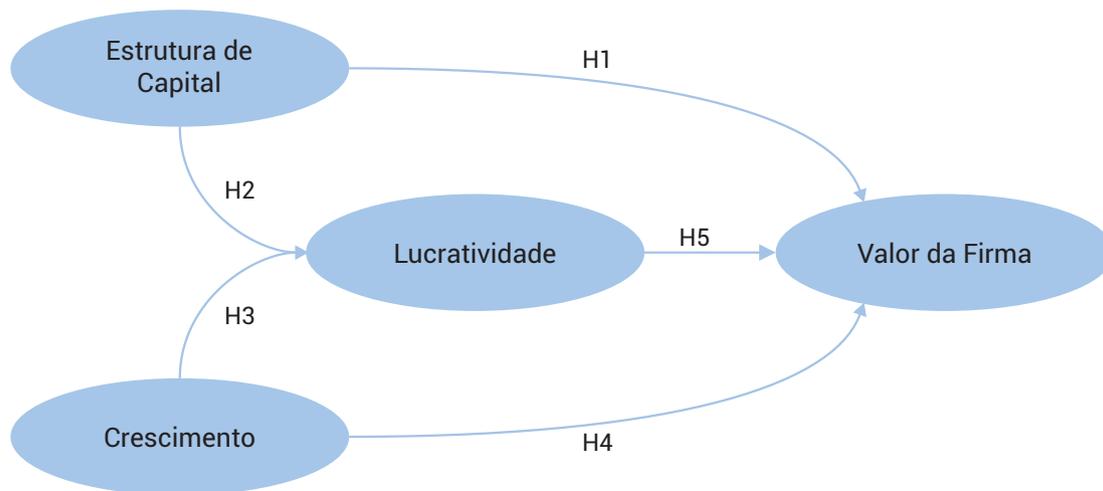
H4b: Existe uma relação significativa e positiva entre o crescimento da empresa em t-1 e a valor de mercado das companhias brasileiras, *ceteris paribus*.

H5a: Existe uma relação significativa e positiva entre a lucratividade e a valor de mercado das companhias brasileiras, *ceteris paribus*.

H5b: Existe uma relação significativa e positiva entre a lucratividade em t-1 e a valor de mercado das companhias brasileiras, *ceteris paribus*.

A ligação entre as variáveis estrutura de capital, crescimento, lucratividade e valor da empresa, as quais representam as hipóteses da pesquisa, são demonstradas na Figura 1.

Figura 1 – Ligação entre as variáveis



Fonte: Adaptado de Hasbi (2015)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. População e Amostra

Foram utilizadas informações das demonstrações financeiras anuais das empresas, coletadas a partir da base de dados da Economatica®. A amostra foi composta por 547 empresas brasileiras, de todos os setores listados na BM&FBovespa, com dados disponíveis no período de 2006 a 2015. Foram excluídas as empresas que não possuíam dados para todo o período da amostra.

Após a coleta e tabulação das variáveis, foi utilizado o software Eviews 9 para o tratamento das variáveis, análise dos pressupostos básicos da regressão linear, obtenção da estatística descritiva e estimação do modelo econométrico. Inicialmente foi realizado o teste ADF – Fisher para verificar a possível existência de raiz unitária.

Para atender aos pressupostos básicos da regressão OLS: multicolinearidade, normalidade, homocedasticidade e autocorrelação dos resíduos, foram realizados os testes: VIF, teste de Jarque-Bera, teste de Breusch-Pagan-Godfrey e de Durbin-Watson, respectivamente. Adicionalmente foram feitos os testes de Breusch-Pagan-Godfrey, Hausman e F (Chow) para detectar o melhor modelo. Dessa forma, foi realizada regressão com efeitos fixos, para o modelo 2, e efeitos aleatórios para o modelo 3. Para a amostra especificada foi utilizado o modelo econométrico de regressão linear, por mínimos quadrados ordinários (OLS).

3.2. Definição das Variáveis

Foram utilizadas, como variáveis dependentes, o valor de mercado das companhias e a lucratividade. No que tange à lucratividade, diz respeito à relação entre lucro líquido e receita líquida, conforme equação 1.

$$LUC = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}} \tag{1}$$

Os modelos econométricos utilizados seguem nas Equação 2 e 3, conforme modelo com dados em painel.

$$LUC_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 EC_{i,t} + \beta_2 GROWTH_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \tag{2}$$

$$VM_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 EC_{i,t} + \beta_2 GROWTH_{i,t} + \beta_4 LUC_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \tag{3}$$

Em que:

VM = Valor de Mercado da companhia.

LUC = LUCRATIVIDADE (lucro líquido, escalonado pelo valor total da receita líquida).

EC = Estrutura de Capital (passivo escalonado pelo patrimônio líquido).

GROWTH = Valor total do ativo em t, menos o valor total do ativo em t-1, escalonado pelo valor total do ativo em t.

As variáveis e suas mensurações são resumidas e justificadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo da relação entre as variáveis

Variáveis Explanatórias	Variáveis Dependentes	Sinal Esperado	Justificativa
Lucratividade (LUC)	Valor da Empresa (VM)	Positivo	As evidências encontradas em Cho e Pucik (2005) destacaram uma relação positiva entre crescimento e valor da empresa, e entre lucratividade e valor da empresa. Os resultados de Hasbi (2015) apontaram que a lucratividade tem uma forte relação e um impacto positivo sobre o valor da firma.
Estrutura de Capital (EC)	Valor da Empresa (VM)	Positivo	Os resultados de Hasbi (2015) apontaram que a estrutura de capital tem forte relação e impacto positivo sobre o valor da firma.
	Lucratividade (LUC)	Positivo	Pesquisas anteriores, como Danise e Robert (2009), encontraram que uma estratégia de investimento baseada em maior proporção de capital de terceiros ou fundos emprestados, sob a remuneração de juros, retorna maiores lucros para os proprietários. Os resultados de Hasbi (2015) apontaram que a estrutura de capital tem forte relação e impacto positivo sobre a lucratividade.
Crescimento do Ativo (GROWTH)	Valor da Empresa (VM)	Positivo	De acordo com Myers (1977), quanto maiores forem as opções de crescimento estabelecidas na oportunidade de investimento, maiores serão os conflitos entre os acionistas e os credores sobre o exercício dessas opções, visto que têm diferentes reivindicações sobre a empresa. As evidências encontradas em Cho e Pucik (2005) destacaram uma relação positiva entre crescimento e valor da empresa.
	Lucratividade (LUC)	Positivo	O crescimento dos ativos ilustra a expansão da empresa, que afetaria de forma positiva a lucratividade. Algumas pesquisas destacam que a variação percentual no total dos ativos é o melhor indicador da mensuração de empresas em crescimento (HASBI, 2015).

Fonte: Elaboração própria

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da estatística descritiva das variáveis estudadas, Tabela 1, evidencia que, na média, o valor de mercado das empresas é superior ao valor do patrimônio líquido, e que as empresas utilizam maior proporção de capital de terceiros em relação ao capital próprio na estrutura de financiamento. No entanto, algumas delas possuem maior proporção de capital próprio. Quanto ao crescimento das empresas, na média, os ativos aumentam proporcionalmente a 2%, e algumas das empresas apresentaram retração em determinados períodos. Em relação à lucratividade, as companhias da amostra evidenciam média de 2%.

Tabela 1: Estatística descritiva

Variáveis	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio-Padrão
VM	0,6464	0,4502	3,8507	0,0414	0,6242
EC	1,0837	0,7173	20,000	0,5002	1,6791
GROWTH	0,0225	0,0092	0,7286	-1,1614	0,2238
LUC	0,0264	0,0447	1,7022	-1,7504	0,2916

Fonte: Elaborada pelos autores.

O teste ADF – Fisher não detectou a presença de raiz unitária nas variáveis analisadas. A Tabela 2 apresenta os coeficientes de correlação dos pares de variáveis. Os testes (não relatados) mostram não haver nenhuma variável de previsão que produz um fator de inflação da variância (FIV) maior ou igual a 10, corroborando que multicolinearidade não é um problema para a estimativa da equação de regressão (2) e (3). A relação de maior valor foi entre as variáveis EC e LUC (-0,4821), e GROWTH e VM (0,0898), indicando baixa correlação entre as variáveis do modelo (explanatórias).

Tabela 2 – Análise da correlação das variáveis

Variáveis	VM	EC	GROWTH	LUC
VM	1			
EC	0,0026	1		
GROWTH	0,0898	-0,0829	1	
LUC	0,0305	-0,4821	0,0291	1

Fonte: Elaborada pelos autores.

Suplementarmente foram analisados os demais pressupostos básicos, i.e., normalidade dos resíduos, homocedasticidade e autocorrelação. No que tange à normalidade dos resíduos, foi realizado o teste de Jarque-Bera, o qual indicou que os resíduos não seguem uma distribuição normal. No entanto, utilizou-se como suporte o Teorema do Limite Central, com base em Gujarati e Porter (2011), em que, para amostras maiores que 100 observações, presume-se a distribuição normal, i.e., o pressuposto da normalidade está restrito para as amostras que contêm menos de 100 observações.

Quanto à autocorrelação dos resíduos, utilizou-se o teste de Durbin-Watson demonstrando sua inexistência. Para o pressuposto da homocedasticidade dos resíduos, utilizou-se o teste de Breusch-Pagan-Godfrey, o qual apontou a existência de heterocedasticidade, que foi corrigida por meio da matriz de covariância de White.

Adicionalmente foram realizados os testes de Breusch-Pagan-Godfrey, Hausman e F (Chow) para detectar o melhor modelo. Dessa forma, foi feita regressão com efeitos fixos, para o modelo 2, efeitos aleatórios para o modelo 3, de modo a confirmar os sinais esperados das variáveis, (cujos resultados podem ser visualizados nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Análise da regressão das variáveis

VARIÁVEIS	VM t-value (sig.)	EC t-value (sig.)	GROWTH t-value (sig.)
INTERCEPTO	-9,6281 (0,0000)	-7,3959 (0,0000)	-7,5698 (0,0000)
EC	2,9521 (0,0032)	2,6589 (0,0079)	
GROWTH	0,8645 (0,3873)	0,7336 (0,4632)	
EC (t-1)		2,6508 (0,0081)	2,4092 (0,0160)
GROWTH (t-1)		1,7966 (0,0725)	1,7144 (0,0866)
Cros sections	486	461	461
Observações	3773	3316	3316
R ²	0,9301	0,9353	0,9268
R ² ajustado	0,9195	0,9245	0,9147
F	87,9141	87,1201	76,7222
(sig)	0,0000	0,0000	0,0000

Variável Dependente: Lucratividade (LUC). Variáveis independentes: Estrutura de Capital (EC) e Crescimento dos ativos (Growth).
Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da regressão, Tabela 3, evidenciaram que a variável *EC* apresentou coeficiente significante a 1% (p-valor = 0,0032) e positivo (coluna A), conforme destacou a literatura prévia. Dessa forma, foi possível confirmar a hipótese 1a, segundo a qual existe uma relação significante e positiva entre a estrutura de capital e a lucratividade das companhias brasileiras. Com a utilização da variável $EC_{i,t}$ (contemporânea) e $EC_{i,t-1}$ (defasada) foi possível confirmar a hipótese 1b, apresentando coeficiente significante a 1% (p-valor = 0,0081) e positivo (coluna B).

Esse resultado convergiu com as pesquisas de Roden e Lewellen (1995), Ghosh, Nag e Sirmans (2000), Abor (2005), Berger e Di Patti (2006) e Hasbi (2015), as quais mostraram que a alavancagem é positivamente correlacionada com a lucratividade. Possivelmente, essa relação positiva deve-se ao fato de que as empresas da amostra, no geral, estão em sua alavancagem ótima ou perto dela, conforme destacado por Danis, Retzl e Whited (2014).

Quanto à variável *GROWTH*, evidenciou o sinal esperado, positivo, conforme destacou a literatura prévia. No entanto, o coeficiente não foi significativo a 10% (p-valor = 0,3873). Dessa forma, não foi possível confirmar a hipótese 3, a qual destacou que existe uma relação significante e positiva entre o crescimento dos ativos e a lucratividade das companhias brasileiras. Com a utilização da variável $GROWTH_{i,t}$ (contemporânea) e $GROWTH_{i,t-1}$ (defasada) foi possível confirmar a hipótese 3b, apresentando coeficiente significante a 1% (p-valor = 0,0725) e positivo (coluna B).

Esse resultado convergiu com o obtido por Hasbi (2015), o qual apontou que o crescimento tem uma relação forte e um impacto positivo sobre a lucratividade. Por sua vez, Varaiya, Kerin e Weeks (1987) relataram que a lucratividade e o crescimento possuem o mesmo sinal esperado, confirmando também os resultados da presente pesquisa.

Com a utilização das variáveis *EC* e *GROWTH* apenas defasadas, coluna C, os resultados não se modificaram, confirmando a relação positiva entre estrutura de capital e lucratividade, e crescimento dos ativos e lucratividade das companhias brasileiras. De forma complementar, foi inserida variável dummy com valor 1 no ano de 2008 para controlar o possível efeito da crise financeira. Os resultados das variáveis *EC* e *GROWTH*, no que concerne à sua interpretação, não se modificaram e o coeficiente da variável dummy apresentou-se não significante.

Com a estimação do modelo na equação 3, conforme Tabela 4, a variável *EC* apresentou coeficiente significante a 1% (p-valor = 0,0000) e positivo (coluna A), conforme previsto. Foi possível confirmar a hipótese 2a de que existe uma relação significante e positiva entre a estrutura de capital e o valor de mercado das companhias brasileiras. Utilizando a variável $EC_{i,t-1}$ (defasada), os resultados (coluna B) apresentaram coeficiente significante a 1% (p-valor = 0,0020) e positivo confirmando a hipótese 2b.

Esses resultados divergem de achados anteriores, tais como Muradoglu e Sivaprasad (2012), Vo e Ellis (2016), Titman (1984), Rajan e Zingales (1995), Booth et al. (2001), Huang e Song (2006) e Oino e Ukaegbu (2015), os quais mostram uma relação negativa entre estrutura de capital e valor de mercado. Por outro lado, os resultados convergiram com os achados por Hasbi (2015), que apontaram a estrutura de capital impactando positivamente o valor da firma.

Tabela 4 – Análise da regressão das variáveis

VARIÁVEIS	A	B
	t-value (sig.)	t-value (sig.)
INTERCEPTO	15,4913 (0,0000)	-7,3959 (0,0000)
EC	14,3142 (0,0000)	
GROWTH	1,6517 (0,0987)	
LUCRATIVIDADE	3,8348 (0,0001)	
EC (t-1)		3,0910 (0,0020)
GROWTH (t-1)		0,4911 (0,6234)
LUCRATIVIDADE (t-1)		-0,7042 (0,4814)
Cros sections	288	285
Observações	2315	2083
R ²	0,0093	0,0017
R ² ajustado	0,0080	0,0003
F	7,2970	1,2397
(sig)	0,0000	0,2937

Variável Dependente: Valor de Mercado da Empresa (VM). Variáveis independentes: Estrutura de Capital (EC); Crescimento dos ativos (Growth); e LUCRATIVIDADE (LUC).

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma possível justificativa é o fato de que as empresas com um nível razoável de dívida criam valor para os acionistas quando estão em sua alavancagem ótima ou perto dela, uma vez que, da mesma maneira que nesse cenário existe uma relação positiva entre lucratividade e alavancagem, sugere-se que a lucratividade impacta positivamente o valor de mercado, conforme Danis, Rettl e Whited (2014).

No que tange à variável GROWTH, apresentou coeficiente significativo a 10% (p-valor = 0,0987) e positivo (coluna A), conforme previsto. Foi possível confirmar a hipótese 4a de que existe uma relação significativa e positiva entre o crescimento da empresa (crescimento dos ativos) e o valor de mercado das companhias brasileiras. Quanto à utilização da variável $GROWTH_{i,t-1}$ (defasada) o resultado (coluna B) apresentou coeficiente não significativo a 10% (p-valor = 0,6234), não confirmando a hipótese 4b.

Esses resultados são convergentes com a literatura prévia, como os encontrados em Cho e Pucik (2005) que evidenciaram uma relação positiva entre crescimento e valor da empresa. Algumas pesquisas usaram o crescimento como uma única medida do desempenho, ou, em combinação com lucratividade. Elas, como Varaiya, Kerin e Weeks (1987), sugeriram que a lucratividade e o crescimento influenciam positivamente no valor da empresa.

Por fim, a variável LUC apresentou coeficiente significativo a 10% (p-valor = 0,0001) e positivo (coluna A), conforme previsto. Dessa forma, foi possível confirmar a hipótese 5a de que existe uma relação significativa e positiva entre a lucratividade e o valor de mercado das companhias brasileiras. Em relação à utilização da variável $LUC_{i,t-1}$ (defasada) os resultados (coluna B) apresentaram coeficiente não significativo a 10% (p-valor = 0,4814), não confirmando a hipótese 5b.

Os resultados são convergentes com a literatura prévia (CHO; PUCIK, 2005; HASBI, 2015; VARAIYA; KERIN; WEEKS, 1987), uma vez que os resultados de Hasbi (2015) apontaram que a lucratividade tem forte relação e um impacto positivo sobre o valor da firma, Cho e Pucik (2005) mostraram uma relação positiva entre lucratividade e valor da empresa, e Varaiya, Kerin e Weeks (1987) relataram que a lucratividade influencia o valor para os acionistas, considerando-a medida de desempenho. Assim como no modelo 2, foi inserida variável dummy na estimação do modelo 3, com valor 1 no ano de 2008 para controlar o possível efeito da crise financeira. O coeficiente angular desta variável mostrou-se significativo, no entanto, a interpretação dos resultados permaneceu a mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve por objetivo analisar a relação entre a estrutura de capital, crescimento, lucratividade e valor da empresa das companhias brasileiras de capital aberto. Os resultados confirmaram as hipóteses: H_{1a} , H_{1b} , H_{2a} , H_{2b} , H_{3a} , H_{4a} e H_{5a} . Desta maneira, existe uma relação positiva e significativa entre estrutura de capital e lucratividade, e estrutura de capital e valor da empresa, seja a estrutura de capital de forma contemporânea ou defasada.

Por sua vez o crescimento dos ativos, proxy para o crescimento da empresa, defasado (em t-1) impacta na lucratividade das companhias, i.e., impacta, de forma positiva, a lucratividade do período seguinte. Por outro lado, não se pode inferir a relação contemporânea uma vez que o coeficiente de H_{3a} apresentou-se não significativo a 10%, não confirmando H_{3a} .

No tocante a H_{4a} , o crescimento dos ativos impacta de forma direta o valor de mercado das empresas, de forma contemporânea. Por outro lado, não se pode inferir a relação entre o crescimento dos ativos e o valor de mercado das empresas do período seguinte, não confirmando H_{4b} . Por fim, a lucratividade impacta positivamente o valor das companhias brasileiras de forma contemporânea, conforme H_{5b} .

Em linhas gerais, os resultados corroboram aqueles encontrados em pesquisas anteriores, destacando a relação entre valor de mercado, estrutura de capital, lucratividade e crescimento da empresa (CHO; PUCIK, 2005; DANIS; RETTL; WHITED, 2014; FERATI; EJUPE, 2010; HASBI, 2015; RIAHI-BELKAOUI, 1999; VO; ELLIS, 2016). Desta maneira, em relação às empresas brasileiras de capital aberto, é possível inferir a mesma relação para as variáveis supracitadas, em nível internacional.

Uma vez que não foram encontradas na literatura prévia pesquisas que demonstrassem a relação entre lucratividade, estrutura de capital, crescimento e valor da empresa no contexto brasileiro, este trabalho evidenciou essa relação para as empresas brasileiras, assim como a literatura prévia fez em nível internacional (BAKER; WURGLER, 2002; BERGER; DI PATTI, 2006; CHAKRABORTY, 2010; CHO; PUCIK, 2005; DANIS; RETTL; WHITED, 2014; FERATI; EJUPE, 2010; HASBI, 2015; MOH'D; PERRY; RIMBEY, 1998; OINO; UKAEGBU, 2015; RAJAN; ZINGALES, 1995; RIAHI-BELKAOUI, 1999; TITMAN; WESSELS, 1988; VO; ELLIS, 2016; XU, 2012).

De certo modo, a pesquisa contribui para a literatura contábil no contexto brasileiro, sobretudo no que tange à relação entre lucratividade, estrutura de capital, crescimento e valor da empresa, podendo ser utilizada pela academia e por outros pesquisadores para efeitos de comparações com diferentes cenários, replicações, ou, até mesmo, sustentação de outras pesquisas empíricas.

Como limitação principal do estudo, destaca-se que este foi realizado no contexto brasileiro, sobretudo quanto às empresas de grande porte, não podendo ser inferido para a totalidade das companhias brasileiras, em especial pequenas e médias, e para outras economias em nível internacional.

Recomendam-se novas pesquisas relacionadas à relação entre lucratividade, estrutura de capital, crescimento e valor de mercado, utilizando setores de atuação como utilidade pública ou setor financeiro, e ainda, outras medidas de desempenho além da lucratividade, métricas de crescimento além do tamanho do ativo, tal como aumento das receitas. Adicionalmente, outras pesquisas poderiam ser realizadas em países emergentes diversos, a fim de verificar se o comportamento encontrado neste estudo permanece para os demais países.

6 REFERÊNCIAS

- ABOR, J. The effect of capital structure on profitability: an empirical analysis of listed firms in Ghana. *The Journal of Risk Finance*, v. 6, n. 5, p. 438-445, 2005.
- ALTUNTAS, M.; BERRY-STÖLZLE, T. R.; WENDE, S. Does one size fit all? Determinants of insurer capital structure around the globe. *Journal of Banking and Finance*, v. 61, pp. 251-271, 2015.
- BAKER, M.; WURGLER, J. Market Timing and Capital Structure. *The Journal of Finance*, v. 57, n. 1, p. 1-32, 2002.
- BANDYOPADHYAY, A.; BARUA, N. M. Factors Determining Capital Structure and Corporate Performance in India: Studying the Business Cycle Effects. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, v. 61, p. 1-13, 2016.
- BERGER, A. N.; DI PATTI, E. B. Capital structure and firm performance: A new approach to testing agency theory and an application to the banking industry. *Journal of Banking and Finance*, v. 30, n. 4, p. 1065-1102, 2006.
- BOOTH, L.; ALVAZIAN, V.; DEMIRGUC-KUNT, A.; MAKSIMOVIC, V. Capital Structures in Developing Countries. *The Journal of Finance*, v. 56, n. 1, p. 87-130, 2001.
- CHADHA, S.; SHARMA, A. K. Capital Structure and Firm Performance: Empirical Evidence from India. *The Journal of Business Perspective*, v. 19, n. 4, pp. 295-302, 2015.
- CHAKRABORTY, I. Capital structure in an emerging stock market: The case of India. *Research in International Business and Finance*, v. 24, n. 3, p. 295-314, 2010.
- CHEN, J. J. Determinants of capital structure of Chinese-listed companies. *Journal of Business Research*, v. 57, n. 12 SPEC.ISS., p. 1341-1351, 2004.
- CHO, H. J.; PUCIK, V. Relationship between innovativeness, quality, growth, profitability, and market value. *Strategic Management Journal*, v. 26, n. 6, p. 555-575, 2005.
- COASE, R. H. *The Nature of the Firm*. *Economic Journal*, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.
- DANIS, A.; RETTL, D. A.; WHITED, T. M. Refinancing, profitability, and capital structure. *Journal of Financial Economics*, v. 114, n. 3, p. 424-443, 2014.
- DANISE, D.; ROBERT, H. Revisiting The Relationship Between Insider Ownership and Performance. *Journal of Business and Economic Studies*, v. 15, n. 2, p. 32-43, 2009.
- DONALDSON, L. Organization design and the life cycles of products. *Journal of Management Studies*, v. 22, n. 1, p. 25-37, 1985.
- FACCIO, M.; XU, J. Taxes and capital structure. *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, v. 50, n. 3, p. 277-300, 2015.
- FAMA, E. F. ; FRENCH, K. R. Testing Trade-Off and Pecking Order Predictions About Dividends and Debt. *Review of Financial Studies*, v. 15, n. 1, p. 1-33, 2002.
- FAUVER, L.; MCDONALD, M. B. Culture, agency costs, and governance: International evidence on capital structure. *Pacific-Basin Finance Journal*, v. 34, p. 1-23, 2015.
- FERATI, R.; EJUPI, E. Capital Structure and Profitability: The Macedonian Case. *European Scientific Journal*, v. 8, n. 7, p. 51-58, 2010.
- FLANNERY, M. J.; RANGAN, K. P. Partial adjustment toward target capital structures. *Journal of Financial Economics*, v. 79, n. 3, p. 469-506, 2006.
- GHOSH, C.; NAG, R.; SIRMANS, C. F. The Pricing of Seasoned Equity Offerings: Evidence from REITs. *Real Estate Economics*, v. 28, pp. 363-384, 2000.
- GRAHAM, J. R.; HARVEY, C. R. The theory and practice of corporate finance: evidence from the field. *Journal of Financial Economics*, v. 60, pp. 187-243, 2001.
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria básica*. Tradução: Denise Durante, Mônica Rosemberg, Maria Lucia G.

L. Rosa. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HASBI, H. Islamic Microfinance Institutin: The Capital Structure, Growth, Performance and Value of Firm in Indonesia. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, v. 211, pp. 1073-1080, 2015.

HUANG, G.; SONG, F. M. The determinants of capital structure: Evidence from China. *China Economic Review*, v. 17, n. 1, pp. 14-36, 2006.

KESTER, W. C. Capital and Ownership Structure: A comparison of United States and Japanese Manufacturing Corporations. *Financial Management*, v. 15, n. 1, pp. 5-16, 1986.

LEARY, M. T.; ROBERTS, M. R. Do firms rebalance their capital structures? *Journal of Finance*, v. 60, n. 6, pp. 2575-2619, 2005.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment. *The American Economic Review*, v. 45, n. 1, pp. 1-28, 1958.

MOH'D, M. A.; PERRY, L. G. ; RIMBEY, J. N. The Impact of Ownership Structure On Corporate Debt Policy: a Time-Series Cross-Sectional Analysis. *The financial reviews*, v. 33, n. 1976, pp. 85-98, 1998.

MURADOGLU, Y. G.; SIVAPRASAD, S. Capital structure and abnormal returns. *International Business Review*, v. 21, n. 3, pp. 328-341, 2012.

MYERS, S. C. Determinants of Corporate Borrowing. *Journal of Financial Economics*, v. 5, pp. 147-175, 1977.

OINO, I.; UKAEGBU, B. The impact of profitability on capital structure and speed of adjustment: An empirical examination of selected firms in Nigerian Stock Exchange. *Research in International Business and Finance*, v. 35, pp. 111-121, 2015.

RAJAN, R. G.; ZINGALES, L. What do we know about capital structure: some evidence from international data. *The Journal of Finance*, v. 50, n. 5, pp. 1421-1460, 1995.

RIAHY-BELKAOUI, A. Productivity, profitability, and firm value. *Journal of International Financial Management and Accounting*, v. 10, n. 3, pp. 188-201, 1999.

RODEN, D. M.; LEWELLEN, W. G. Corporate Capital Structure Decisions: Evidence from Leveraged Buyouts. *FM: The Journal of the Financial Management Association*, v. 24, n. 2, pp. 76-87, 1995.

SERFLING, M. Firing Costs and Capital Structure Decisions. *The Journal of Finance*, v. 71, n. 5, pp. 2239-2286, 2016.

SHYAM-SUNDER, L.; MYERS, S. C. Testing static tradeoff against pecking order models of capital structure. *Journal of Financial Economics*, v. 51, pp. 219-244, 1999.

STEPHAN, A.; TALAVERA, O.; TSAPIN, A. Corporate debt maturity choice in emerging financial markets. *Quarterly Review of Economics and Finance*, v. 51, n. 2, pp. 141-151, 2011.

STREBULAEV, I. A. Do Tests of Capital Structure Theory Mean What They Say? *The Journal of Finance*, v. 62, n. 4, pp. 1747-1787, 2007.

TITMAN, S. The Effect of Capital Structure on a Firm's Liquidation Decision. *Journal of Financial Economics*, v. 13, n. 1, pp. 137-151, 1984.

TITMAN, S.; WESSELS, R. The Determinants of Capital Structure Choice. *The Journal of Finance*, v. XLIII, n. 1, pp. 1-19, 1988.

VARAIYA, N.; KERIN, R. A.; WEEKS, D. The relationship between growth, profitability, and firm value. *Strategic Management Journal*, v. 8, n. 5, pp. 487-497, 1987.

VO, X. V.; ELLIS, C. An empirical investigation of capital structure and firm value in Vietnam. *Finance Research Letters*, pp. 1-5, 2016.

WALD, J. K. How Firm Characteristics Affect Capital Structure: an International Comparison. *The Journal of Financial Research*, v. XXII, n. 2, pp. 161-187, 1999.

WIWATTANAKANTANG, Y. An empirical study on the determinants of the capital structure of Thai firms. *Pacific-Basin Finance Journal*, v. 7, n. 3-4, pp. 371-403, 1999.

WOO, C. Y.; WILLARD, G. E.; DAELLENBACH, U. S. Spin-off performance: a case of overstated expectations? *Strategic Management Journal*, v. 13, n. 6, pp. 433-447, 1992.

XU, J. Profitability and capital structure: Evidence from import penetration. *Journal of Financial Economics*, v. 106, n. 2, pp. 427-446, 2012.

Adaptação ao ambiente do ensino superior: percepção dos alunos do curso de ciências contábeis

Adaptation to the higher education environment: perceptions of students in accounting science

O trabalho participou do X Congresso ANPCONT, de 4 a 7 de junho de 2016, em Ribeirão Preto (SP).

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi identificar a percepção dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis do sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) da mesorregião do Vale do Itajaí (SC) sobre o processo de adaptação ao ambiente do ensino superior. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva, por meio de levantamento, com abordagem quantitativa. Utilizou-se o Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA-r), instrumento validado em pesquisas anteriores. Os resultados demonstram que o gênero feminino representa 68,84% dos respondentes; 64,65% escolheram o curso de Ciências Contábeis em primeira opção. Quanto às dimensões apontadas no QVA-r, a Pessoal é a que representa a maior dificuldade para os alunos no processo de adaptação ao ensino superior, com média de 3,4; seguida das dimensões Estudo (3,5), Interpessoal (3,7) e Carreira (3,8). A dimensão em que os alunos apresentam menor dificuldade é a Institucional, com média 4,0. Observa-se que estudantes que estão no curso de sua primeira opção apresentam-se mais satisfeitos e integrados em relação aos demais. Conclui-se que a pesquisa possibilita aos dirigentes do curso de Ciências Contábeis conhecerem as dificuldades apontadas pelos alunos na adaptação ao ensino superior, permitindo desenvolver estratégias no sentido de minimizar as dificuldades apontadas.

Palavras chave: Adaptação. Ensino Superior. Ciências Contábeis.

ABSTRACT:

The aim of this research is to identify the perception of students in Accounting Sciences from Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) undergraduate courses at the mesoregion of Vale do Itajaí/SC on the process of adaptation to the higher education environment. Therefore, a descriptive research was conducted through a survey with the quantitative approach. Besides, the instrument used was the Academic Experiences Questionnaire that was validated in previous researches. The results demonstrate that female is 68.84% of the respondents; 64.65% chose Accounting Sciences as the first option. Regarding the dimensions indicated in the questionnaires, the Personal is the most difficult one for students in the process of adaptation to higher education, with an average of 3.4; followed by Study (3.5), Interpersonal (3.7), and Career (3.8). The dimension in which students have less difficulty is the Institutional, averaging 4.0. Moreover, it is observed that students who are in the undergraduate course as their first option show more satisfaction and integration than the others. The research concluded that the findings provide to the Accounting Sciences undergraduate course leaders knowledge about the difficulties pointed out by the students in adapting themselves to higher education, which allows the institutions to develop strategies in order to minimize the pointed out difficulties.

Keywords: Adaptation. Higher education. Accounting sciences.

Leila Chaves Cunha

Professora e Coordenadora do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Administração da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Contato: Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140, Bairro Victor Konder, CEP 89012-900, Blumenau – Brasil. E-mail: leila@unidavi.edu.br.

Leandro Marques

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Contato: Rua Antônio da Veiga, 140, Bairro Victor Konder, CEP 89012-900, Blumenau – Brasil. leandromarques@hotmail.com.

Vania Tanira Biavatti

Doutora em Ciências Sociais-Políticas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Mestrado em Ciências Contábeis na Universidade Regional de Blumenau – FURB. Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140, Bairro Victor Konder, CEP 89012-900, Blumenau – Brasil. E-mail: vania@hprada.com.br - Telefone: (47) 3321-0200

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD (1997), a universidade forma grande parte da população dentro de um modelo que foi definido como a sociedade da aprendizagem e do conhecimento. A partir dessa perspectiva, a formação em nível superior apresenta elevada demanda, em função, principalmente, da aspiração de grande parte da população em prosseguir os estudos, motivada pela demanda no mercado de trabalho (FAGUNDES, 2012). Neste sentido, dados do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2014) revelam que no ano de 2012 o número de matriculados em cursos de graduação no Brasil ultrapassou a marca de 7 milhões, sendo registrada média de crescimento anual de 5,7% desde o ano de 2009.

Porém, se por um lado o interesse pelos cursos de graduação tem aumentado, por outro a evasão no ensino superior tem se revelado um problema que merece atenção. Silva et al. (2007) realizaram pesquisa, com base nos dados fornecidos pelo INEP (2005) e identificaram que a taxa de evasão dos diferentes cursos de graduação do Brasil, no período de 2001 a 2005, foi de 22%, demonstrando tendências de crescimento.

A decisão de permanência ou de evasão do estudante do ensino superior, assim como o desempenho acadêmico, pode ser influenciada pela satisfação associada à qualidade das vivências acadêmicas. Assim, entre os aspectos relacionados que podem ser estudados para melhor entender essa fase e minimizar os problemas da evasão, está o processo de integração do estudante no ensino superior (GHIRALDELLO; MERCURI, 2015).

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (1996), no artigo 36, estabelece que um dos objetivos do ensino médio é a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

No entanto, segundo Almeida, Soares e Ferreira (2000), a entrada no ensino superior é marcada por complexos processos de transição e adaptação, além de questões de nível pessoal, que podem decorrer das exigências provenientes de seu vínculo com a universidade ou de aspectos pessoais que fazem parte das mudanças comuns nesta fase de desenvolvimento.

Segundo Sacristán (1997), a transição é a experiência de viver a descontinuidade dentro da natural multiplicidade, diversidade e polivalência do mundo atual. Pode-se definir a transição como “um processo de mudança que implica uma descontinuidade na trajetória vital, aspecto que condiciona uma modificação de condutas, papéis e ambientes que é mediada por fatores institucionais e sociais” (FAGUNDES, 2012, p. 64).

A mudança de contexto social gera um sentimento de 'começar de novo', e implica um processo de ruptura com uma ordem anteriormente estabelecida e abertura de um campo de possibilidades para o desenvolvimento de novas identidades e relações. A passagem por contextos diferentes tem um significativo potencial emancipatório no indivíduo e na sociedade, mas é também um terreno fértil à criação de hiatos sociais, geradores de conflitos, crises e exclusões (ABRANTES, 2005).

Segundo Fagundes (2012) a transição pode ser analisada sob três perspectivas teóricas fundamentais: a psicológica, que centraliza a análise na própria pessoa como agente da transição, no que se refere aos sentimentos e emoções que acompanham cada uma das etapas de transição; a ecológica, centrada no contexto pessoal, social e institucional; e a sociológica, que centra as análises no contexto socioeconômico amplo e próximo, nos fatores de desigualdade social e nos modelos de orientação social.

O processo de transição para o ensino superior confronta o jovem com a resolução simultânea de um conjunto de tarefas em quatro dimensões principais: a) acadêmica: diz respeito às novas estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação; b) social: é caracterizada pelo desenvolvimento de padrões de relacionamentos interpessoais mais maduros; c) pessoal: diz respeito ao tempo passado na universidade, e que deve concorrer para maior sentido de identidade e fortalecimento da autoestima; d) vocacional/institucional: é o comprometimento com objetivos vocacionais, que parecem assumir maior importância (ALMEIDA; SOARES; FERREIRA, 2000).

Deste modo, o presente trabalho está estruturado para verificar o processo de transição nos aspectos acadêmico, social, pessoal e vocacional/institucional a partir do ponto de vista do aluno, e a questão que norteia este estudo é: Qual a percepção dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis da mesorregião do Vale do Itajaí (SC) sobre o processo de adaptação ao ambiente escolar do ensino superior?

Pesquisas vêm sendo realizadas sobre a transição do ensino médio para o ensino superior: Freitas, Raposo e Almeida (2007); Pinho et al. (2013) e Ghiraldello e Mercuri (2015). No entanto, observa-se que não se identificou pesquisa para analisar o processo de adaptação de estudantes nesta região do estado de Santa Catarina, o que poderá contribuir para que nos cursos se possa, a partir de uma base de dados mais confiável, implementar estratégias para facilitar a adaptação dos estudantes e, portanto, enfrentar com maior probabilidade de sucesso uma série de obstáculos advindos dessa situação-problema.

2 TRANSIÇÕES ESCOLARES

Conforme Anderson et al. (2000), a transição sistêmica no meio escolar muitas vezes pode estar intimamente relacionada com a transição e desenvolvimento do jovem. Por exemplo, muitos estudantes atravessam a puberdade ao mesmo tempo em que se movem da escola primária à secundária (nos Estados Unidos). Pesquisas são realizadas com o objetivo de examinar o impacto de fatores contextuais sobre as capacidades dos alunos em negociar as demandas

associadas com transições sistêmicas: o tamanho do aumento da escola, o aumento da departamentalização e rastreamento, e maior ênfase na capacidade relativa e da concorrência em contraste com esforço e melhoria.

De acordo com o Censo do INEP (2014), no ano de 2012 o percentual de pessoas frequentando a educação superior representava quase 30% da população brasileira na faixa etária de 18 a 24 anos e em torno de 15% estava na idade teoricamente adequada para cursar esse nível de ensino. Ou seja, 50% dos ingressantes tinham idade inferior a 24 anos. Nesse sentido, o processo de transição sistêmico do ensino médio para o superior muitas vezes está relacionado ao desenvolvimento psicológico e social que ocorre na adolescência. Segundo Zeferino et al. (2003) a adolescência é um fenômeno biopsicossocial que, embora se inicie durante a puberdade, pode manter-se por mais tempo. No Brasil, do ponto de vista normativo, convive-se com duas definições de adolescência: uma do Estatuto da Criança e do Adolescente, que considera adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos, e outra da Organização Mundial da Saúde (OMS), que considera adolescente a pessoa entre 10 e 20 anos.

Deste modo, além das mudanças no seu desenvolvimento relacionadas à fase final da adolescência e início da vida adulta, a transição para o ensino superior confronta o jovem com uma série de desafios que decorre das exigências que o novo contexto educativo lhe apresenta, e das implicações que a transição poderá acarretar nas várias dimensões de sua existência (ALMEIDA; SOARES; FERREIRA, 2000).

O impacto negativo da transição é, presumivelmente, uma consequência das descontinuidades que acompanham a transição. Pelo menos dois tipos de descontinuidade caracterizam a transição: a) descontinuidade do ambiente; e b) a descontinuidade das estruturas sociais. A descontinuidade no ambiente está relacionada ao clima escolar, que é a forma como os intervenientes no processo educativo percebem e caracterizam o ambiente escolar (tamanho da escola, segurança, normas) e as políticas educacionais, por exemplo, o grau em que os professores pressionam academicamente o aluno e o nível de autonomia do estudante (RICE, 2001).

Assim, as principais transições do sistema de ensino parecem continuar a fornecer um enquadramento formal para o processo de (re)construção das identidades dos indivíduos. Ao longo destas várias transições, os indivíduos vão conquistando níveis crescentes de liberdade e independência, mas, por outro lado, incorporam estatutos, práticas, valores, estilos de vida consistentes com as suas condições, posições e campos de possibilidades no espaço social (ABRANTES, 2005).

2.1 Processo de adaptação escolar

O conceito de socialização encontra no processo de transição escolar um 'laboratório vivo' de observação e análise, que vai além da ideia simplificada de um processo linear de transmissão, por parte do 'socializador', e acumulação, por parte do 'socializado'. A concepção que se sugere é de um processo mais dinâmico, interativo e descontínuo do que a sua concepção clássica supunha. Os modos de entender e de construir o 'ofício de aluno' e o 'sentido do trabalho escolar' previstos por Perrenoud (1994) devem também ser objetivados pelos alunos, pois não são dados adquiridos e estáveis ao longo do percurso escolar, mas, pelo contrário, são fruto de negociações constantes (ABRANTES, 2005).

Segundo Almeida, Soares e Ferreira (2000), o primeiro ano da universidade tem sido conceituado como um período crítico, potencializador de crises e desafios, e como o principal determinante de padrões de desenvolvimento estabelecidos pelo jovem no decorrer de seu percurso no ensino superior. Desta forma os autores propõem o Questionário de Vivência Acadêmica – QVA, que contempla na sua apresentação três grupos de variáveis na análise do processo de transição e adaptação dos estudantes ao ensino superior. Essas variáveis contemplam:

- Aprendizagem e rendimento acadêmico: dizem respeito ao impacto que o estudante sente à mudança de ambiente escolar no que se refere aos professores, à organização curricular, ao contexto acadêmico e tudo que daí decorre.
- Pessoais e de desenvolvimento psicossocial: as implicações decorrentes da separação de amigos e familiares (quando necessitam sair de casa); o confronto com um meio desconhecido; decidir quem se é e o que vai fazer da vida; desenvolvimento da interdependência emocional e instrumental.
- Contexto acadêmico: diz respeito ao espaço físico do campus, que pode afetar as relações, a socialização e o envolvimento acadêmico dos estudantes, como a alta densidade de alunos em sala de aula, comprometendo sua interação com os demais e afetando o nível de atenção e de processamento das informações.

Os desafios inerentes ao ingresso no ensino superior iniciam-se com a adaptação ao novo ambiente e ao curso, nem sempre de primeira escolha vocacional dos jovens, e decorrem das relações interpessoais com os pares e professores, das exigências cognitivas e de estudo, da autonomia proporcionada pelos novos contextos de vida quotidiana. E, em muitos casos, da saída de casa e afastamento dos amigos e familiares, da gestão do tempo e do dinheiro, das perspectivas de carreira e de compromissos vocacionais com as aprendizagens e oportunidades de formação (FREITAS; RAPOSO; ALMEIDA, 2007).

A consequência para os estudantes que não conseguem realizar transições sistêmicas bem-sucedidas é o abandono escolar. Os alunos se sentem marginalizados, não acolhidos, não respeitados nem valorizados pelos outros, havendo poucas recompensas no sistema para eles, que experimentam um sentimento de rejeição por parte da comunidade *mainstream* (ANDERSON et al., 2000).

O processo de transição escolar é dinâmico e requer do estudante capacidade de adequação ao novo, pois os desafios impostos vão além do adaptar-se ao ambiente escolar, associando-se ao seu próprio desenvolvimento pessoal.

2.2 Estudos relacionados

Nesta seção apresentam-se estudos relacionados à transição do ensino médio para o ensino superior. Pinho et al. (2013) analisaram os fatores que influenciam na adaptação do aluno egresso do ensino médio para a vida universitária. Os resultados indicaram que um dos fatores mais citados está relacionado com as diferenças entre o contexto do ensino médio e o contexto universitário, pois as demandas do ensino superior são acompanhadas por maior grau de autonomia. A interação do ingressante com a universidade e o curso sofre grande influência da infraestrutura oferecida. No entanto, a instituição não deve ser vista como a única responsável pelo processo de transição, já que os fatores individuais do sujeito e a experiência que teve na sua vida escolar durante o ensino médio influenciam esse processo.

Ghiraldello e Mercuri (2015) realizaram pesquisa com o objetivo de identificar e analisar as características das vivências acadêmicas de estudantes ingressantes no curso de Turismo de uma IES privada do estado de Minas Gerais. Os resultados apontam as médias das cinco dimensões, da menor para a maior, e são: Pessoal (3,09); Estudo (3,46); Interpessoal (3,90); Institucional (4,06); e Carreira (4,13). Assim, observa-se que as piores condições de integração dos estudantes se relacionaram às questões pessoais e de estudo; as condições satisfatórias de integração estão nos relacionamentos interpessoais, e as melhores condições de integração, nas questões relacionadas à instituição frequentada e à carreira escolhida. No entanto, foi observado que diferença estatisticamente significativa entre as médias ocorreu apenas entre os valores das dimensões Pessoal e Carreira.

Freitas, Raposo e Almeida (2007) aplicaram o QVA-r a estudantes do primeiro ano do curso de licenciatura em Enfermagem do ano letivo 2003/2004, em uma Escola Superior de Portugal. A dimensão com a menor média foi a Institucional (32,7), seguida de Estudo (43,2) e Pessoal (43,8). As melhores dimensões foram Carreira (49,2) e Interpessoal (48,8). Os resultados também sugerem que a dimensão Carreira está relacionada com a idade, pois há maior envolvimento na carreira por parte dos alunos mais novos e dos que escolheram o curso e a instituição em primeira opção. A dimensão Institucional também está relacionada com a idade, verificando-se maior envolvimento institucional por parte dos estudantes mais velhos, assim como por parte dos alunos que mencionam frequentar a instituição de ensino na primeira opção.

Granado et al. (2005) aplicaram o QVA-r para estudantes brasileiros em IES localizadas no interior paulista de diversas áreas do conhecimento, e os resultados demonstram que 63,6% dos estudantes são do gênero feminino. As médias mais baixas, tanto para as mulheres (26,1) como para os homens (26,6), foram na dimensão Institucional; seguida de Estudo: homens com média de 30,7 e mulheres com 32,6. As dimensões com melhores médias foram Carreira: 49 para homens e 50,4 para as mulheres; seguida de Pessoal: para os homens (45,5); e Interpessoal: para as mulheres (47,0). Os resultados demonstram um nível mais baixo de compromisso acadêmico e de adaptação à universidade por parte do gênero masculino.

Igue, Baiane e Milanesi (2008) aplicaram o QVA-r para universitários do primeiro ao quinto ano do curso de Psicologia. Os resultados apontam que 82,5% dos alunos ingressantes são do gênero feminino. Na dimensão Pessoal, foi observada a média de 3,26 para os ingressantes e 3,33 para os concluintes, sendo as mais baixas entre todas as dimensões. Na dimensão Institucional, os estudantes de primeiro e último anos tiveram, respectivamente, as médias 3,64 e 3,39; a dimensão Estudo apresentou as médias 3,47 para os ingressantes e 3,65 para os concluintes; na dimensão Interpessoal, os resultados foram 3,98 e 3,94 para os ingressantes e concluintes, respectivamente. Quanto à dimensão Carreira, esta foi a que obteve as maiores médias, a saber, 4,25 para os alunos de primeiro ano e 4,18 para os de último.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto de pesquisa foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa, cadastrado na Plataforma Brasil, pelo Parecer nº. 1.194.889. A pesquisa se caracteriza como descritiva, do tipo levantamento e quantitativa.

O procedimento de coleta de dados ocorreu com a aplicação de questionário com perguntas fechadas em escala Likert de 5 pontos. O questionário utilizado é proposto por Almeida Soares e Ferreira (2000) e adaptado para o Brasil por Granado et al. (2005), denominado Questionário de Vivência Acadêmica – versão reduzida (QVA-r).

No Brasil a adaptação foi realizada para atender aos aspectos socioculturais dos estudantes, envolvendo os comportamentos, sistema educativo, expressões idiomáticas, além de questões ortográficas e gramaticais. O QVA-r adaptado e validado para o Brasil contém 54 itens distribuídos em cinco dimensões, que obtiveram um índice de consistência interna (alfa de Cronbach) total de $\alpha=0,88$ (GRANADO et al., 2005). No Quadro 1 apresenta-se a composição do QVA-r, bem como os índices de consistência interna para cada dimensão.

Observa-se no Quadro 1 que as assertivas que compõem o QVA-r visam identificar as opiniões e sentimentos dos alunos em relação a diversas situações e vivências acadêmicas. Com referência à escala utilizada, quanto mais próxima a 5 for a resposta, melhor a integração do aluno naquela situação. Entretanto, deve-se destacar que o questionário contempla alguns 'itens invertidos', ou seja, afirmações negativas em que a escolha da opção 5 indica que o estudante não está vivenciando bem aquela situação. Nestes casos, para que não houvesse alteração nos resultados, as respostas foram invertidas no momento da tabulação dos dados.

O instrumento de pesquisa levado a campo neste estudo compreendeu, além do QVA-r exposto anteriormente, um bloco inicial destinado a conhecer o perfil dos alunos respondentes, elaborado com base em Ghiraldello (2008) e Fernandes (2011).

Quadro 1 – Composição do QVA-r

Dimensão	Finalidade	Número de assertivas	Consistência (Alfa de Cronbach)
Pessoal	Avaliar as percepções do estudante sobre si mesmo, em relação ao seu bem-estar psicológico e físico, aspectos pessoais, como autonomia e autoconceito, e aspectos emocionais.	14	$\alpha=0,84$
Interpessoal	Avaliar o relacionamento interpessoal com os pares, amigos, relações de intimidade e envolvimento em atividades extracurriculares.	12	$\alpha=0,82$
Carreira	Avaliar aspectos relacionados com o curso escolhido, expectativas de carreira, aprendizagem e satisfação com a escolha de curso.	12	$\alpha=0,86$
Estudo	Avaliar questões de estudo, competências que abrangem o cotidiano escolar, como gestão do tempo, utilização da biblioteca e estratégias de aprendizagem.	9	$\alpha=0,78$
Institucional	Avaliar o interesse geral pela instituição em que está inserido (normas, infraestrutura, serviços) e em dar andamento no curso escolhido.	8	$\alpha=0,77$

Fonte: Adaptado de Granado et al. (2005)

A aplicação do instrumento de pesquisa ocorreu de forma presencial, com estudantes do primeiro e segundo semestre do Curso de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) situadas na Mesorregião do Vale do Itajaí (SC) que pertencem à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE).

Antes da aplicação do questionário entrou-se em contato com os coordenadores de curso das cinco IES a fim de solicitar autorização para a condução da pesquisa, sendo que apenas um dos coordenadores não respondeu à solicitação, por isso não se aplicou a pesquisa nessa IES. Ressalta-se que juntamente com o instrumento de coleta de dados foi entregue aos respondentes o Termo de Livre Consentimento para participação em pesquisa, segundo a orientação da Resolução n°. 196/96 do Ministério da Saúde, sobre pesquisas envolvendo seres humanos.

No momento da tabulação dos dados foram identificados questionários com ausência de resposta e com duas respostas para a mesma assertiva. Os questionários em que o número de respostas ausentes ou incorretas superou 90% foram descartados e naqueles em que o percentual foi menor que 90% os dados foram imputados por meio estatístico.

Deste modo, de um total de 219 questionários, foram analisados 215. Na Tabela 1 apresenta-se a composição da amostra final do estudo por instituição de ensino.

Tabela 1 – Composição da Amostra

Instituições de Ensino Superior	Respondentes	Exclusões	Amostra final
Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE	48	0	48
Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI	47	1	46
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (campus de Ibirama)	58	2	56
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI	0	0	0
Universidade Regional de Blumenau – FURB	66	1	65
Total	219	4	215

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 1 que a IES com maior número de respondentes é a FURB, e com menor número, a UNIDAVI. Destaca-se que não ocorreu a aplicação da pesquisa em uma das instituições, pois não se obteve retorno da coordenação do curso autorizando a aplicação do questionário.

Após a tabulação, os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, calculando-se as frequências, médias, desvios-padrões e coeficientes de variação. Posteriormente, procedeu-se à análise de testes de diferença de médias com auxílio do software estatístico Statistical Package for Social Science (SPSS). Para testar a diferença de médias entre os grupos utilizou-se do teste de Kruskal-Wallis, uma vez que o resultado do teste de normalidade Kolmogorov-Sminov indicou que os dados da pesquisa não apresentam distribuição normal.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A apresentação dos resultados está estruturada da seguinte maneira: a) perfil dos respondentes; b) estatística descritiva; c) estatística descritiva das dimensões do QVA; d) diferenças entre grupos das dimensões do QVA.

Destaca-se que, com exceção da UDESC, que é instituição pública e por isso não cobra mensalidade de seus alunos, as demais IES, mesmo sendo comunitárias, possuem mensalidade para os cursos oferecidos.

4.1 Perfil dos respondentes

Na Tabela 2 apresentam-se os resultados referentes ao perfil dos alunos que participaram da pesquisa, relacionados aos seguintes aspectos: gênero, idade, opção pelo curso, intenção de continuar no curso, saída de casa, residência atual e questões sobre atividades profissionais.

Tabela 2 – Gênero e idade dos respondentes

Instituição	UNIFEBE		UNIDAVI		UDESC		FURB		TOTAL	
Gênero	48	100%	46	100%	56	100%	65	100%	215	100%
Masculino	19	39,58%	14	30,43%	17	30,36%	17	26,15%	67	31,16%
Feminino	29	60,42%	32	69,57%	39	69,64%	48	73,85%	148	68,84%
Idade	48	100%	46	100%	56	100%	65	100%	215	100%
16 a 21	39	81,25%	40	86,96%	37	66,07%	50	76,92%	166	77,21%
22 a 27	4	8,33%	6	13,04%	11	19,64%	7	10,77%	28	13,02%
28 a 33	5	10,42%	0	-	5	8,93%	5	7,69%	15	6,98%
Acima de 33	0	-	0	-	3	5,36%	3	4,62%	6	2,79%

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 2 que em todas as IES há predominância das mulheres, pois no total das instituições, 68,84% dos alunos são do gênero feminino. Destaca-se que a FURB apresenta o maior percentual (73,85%) de mulheres cursando Ciências Contábeis. Estes resultados são consonantes com os dados do Conselho Federal de Contabilidade (2013), segundo os quais o número de mulheres matriculadas em cursos de graduação em Ciências Contábeis já é aproximadamente 40% maior do que o número de homens. Os resultados convergem com os apresentados por Igue, Bariani e Milanesi (2008), que apontam que 82,5% dos alunos ingressantes do curso de psicologia são do gênero feminino. No entanto, destaca-se que é preciso respeitar as diferenças profissionais de cada curso. Também converge com os resultados apresentados por Granada et al. (2005), em que o gênero feminino representou 63,6% dos alunos pesquisados. Neste caso são estudantes brasileiros de diversas áreas do conhecimento.

Quanto à idade, 77,21% do total dos alunos têm entre 16 e 21 anos, e a UNIDAVI apresenta o maior percentual desta faixa etária (86,96%); a UDESC tem maior distribuição entre as faixas etárias.

Na Tabela 3 apresentam-se os resultados relacionados às questões sobre a opção pela IES, pelo curso e a intenção de continuar no curso.

Tabela 3 – Opção do curso

Instituição	UNIFEBE		UNIDAVI		UDESC		FURB		TOTAL	
Instituição Atual	48	100%	46	100%	56	100%	65	100%	215	100%
Primeira Opção	37	77,08%	32	69,57%	39	69,64%	56	86,15%	164	76,28%
Segunda Opção	11	22,92%	12	26,09%	14	25,00%	8	12,31%	45	20,93%
Terceira Opção	0	0,00%	2	4,35%	3	5,36%	1	1,54%	6	2,79%
Curso Atual	48	100%	46	100%	56	100%	65	100%	215	100%
Primeira Opção	34	70,83%	28	60,87%	34	60,71%	43	66,15%	139	64,65%
Segunda Opção	13	27,08%	15	32,61%	19	33,93%	18	27,69%	65	30,23%
Terceira Opção	1	2,08%	3	6,52%	3	5,36%	3	4,62%	10	4,65%
Quarta Opção	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	1,54%	1	0,47%
Intenção de continuar no curso	48	100%	46	100%	56	100%	65	100%	215	100%
Sim	43	89,58%	44	95,65%	53	94,64%	60	92,31%	200	93,02%
Não	3	6,25%	1	2,17%	3	5,36%	3	4,62%	10	4,65%
Não respondeu	2	4,17%	1	2,17%	0	0,00%	2	3,08%	0	2,33%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Na Tabela 3 observa-se que, de forma geral, 76,28% dos alunos escolheram a IES em primeira opção. A FURB apresenta maior percentual nesta questão (86,15%); como segunda opção, o total das IES representa 20,93%. Quanto ao curso, 64,65% escolheram Ciências Contábeis em primeira opção; em segunda opção, têm-se 30,23%. Observa-se que a FURB apresenta alunos até a quarta opção. Destaca-se que dos 35,35% dos alunos que não escolheram o curso de Ciências Contábeis como primeira opção apenas 4,65% têm intenção de mudar de curso.

Na Tabela 4 apresentam-se os resultados concernentes às questões sobre a mudança de residência e a residência atual dos alunos.

Tabela 4 – Questões sobre a residência

Instituição	UNIFEBE		UNIDAVI		UDESC		FURB		TOTAL	
Saída de casa	48	100%	46	100%	56	100%	65	100%	215	100%
Sim	4	8,33%	9	19,57%	11	19,64%	4	6,15%	28	13,02%
Não	44	91,67%	37	80,43%	45	80,36%	61	93,85%	187	86,98%
Residência Atual	4	100%	9	100%	11	100%	4	100%	28	100%
Apartamento com estudantes	0	-	0	-	2	18,18%	0	-	215	7,14%
Apartamento sozinho	0	-	1	11,11%	6	54,55%	2	50,00%	28	32,14%
Casa/Apartamento com familiares	3	75,00%	6	66,67%	3	27,27%	2	50,00%	187	50,00%
Outros	1	25,00%	2	22,22%	0	-	0	-	215	10,71%

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 4 apresentam-se os resultados sobre a necessidade de sair de casa para poder cursar o ensino superior, observando-se que, no total das IES, apenas 13,02% dos alunos se encontram nesta situação. Destaca-se que as IES com maior número de alunos que saíram de casa são a UDESC (19,64%) e a UNIDAVI (19,57%). Pode-se inferir que a UDESC apresenta maior percentual em virtude de ser uma IES pública, que atrai maior número de alunos de locais mais distantes. Na UNIDAVI, o fato pode estar relacionado à localização da cidade, que faz parte da região do Alto Vale do Itajaí e é a maior cidade desta região, oferecendo maiores possibilidades de estudo e trabalho. Quanto à residência atual dos alunos que saíram de casa para estudar, observa-se que a maioria (50%) mora com familiares e 32,14% moram sozinhos.

Na Tabela 5 apresentam-se os resultados referentes à ocupação dos alunos do curso de Ciências Contábeis.

Tabela 5 – Atividade profissional

Instituição	UNIFEBE		UNIDAVI		UDESC		FURB		TOTAL	
Exerce atividade remunerada	48	100%	46	100%	56	100%	65	100%	215	100%
Sim	43	89,58%	42	91,30%	49	87,50%	56	86,15%	190	88,37%
Não	5	10,42%	4	8,70%	7	12,50%	9	13,85%	25	11,63%
Esta atividade ocupa	43	90%	42	91%	49	88%	56	86%	190	100%
Apenas um período do dia	6	12,50%	0	0,00%	7	12,50%	5	7,69%	18	9,47%
É em tempo integral	37	77,08%	40	86,96%	38	67,86%	48	73,85%	163	85,79%
Períodos alternados ou sem horário fixo	0	0,00%	2	4,35%	4	7,14%	3	4,62%	9	4,74%

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados sobre a atividade desenvolvida pelos estudantes demonstram que, do total dos alunos, 88,37% exercem atividade remunerada. Observa-se que as IES apresentam dados similares; mesmo na UDESC, que é pública, 87,5% dos (alunos) universitários exercem atividade remunerada. Do total de alunos que exercem atividade remunerada, 85,79% desenvolvem tal atividade em tempo integral.

4.2 Estatística descritiva das dimensões do QVA-r

A seguir, na Tabela 6, apresenta-se o resultado referente às dimensões que mais influenciam no processo de adaptação dos alunos no ensino superior. Destaca-se que as médias podem variar entre 1,0 (um) e 5,0 (cinco), assim, o menor valor está associado à menor integração e o maior valor, à maior integração à vida acadêmica.

Tabela 6 – Resultados por dimensão do QVA-r

Dimensão	UNIFEBE			UNIDAVI			UDESC			FURB			GERAL		
	Média	DP	CV												
Pessoal	3,5	1,3	37%	3,3	1,3	40%	3,4	1,3	38%	3,4	1,3	38%	3,4	1,3	38%
Interpessoal	3,7	1,2	32%	3,7	1,2	32%	3,8	1,1	30%	3,7	1,2	31%	3,7	1,2	31%
Carreira	3,8	1,2	33%	3,9	1,1	29%	3,8	1,2	32%	3,8	1,2	31%	3,8	1,2	31%
Estudo	3,4	1,2	35%	3,8	1,1	27%	3,5	1,2	34%	3,4	1,1	33%	3,5	1,2	33%
Institucional	3,9	1,2	30%	4,2	1,1	26%	3,7	1,2	33%	4,1	1,0	24%	4,0	1,1	29%
Média	3,6	1,2	34%	3,7	1,2	32%	3,6	1,2	34%	3,7	1,2	33%	3,7	1,2	33%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Os resultados evidenciados na Tabela 6 são analisados por dimensão, por ordem de médias, da menor para a maior. Deste modo, a dimensão Pessoal apresenta a menor média geral das IES (3,4). Esse resultado indica que a maior dificuldade de integração dos alunos que responderam à pesquisa está relacionada a questões pessoais. Nesta dimensão buscou-se avaliar as percepções do estudante sobre si mesmo, em relação ao seu bem-estar psicológico e físico, autonomia e autoconceito e aspectos emocionais.

Verificaram-se também as respostas apontadas no questionário com menor média nesta dimensão, observando-se que o cansaço físico, com média de 2,47, a variação de humor (2,61) e a ansiedade (2,82) foram apontados como as maiores dificuldades. Destaca-se que quanto mais próxima a 5 for a resposta, melhor a integração do aluno. Entretanto, o questionário contempla alguns 'itens invertidos' que foram ajustados no momento da tabulação dos dados.

Observa-se que nesta fase do curso os alunos pesquisados podem estar vivenciando a transição da adolescência para a vida adulta, pois de acordo com os resultados apontados na Tabela 2, 77,21% dos alunos estão com idade entre 16 e 21 anos, e conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) adolescente é a pessoa entre 10 e 20 anos. Nesta fase da vida os alunos vivenciam os desafios próprios do processo de desenvolvimento.

A dimensão Estudo, com média geral de 3,5, avalia as competências que abrangem o cotidiano escolar, como gestão do tempo, utilização da biblioteca e estratégias de aprendizagem. Nesta dimensão, as questões que os alunos apresentam maior dificuldade estão relacionadas ao planejamento diário das atividades que têm para fazer, com média de 3,18, seguida de eficácia na preparação para as provas (3,24); e, por último, a administração do tempo (3,26). Os resultados convergem com os apresentados por Pinho et. al. (2013), pois indicaram que um dos fatores mais citados está relacionado com as diferenças entre o contexto do ensino médio e o contexto universitário, uma vez que as demandas do ensino superior são acompanhadas por maior grau de autonomia.

A dimensão Interpessoal é a terceira em que os alunos apresentam dificuldade, com média de 3,7. Essa dimensão se refere aos relacionamentos com os pares, amigos, relações de intimidade e envolvimento em atividades extracurriculares, e as respostas que apresentam menor média são sobre a convivência com os colegas fora dos horários das aulas (3,03), a de tomar a iniciativa de convidar os amigos para sair (3,05) e o quanto os colegas têm sido importantes para o crescimento pessoal (3,50). Este resultado pode estar relacionado ao pouco tempo de convivência que os alunos pesquisados têm com os colegas, já que a pesquisa foi feita com estudantes de primeira e segunda fases.

A dimensão Carreira apresenta média geral das IES de 3,8 e busca avaliar aspectos relacionados com o curso escolhido, expectativas de carreira, aprendizagem e satisfação com a escolha de curso. As respostas que apresentam menor média são: 'estou no curso com que sempre sonhei' (2,86); 'meus gostos pessoais foram decisivos na escolha do meu curso', (3,48); 'mesmo que pudesse não mudaria de curso' (3,46). Esses resultados demonstram que nem todos os alunos estão cursando o ensino superior pela escolha da profissão, mas possivelmente pelas possibilidades, pois os cursos que escolheram estão de acordo com suas condições de acesso.

A dimensão Institucional apresentou maior média (4,0), ou seja, nesta dimensão os alunos apresentam menor dificuldade de adaptação. Essa dimensão busca avaliar o interesse geral pela instituição em que está inserido (normas, infraestrutura, serviços) e em dar andamento no curso escolhido. As maiores dificuldades apresentadas nessa dimensão, ao se observar as afirmativas do questionário, estão relacionadas com as afirmativas: 'conheço bem os serviços oferecidos pela Universidade/Faculdade' (3,3); 'mesmo que pudesse não mudaria de Universidade/Faculdade' (3,61); e 'a minha Universidade/Faculdade tem boa infraestrutura' (3,83). Destaca-se que as dificuldades em conhecer os serviços que a IES oferece podem estar relacionadas ao pouco tempo de convivência na IES, e a afirmativa referente à mudança de Universidade/Faculdade pode estar relacionada à assertiva 'estou no curso que sempre sonhei', que apresentou média 2,86.

Ao serem analisadas as médias por instituição de ensino, percebe-se que as médias gerais são muito semelhantes. Apenas destaca-se que a FURB e UNIDAVI apresentam as maiores médias totais; em relação às médias por dimensão, na UNIFEBE, UNIDAVI e FURB a dimensão Institucional é a que apresenta maior média. Já na UDESC essa dimensão ocupa o terceiro lugar. Além disso, observa-se que houve grande variabilidade de respostas nas diferentes dimensões observadas. Apenas na UNIDAVI houve maior consonância entre as respostas, visto que o coeficiente de variação das dimensões Carreira, Estudo e Institucional são menores do que 30%.

Para facilitar a análise dos resultados, comparados a outros estudos, apresenta-se o Quadro 2 em que são evidenciadas as médias dos estudos para cada uma das dimensões. Destaca-se que os resultados de Granado et al. (2005)

foram apresentados separadamente por gênero e os de Igue, Bariani e Milanesi (2008), por ingressantes e concluintes. Para facilitar a comparação dos resultados calculou-se a média dos dois resultados (gênero, ingressantes e concluintes, respectivamente).

Os estudos são apresentados em ordem crescente de data de publicação dos trabalhos. Cabe destacar que, apesar de todas as pesquisas terem sido aplicadas no contexto do ensino superior e utilizarem o mesmo questionário, certas particularidades podem interferir nos resultados, como a localização das IES, pois foram aplicadas em regiões brasileiras e até em outros países, além de cursos e datas diferentes.

Quadro 2 – Comparação dos resultados com estudos relacionados

Dimensão	Estudos Relacionados				
	Granado et al. (2005)	Freitas, Raposo e Almeida (2007)	Igue, Bariani e Milanesi (2008)	Ghiraldello e Mercuri (2015)	Pesquisa atual
Pessoal	45,1	43,8	3,3	3,09	3,4
Interpessoal	46,2	48,8	3,4	3,9	3,7
Carreira	49,7	49,2	4,2	4,13	3,8
Estudo	31,7	43,2	3,6	3,46	3,5
Institucional	26,4	32,7	3,8	4,06	4,0

Fonte: Dados da pesquisa

No Quadro 2 nota-se que os resultados desta pesquisa convergem com os encontrados por Ghiraldello e Mercuri (2015) e com os de Igue, Bariani e Milanesi (2008), pois demonstram que a dimensão em que os alunos evidenciam maior dificuldade de adaptação ao ensino superior também é a Pessoal.

Observa-se que as maiores discrepâncias estão relacionadas à dimensão Institucional, que apresenta menores médias, indicando maior dificuldade de adaptação, conforme as pesquisas de Granado et al. (2005), que foram feitas com alunos de diversas áreas do conhecimento do interior paulista; e de Freitas, Raposo e Almeida (2007), realizada com alunos do curso de enfermagem de Portugal. Nos dois estudos, juntamente com o de Igue, Bariani e Milanesi (2008), a dimensão Carreira foi a que apresentou maior média, o que indica menor dificuldade de adaptação por parte dos alunos. Esses resultados podem estar relacionados aos aspectos de localização e período de aplicação da pesquisa.

4.3 Diferenças entre grupos das dimensões do QVA-r

Após a análise descritiva das médias procedeu-se ao teste de Kruskal-Wallis a fim de verificar se as diferenças identificadas entre as médias eram estatisticamente significativas. Analisou-se a diferença de médias levando em consideração a instituição de ensino, a opção pela instituição, a opção pelo curso e a residência atual. Os resultados são demonstrados na Tabela 7.

Tabela 7 – Teste de diferença de médias entre os grupos

Dimensão	Instituição	Opção pela Instituição	Opção pelo Curso	Residência Atual	Trabalho
Pessoal	0,370	0,115	0,190	0,683	0,608
Interpessoal	0,744	0,680	0,578	0,770	0,632
Carreira	0,854	0,020	0,000	0,412	0,422
Estudo	0,010	0,202	0,358	0,517	0,529
Institucional	0,000	0,076	0,282	0,094	0,974

Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se constatar na Tabela 7 que houve diferença significativa entre as médias nas dimensões Estudo e Institucional nas IES. Dessa forma, pode-se inferir que nessa dimensão a integração dos estudantes é diferente e tal diferença é estatisticamente significativa. Na dimensão Institucional pode ser explicada pelas particularidades na estrutura das IES. Assim, ao analisarem-se as médias da dimensão institucional por instituição de ensino, percebe-se que os alunos da UNIDAVI são os que demonstram maior integração ao ensino superior nesta dimensão, visto que apresentaram a maior média (4,2); ao passo que os alunos da UDESC apresentam menor integração, tendo menor média nesta dimensão (3,7). Em relação à dimensão Estudo, novamente os alunos da UNIDAVI apresentam-se mais integrados, com uma média de 3,8.

O teste também revelou diferenças significativas de médias na dimensão Carreira, entre as médias dos grupos formados por alunos que estão no curso e na instituição de primeira, segunda, terceira ou quarta opção. Para verificar essas diferenças apresenta-se a Tabela 8.

Tabela 8 – Médias na dimensão Carreira

Dimensão	Opção pela Instituição			Opção pelo Curso			
	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção	3ª Opção
Carreira	3,866	3,633	3,278	3,980	3,532	3,292	1,500

Fonte: Dados da pesquisa

Ao se analisar as médias desses grupos individualmente, conforme Tabela 8, percebe-se que as médias dos alunos que estudam na instituição que era sua primeira opção são maiores do que aqueles que estão em sua segunda ou terceira opção. O mesmo ocorre com a opção de curso. Assim, alunos que estão no curso da primeira opção apresentam médias superiores àqueles que estão no curso de segunda, terceira ou quarta opção. Estes resultados são consistentes, uma vez que a dimensão Carreira reflete a adaptação do estudante à profissão que escolheu. Logo, estudantes que estão no curso de sua primeira opção apresentam-se mais satisfeitos e integrados que os demais.

Esses dados convergem com Freitas, Raposo e Almeida (2007) cujos resultados demonstram que a dimensão Institucional está relacionada com os alunos que mencionam frequentar a instituição de ensino na primeira opção.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi identificar a percepção dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis do sistema da ACAFE, da mesorregião do Vale do Itajaí/SC, sobre o processo de adaptação ao ambiente escolar do ensino superior. Os resultados demonstram que o gênero feminino representa 68,84% dos respondentes; quanto à escolha do curso, 64,65% dos alunos escolheram Ciências Contábeis em primeira opção; em segunda opção, têm-se 30,23%; e 4,65% têm intenção de mudar de curso.

Os resultados evidenciam que a dimensão Pessoal é a que representa a maior dificuldade para os alunos no processo de adaptação ao ensino superior, com média de 3,4. Em seguida têm-se: Estudo (3,5), Interpessoal (3,7) e Carreira (3,8). A dimensão em que os alunos apresentam menor dificuldade é a Institucional, com média de 4,0.

A dimensão Pessoal (3,4) as afirmativas com menor média apontada pelos alunos referem-se a cansaço físico, variação de humor e ansiedade. Esses resultados podem estar relacionados ao fato de os alunos ainda estarem no processo de transição da adolescência para a vida adulta, pois 77,21% do total dos alunos têm idade entre 16 e 21 anos, e conforme a OMS, adolescente é a pessoa entre 10 e 20 anos.

Quanto à dimensão Estudo, que avalia competências que abrangem o cotidiano escolar, as questões em que os alunos apresentam maior dificuldade são: planejamento diário das coisas que têm para fazer; eficácia na preparação para as provas; e administração do tempo. Estas dificuldades também podem estar relacionadas à idade dos alunos, que por serem muito jovens ainda estão se adaptando com a organização de suas tarefas de forma autônoma.

A dimensão Interpessoal é a terceira em que os alunos apresentam dificuldade e está relacionada à interação com os pares. As respostas que apresentam menor média são sobre a convivência com os colegas fora dos horários das aulas, a de tomar a iniciativa de convidar os amigos para sair e o quanto os colegas têm sido importantes para o crescimento pessoal (3,50). Este resultado pode estar relacionado ao pouco tempo de convivência que os alunos pesquisados têm com os colegas, já que a pesquisa foi realizada com alunos de primeira e segunda fases.

A dimensão Carreira, que busca avaliar aspectos relacionados com o curso escolhido, expectativas de carreira, aprendizagem e satisfação com a escolha de curso, que é o item com menor média nessa dimensão. Também avalia aspectos referentes à influência do gosto pessoal na escolha do curso e à possibilidade de mudar de curso. Os resultados demonstram que nem todos os alunos estão cursando o ensino superior pela escolha da profissão, mas, possivelmente, pelas possibilidades de acesso ao ensino superior.

Quanto à dimensão Institucional, em que os alunos apresentam menor dificuldade de adaptação ao ensino superior, busca avaliar o interesse geral pela instituição em que está inserida. As maiores dificuldades apresentadas nessa dimensão estão relacionadas ao conhecimento dos serviços oferecidos pela IES; possibilidade de mudar de IES; e estrutura da IES. Destaca-se que as dificuldades relacionadas a conhecer os serviços que a IES oferece podem estar vinculadas ao pouco tempo de convivência do aluno na IES e a afirmativa referente à mudança de IES pode estar relacionada com o desejo de mudança de curso evidenciado na pesquisa. De acordo com Pinho et al. (2013) a interação do ingressante com a universidade e o curso sofre grande influência da infraestrutura que está sendo oferecida, e obter informações sobre os vários aspectos da IES promove o desenvolvimento de estratégias por parte do estudante no sentido de facilitar a sua relação com esse ambiente.

Ao comparar os resultados com estudos relacionados, observa-se que a maior convergência é com Ghirdello e Mercuri (2015) e com Igue, Bariani e Milanesi (2008), pois também demonstram que a dimensão em que os alunos evidenciam maior dificuldade de adaptação ao ensino superior é a Pessoal. Finalmente, observa-se que as médias dos alunos que estudam na instituição de sua primeira opção mostram-se maiores do que aquelas de sua segunda ou terceira opção. O mesmo ocorre com a opção de curso. Logo, estudantes que estão no curso de sua primeira opção apresentam-se mais satisfeitos e integrados que os demais.

Este estudo pode ser ampliado, pois há possibilidade de aumento da amostra ou a aplicação em diferentes cursos, com o intuito de verificar se há diferença entre o perfil de alunos de cursos de áreas distintas no processo de adaptação ao ensino superior.

No entanto, esta pesquisa possibilita aos dirigentes do curso de Ciências Contábeis conhecer as dificuldades apontadas pelos alunos da mesorregião do Vale do Itajaí em sua adaptação ao ensino superior, o que permite desenvolver estratégias no sentido de minimizar as dificuldades apontadas.

O estudo também pode despertar a consciência de que a transição é a experiência de viver a descontinuidade dentro da natural multiplicidade, diversidade e polivalência do mundo atual (SACRISTÁN, 1997), e de que a passagem do indivíduo entre contextos diferentes tem potencial emancipatório no indivíduo e na sociedade, mas é também um terreno fértil à criação de 'hiatos sociais', geradores de conflitos, crises e exclusões (ABRANTES, 2005).

A partir dessa conscientização, tanto os dirigentes dos cursos, como das próprias IES, têm a possibilidade de implementar políticas e mecanismos que auxiliem o aluno a se adaptar com mais facilidade ao meio acadêmico, evitando a evasão e contribuindo com o desenvolvimento pessoal e profissional do jovem estudante.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, P. As transições entre ciclos de ensino: entre problema social e objecto sociológico. *Revista Interações* n. 1, pp. 25-53, 2005.

ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P.; FERREIRA, J. A. Transição e adaptação à Universidade: Apresentação do Questionário de Vivências Acadêmicas. *Psicologia* v. 15, n. 2, pp. 189-208, 2000.

ANDERSON, L. W.; JACOBS, J.; SCHR AMM, S.; SPLITTGERBER, F. School transitions: beginning of the end or a new beginning? *International Journal of Educational Research* v. 33, pp. 325-339, 2000.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB). *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 30 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Brasília: Comunicação CFC, 2013*. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=11646>>. Acesso em 10 jun. 2015.

FAGUNDES, C. V. Transição ensino médio – educação superior: qualidade no processo educativo. *Revista Educação por Escrito PUCRS* v. 3, n. 1, pp. 62-73, 2012.

FERNANDES, V. M. P. *Adaptação acadêmica e autoeficácia em estudantes universitários do 1º ciclo de estudos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, 2011.

FREITAS, H. C. N. M.; RAPOSO, N. A. V.; ALMEIDA, L. S. Adaptação do estudante ao ensino superior e rendimento acadêmico: Um estudo com estudantes do primeiro ano de enfermagem. *Revista Portuguesa de Pedagogia* v. 41, n. 1, pp. 179-199, 2007.

GHIRALDELLO, L. *Integração do estudante ao Ensino Superior: Estudo sobre o ingressante de um curso de Turismo*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2008.

_____. MERCURI, E. N. G. S. Integração Acadêmica de Estudantes do Ensino Superior: um estudo sobre ingressantes de um curso de turismo. *Turismo em Análise* v. 26, n. 2, 2015.

GRANADO, J. I. F.; SANTOS, A. A. A.; ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P.; GUISANDE, M. A. Integração acadêmica de estudantes universitários: Contributos para a adaptação e validação do QVA-r no Brasil. *Psicologia e Educação* v. 5, n. 2, pp. 33-43, 2005.

IGUE, E. A.; BARIANI, I. C. D.; MILANESI, P. V.B. Vivência acadêmica e expectativas de universitários ingressantes e concluintes. *Psico-USF* v. 1, n. 2, pp. 155-164, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da Educação Superior 2012: Resumo técnico*. Brasília, 2014.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Highlights from the Second Report of the International Adult Literacy Survey: Literacy Skills for the Knowledge Society. Disponível em: <<http://en.copian.ca/library/research/nls/ials/ialsreps/ialsrpt2/ials2/highe.pdf>>. Acesso em 30 out. 2015.

PINHO, A. P. M.; BASTOS, A. V. B.; DOURADO, L. C.; RIBEIRO, J. L. L. S. A Transição do Ensino Médio para a Universidade: um estudo qualitativo sobre os fatores que influenciam este processo e suas possíveis consequências comportamentais. *Coloquio de Gestión Universitaria en Américas*, Florianópolis, SC, Brasil. *Anais...* 13, 2013.

RICE, J. K. Explaining the negative impact of the transition from middle to high school on student performance in mathematics and science. *Educational Administration Quarterly* v. 37, n. 3, pp. 372-400, 2001.

SACRISTÁN, G. J. *La transición a la educación secundaria*. Madrid: Morata, 1997.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa* v. 37, n. 132, pp. 641-659, 2007.

ZEFERINO, A. M. B.; BARROS FILHO, A. A.; BERTTIOL, H.; BARBIERI, M. A. Acompanhamento do crescimento. *Jornal de Pediatria* v. 79, n. 1, pp. 34-32, 2003.

Auditoria na literatura internacional: conclusões para a base scopus, de 2002 a 2015

Auditing in international literature: findings for a scopus database, from 2002 to 2015

O trabalho participou do X Congresso ANPCONT, em Ribeirão Preto (SP), de 4 a 7 de julho de 2016.

RESUMO

Analizou-se o perfil das pesquisas em auditoria na literatura internacional. Especificamente, identificaram-se os autores, periódicos, artigos, países e instituições mais relevantes em auditoria, estimaram-se os temas recorrentes e traçou-se perfil dos autores mais relevantes. Aplicou-se método bibliométrico, conforme Vanti (2002). Os dados foram da base Scopus, para o período de 2002 a 2015. A relevância acadêmica consiste em acrescentar conclusões à discussão que Porte e Sampaio (2015) propuseram, e ainda apontar novas informações a respeito dos autores e temas recorrentes. As conclusões do presente trabalho contrastaram com a contribuição anterior, principalmente a respeito dos artigos, autores e periódicos mais relevantes. Estima-se que as diferenças ocorreram devido à plataforma Scopus constituir base de dados mais ampla. Os trabalhos mais relevantes e os subtemas recorrentes podem apontar agendas para linhas de pesquisas em auditoria. O perfil dos pesquisadores e instituições podem prestar referências para que pesquisadores brasileiros tracem estratégias individuais de pesquisa.

Palavras chave: Auditoria. Bibliométrico. Revisão de literatura. *Scopus*.

ABSTRACT:

It was analyzed the profile of audit research in the international literature. Specifically, it was identified authors, journals, articles, countries and most relevant institutes in auditing, estimated the research themes and traced the profile of the most relevant authors. A bibliometric method was applied, according to Vanti (2002). The data were from the Scopus database, for the period from 2002 to 2015. The academic relevance is to add conclusions to the discussion proposed by Porte and Sampaio (2015), and also to point out new information about the authors and recurrent subjects. Findings of the present work contrasted with an earlier contribution, mainly regarding the most relevant articles, authors and periodicals. Probably the differences are because Scopus is a larger database. The most relevant papers and recurrent themes can point to agendas for lines of research in auditing. The profile of researchers and institutions can provide references for Brazilian researchers to create research individual strategies.

Keywords: Auditing. Bibliometric. Literature review. *Scopus*.

André Ricardo Reis Costa

Mestre em Contabilidade e Controladoria.
Professor Assistente do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Amazonas. Contato: Avenida General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, Manaus, AM, CEP. 69077-000
andrecosta@ufam.edu.br

Adenes Teixeira Alves

Mestre em Contabilidade e Controladoria.
Professor Adjunto do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Amazonas. Contato: Avenida General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, Manaus, AM, CEP. 69077-000. E-mail: professoradenes@hotmail.com

Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares

Doutor em Administração. Professor Associado do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Amazonas. Contato: Avenida General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, Manaus, AM, CEP. 69077-000. E-mail: las10@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Auditoria é tema fundamental na área de negócios, com o objetivo de aumentar a confiança dos usuários nas demonstrações contábeis (IFAC, 2015, p. 4). Desde a sistematização da atividade durante a Revolução Industrial, na Inglaterra vitoriana, tornou-se um dos principais instrumentos regulatórios de mitigação da assimetria informacional, seja no mercado de capitais, nos serviços públicos regulados, ou mesmo na Administração Pública direta.

Posteriormente, o termo inscreveu maior alcance. O trabalho de coletar evidências para avaliar a conformidade de um referencial não se limita mais às estruturas de relatórios financeiros. No século XX, surgiram diversos referenciais que as organizações passaram a aplicar como fatores de vantagens competitivas, e cada um deles expressa uma atividade de auditoria. Por isso, hoje há a prática da auditoria de gestão, da auditoria operacional, da auditoria de qualidade e, recentemente, da auditoria ambiental e da auditoria de sistemas de informações.

Ainda, apreciando a proposta inicial do tema, a auditoria das demonstrações contábeis demanda robustas contribuições acadêmicas. Tanto pela reincidência de casos de fraudes nas demonstrações contábeis, como os da Enron e WorldCom, nos E.U.A., e do banco PanAmericano, no Brasil, quanto por causa da crescente complexidade das transações, como as que usam instrumentos financeiros (BUFFET, 2008, p. 17).

No Brasil, a literatura em auditoria produziu volume suficiente para prestar dois estudos bibliométricos, o de Oliveira e Carvalho (2008) e o de Porte e Sampaio (2015). O primeiro limitou-se às pesquisas nacionais, de 2003 a 2006, e o segundo, apesar de apresentar fartamente os indicadores bibliométricos, usou base de dados da Web of Science, da Thomson Reuters, uma plataforma com reduzido volume de dados.

Portanto, diante das lacunas existentes na literatura, o presente trabalho propôs-se a responder às seguintes questões de pesquisa:

- i. Quais os autores, periódicos, artigos, países, instituições e subtemas mais relevantes para pesquisas em auditoria, de 2002 a 2015?
- ii. Quais os perfis dos autores mais produtivos ou mais citados?

A contribuição do presente estudo consiste em usar base de dados mais robusta, da plataforma Scopus, da editora Elsevier. E também em solucionar lacunas existentes em trabalhos anteriores, como o de Porte e Sampaio (2015). Assim, há especial utilidade em constituir uma linha de contribuições acadêmicas para discutir o assunto.

Os resultados e conclusões apresentarão significativa contribuição aos profissionais da Contabilidade, pois diante do perfil geral dos autores, com publicações e instituições mais relevantes em auditoria, haverá maior eficiência na busca pelas contribuições acadêmicas com potencial para solucionar problemas profissionais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Breve histórico e atual cenário da auditoria

Segundo autores brasileiros, como Crepaldi (2013), tanto a auditoria interna quanto a auditoria externa das demonstrações contábeis organizaram-se na Inglaterra em meados do século XIX. Em detalhes, trabalhos britânicos como os de Bryer (1991, 1993, 2000) apontaram a presença da atividade de auditoria na transição da economia feudal para a economia mercantil, no século XVII, e a importância da auditoria para a formação do capitalismo britânico no século XIX, no contexto dos investimentos em companhias ferroviárias.

Então, o papel dos auditores suscitou discussões. Para Chandler, Edwards e Anderson (1993), que investigaram a atividade das primeiras firmas britânicas de auditoria, desde o início a função do auditor era obter segurança a respeito da conformidade das demonstrações contábeis, reduzindo a assimetria informacional diante da institucionalização dos mercados de capitais. Todavia, a percepção comum marcava a auditoria com o objetivo de detectar fraudes.

Para cumprir os objetivos, a auditoria estaria diante de ciclos de desregulamentação e regulamentação, que às vezes ajudariam, e em outras, prejudicariam a atividade (KINNEY, 2005). Nesse aspecto, Bryer (1991, 1993, 2000) julgou os momentos de desregulação como um sintoma do excesso de liberalismo econômico, e condição suficiente para propiciar distorções nos mercados. Em tese, eventos recentes de fraudes envolvendo grandes empresas como a Enron, WorldCom e Tyco Electronics validaram a conclusão.

De qualquer forma, o ambiente recente do mercado norte-americano expressou preferência pela regulação. Tanto que aspectos peculiares à atividade de auditoria, como independência, revisão por pares e efetividade dos controles internos, compuseram a lei federal pela Lei Sarbanes-Oxley, promulgada em 2002. Também, a Lei Securities Exchange Act, de 1934, passou a esclarecer itens específicos do mercado financeiro, como os instrumentos financeiros derivativos (SEC, 2002, 2012).

Em crítica, DeFond e Francis (2005) enunciaram que as reformas decorrentes dos escândalos corporativos careciam de evidências. Relataram que as discussões a respeito do papel do auditor tinham motivos políticos, e propuseram que futuras pesquisas testassem a efetividade das inovações regulatórias, como a revisão por pares que o Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) passou a coordenar e as limitações aos trabalhos de não auditoria. O presente trabalho, ao analisar as causas da evolução do volume de pesquisas em auditoria, apresentará subsídios às indicações de DeFond e Francis (2005).

A comparar, enquanto os EUA apreciam a atividade de auditoria em leis federais, a estrutura regulatória brasileira prefere tratar os subtemas de auditoria a nível infralegal. O Conselho Federal de Contabilidade constituiu atos normativos para adequar as Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões da International Federation of Accountants (IFAC), traduzindo as normas internacionais. Nesse contexto, localizam-se nas Normas Brasileiras de Contabilidade os principais

conceitos e instrumentos da auditoria, como objetivos, riscos, independência, qualidade, ceticismo, materialidade e opiniões. Espera-se que os conceitos sejam recorrentes nos trabalhos a identificar pelo presente estudo (CFC, 2015).

Portanto, demonstrou-se que a importância do tema auditoria demanda contribuições acadêmicas. A seguir, relatando os métodos e trabalhos bibliométricos, será possível estimar os enfoques das pesquisas.

2.2 Bibliometria e recentes aplicações em auditoria

De início, à semelhança de Oliveira e Carvalho (2008), há que explicar as contribuições da biblioteconomia para realizar estudos bibliométricos. Há dois estudos brasileiros relevantes que resumiram o estado da arte em bibliometria. Primeiro, Vanti (2002) comparou as quatro subdisciplinas que avaliam a difusão do conhecimento científico, que são a bibliometria, a cienciometria, a informetria e a webometria. Relatou que a biblioteconomia validou a necessidade de aplicar estatística de modo a organizar e avaliar a produção acadêmica. Em esquema, o autor classificou as diferenças entre os campos quanto ao objeto de estudo, às variáveis, métodos e objetivos, e comparou o alcance. A destacar, informetria expressaria o maior alcance, por apreciar comunicações informais. A cienciometria limitaria as variáveis aos fatores que diferenciam os campos científicos. Para a webometria, os sítios da rede mundial de computadores seriam a fonte. E a precursora bibliometria usaria publicações formais como objeto de estudo, as medidas de disseminação do conhecimento seriam as variáveis, e entre os métodos haveria rankings, frequência e distribuição.

Depois, Araújo (2007) apresentou os instrumentos referenciais de avaliação em bibliometria, que são as leis clássicas de produtividade de autores, de dispersão de periódicos, e de frequência de palavras, além da teoria epidêmica e da análise de citações. Para o estado da arte, apontou a respeito dos autores a lei do elitismo de Price, enunciando que um décimo dos autores expressaria um terço da literatura de um tema, e os membros da elite corresponderiam à raiz quadrada do número total de autores (PRICE, 1976). Para a dispersão de periódicos, indicou a proposta de Bradford, com objetivo de avaliar periódicos pelo afastamento em relação ao tema central (MAIA, 1980). A frequência de palavras seria o método para identificar o assunto de um documento, e conforme Zipf é possível estimar a posição de uma palavra pela frequência em um texto (RAO, 1986). A teoria epidêmica, por Goffman e Newill, traçou analogia entre a propagação de ideias e processos de contágios de doenças infecciosas (DONOHUE, 1973). Por fim, a análise de citação seria investigar aspectos da relação entre documentos citantes e documentos citados.

Oliveira e Carvalho (2008) analisaram a produção científica brasileira em auditoria de 2003 a 2006. Como usaram os Cadernos de Indicadores da Capes, localizaram, além de artigos em periódicos, teses e dissertações dos programas de pós-graduação. Identificaram também os programas mais produtivos e o vínculo institucional dos autores, periódicos e congressos mais produtivos. Avaliaram a produtividade dos eventos e periódicos pela lei de Bradford, apontando a Revista Contabilidade & Finanças e UNB Contábil como as mais produtivas, e entre os eventos, o Congresso USP de Contabilidade. Por fim, avaliaram que as teses e dissertações não preferiram o tema, pois apenas 5% dos trabalhos inscreveram-se em auditoria.

Recentemente, Porte e Sampaio (2015) examinaram a produtividade científica internacional em auditoria, para o período de 2002 a 2013. Usaram a base de dados da Web of Science e os programas EndNote X5 e Nvivo10. A amostra consistiu em 2.480 publicações, entre artigos e revisões. O estudo nomeou os periódicos, artigos e autores mais relevantes conforme aquela base de dados, demonstrando mediante diversos índices bibliométricos. Os autores apontaram como o periódico mais produtivo o *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, a publicação mais citada foi a de Greenwood, Suddaby e Hinings (2002), e o autor mais profícuo, Kannan Raghunandan, com 26 publicações.

3 METODOLOGIA

A partir da classificação de Beuren (2006), o presente trabalho é, quanto aos objetivos, descritivo, por causa da caracterização da amostra e por estimar, ainda que em termos iniciais, as causas da evolução da produtividade em auditoria. Quanto aos procedimentos, é bibliográfico, por identificar os temas recorrentes. Quanto à abordagem da questão de pesquisa, é quantitativo, por causa dos índices bibliométricos, e qualitativo, por traçar o perfil dos aspectos relevantes da produção acadêmica, como autores e temas recorrentes.

À semelhança de Porte e Sampaio (2015), usou-se 'audit*' como termo de pesquisa no website Scopus, procurando em título, resumo e palavras-chave. Restringiu-se à área de ciências sociais e humanidades, somente artigos e revisões. Em contraste a Porte e Sampaio (2015), excluiu-se a palavra *auditory*, para excluir os trabalhos em língua inglesa que trataram a respeito de audição, presentes em periódicos de psicologia. Nesse ponto, desde 1900 até 2015, havia 16.323 trabalhos com o termo de busca 'audit'.

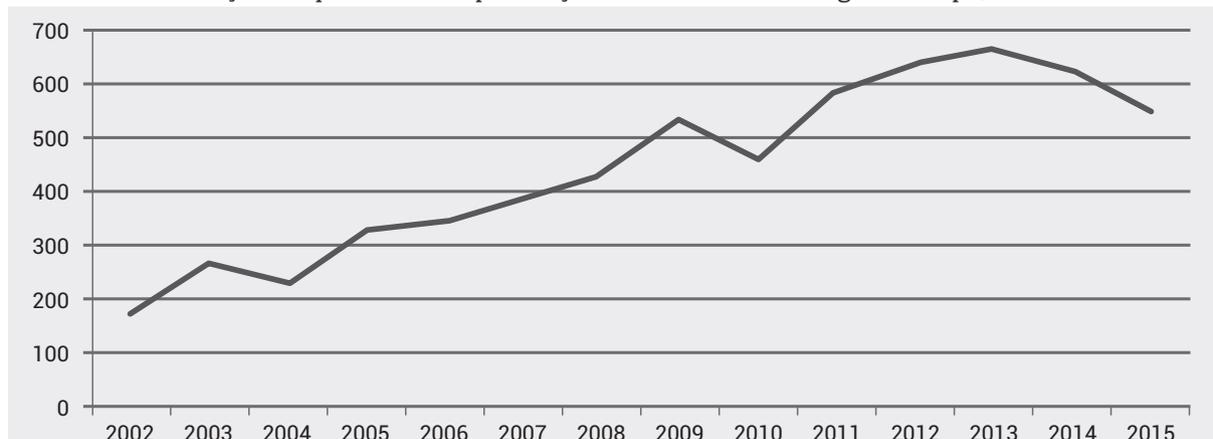
Em concordância a Porte e Sampaio (2015), preferiu-se o período com início em 2002, ano de edição da Lei Sarbanes-Oxley. Nesse ponto, constituiu-se amostra com 12.235 trabalhos. Limitando à subárea de Business, Management and Accounting, constituiu-se amostra com 6.211 trabalhos, 51% do total do período, sendo que alguns artigos não trataram especificamente de auditoria contábil, mas de outros referenciais, como auditoria operacional e de sistemas, como previsto nos parágrafos introdutórios.

Pela contribuição de Vanti (2002), a organização da pesquisa em rankings de produtividade é suficiente para caracterizar uma pesquisa bibliométrica, como no presente artigo. Em algumas oportunidades, há menções às leis de bibliometria conforme Araújo (2007).

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De início, o Gráfico 1 apresenta a evolução da quantidade de publicações em auditoria ao longo do tempo, de 2002 a 2015.

Gráfico 01: A evolução da quantidade de publicações em auditoria ao longo do tempo, de 2002 a 2015.



Fonte: Scopus e dados da pesquisa

O gráfico acima valida a auditoria como tema em voga. Reafirma-se não apenas que a maior parte das publicações ocorreu após a edição da Lei Sarbanes-Oxley, como também o aumento da produção anual foi praticamente constante até 2013, quando marcou o pico, com 662 publicações. Discutindo a tendência de queda, pela sequência de 2014 e 2015, estima-se que a produção recente ainda foi superior à de 2010, que registrou 461 publicações. Entretanto, o fato de ser o único intervalo com duas quedas seguidas pode reforçar a hipótese de tendência de queda.

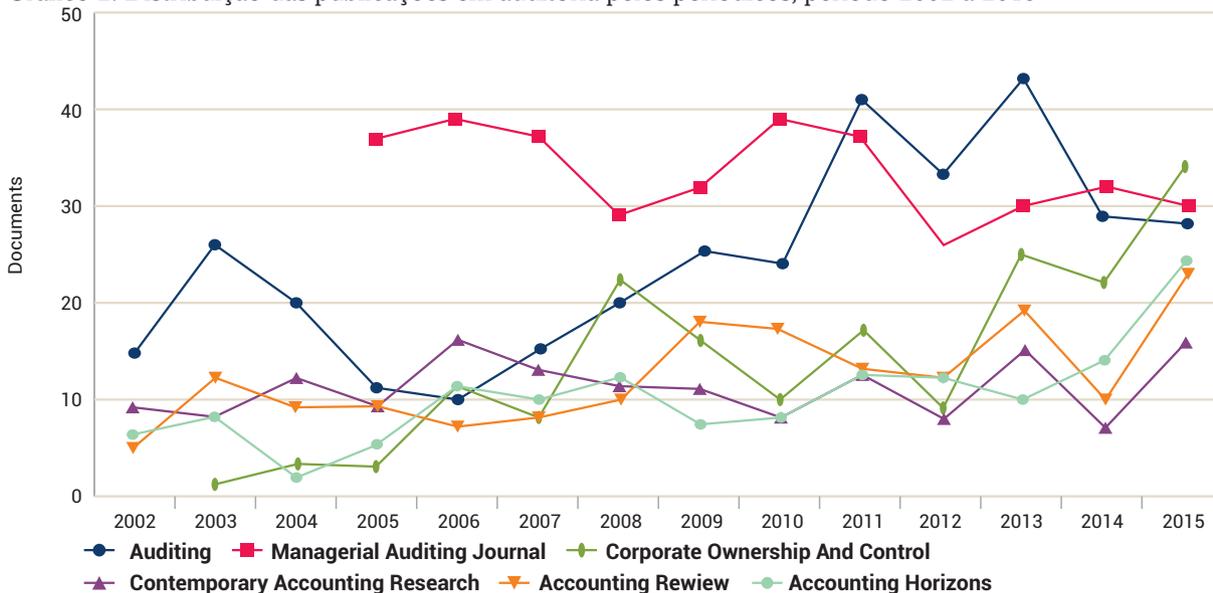
No período, além de partir da edição da Lei Sarbanes-Oxley, há de se recordar que, em 2005, iniciou-se a adoção do padrão International Financial Reporting Standards (IFRS) na União Europeia. E, em 2012, acrescentaram-se ao Securities Exchange Act os artigos a respeito das inovações em instrumentos financeiros derivativos, presentes na crise financeira de 2008. É possível que os três eventos tenham impulsionado as pesquisas em auditoria.

Também, dados sintéticos a respeito da distribuição das publicações em auditoria entre as subáreas de Ciências Sociais permitem avaliar o afastamento em relação ao tema principal. Pois pode-se inscrever um trabalho em mais de uma subárea. O aspecto é pertinente ao conceito de dispersão de temas pela lei de Bradford, segundo Araújo (2007).

No caso, é reduzida a dispersão das publicações em auditoria. Tanto que 52% dos trabalhos inscreveram-se apenas em Business, Management and Accounting. Considerando que os 24% também inscritos em Economics, Econometrics and Finance sublinham estreita relação com a essência de auditoria, conclui-se que 76% dos trabalhos não se afastaram da proposta principal do tema.

Em outro ponto, há a possibilidade de o maior volume de publicações em auditoria ser consequência de recente inclusão de periódicos de auditoria na plataforma Scopus. A seguir, o Gráfico 2, obtido da plataforma, permite apreciar a questão.

Gráfico 2: Distribuição das publicações em auditoria pelos periódicos, período 2002 a 2015

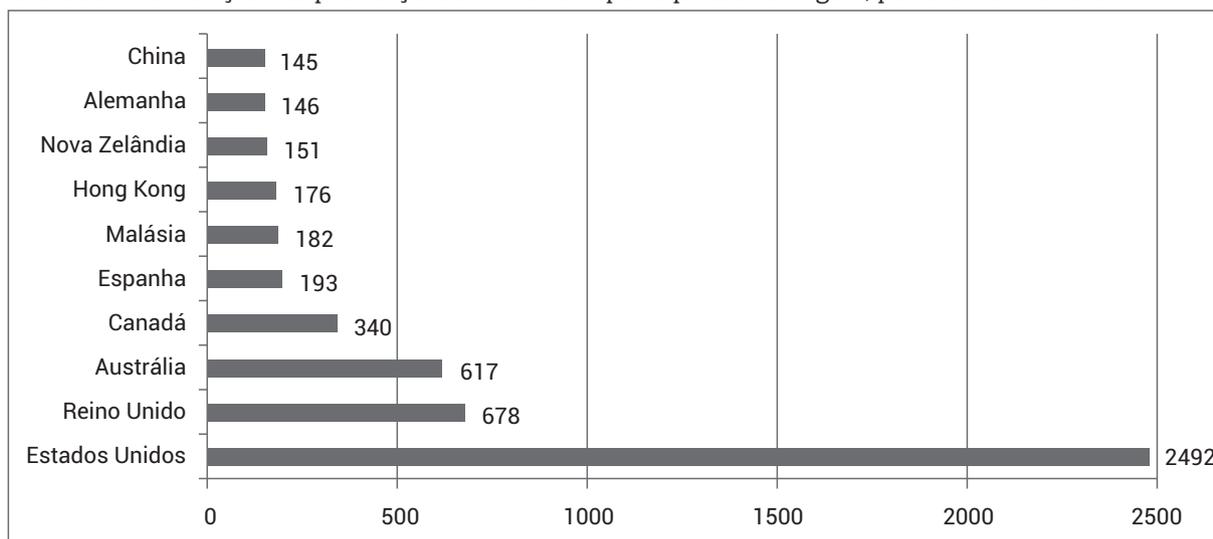


Fonte: Scopus

Apreciando o gráfico, percebe-se que, entre os seis periódicos mais produtivos, dois ingressaram na plataforma Scopus a partir de 2002. O volume de publicação de ambos não corresponde estritamente à evolução da produtividade total em auditoria. O periódico que mais contribuiu foi Auditing, no período de 2011 a 2013, em particular. A causa foi o aumento de números por volume, que se elevaram de dois para quatro, e de artigos por número, que aumentaram de quatro para seis, demonstrando o interesse dos editores pelo tema. O periódico Managerial Auditing Journal, ao contrário, diminuiu a quantidade de números por volume.

Cabe ressaltar a produção científica em auditoria quanto à distribuição geográfica e linguística. O Gráfico 3 demonstra a distribuição das publicações pelos países de origem, considerando os dez mais produtivos em auditoria.

Gráfico 3: Distribuição das publicações em auditoria pelos países de origem, período 2002 a 2015



Fonte: Scopus e dados da pesquisa

Nesse aspecto, registra-se que as pesquisas em auditoria concentraram-se nos E. U. A. Com 2.492 trabalhos, os E. U. A. publicaram em volume próximo aos nove países seguintes somados. Reino Unido e Austrália inscreveram o segundo cluster. Em patamar intermediário, o Canadá. E no cluster inferior, Espanha, Malásia, Hong Kong, Nova Zelândia, Alemanha e China. Os dez primeiros localizam-se na América do Norte, Europa, Ásia e Oceania.

Assim, sendo anglófonos cinco dos dez países que mais publicaram em auditoria, espera-se que a língua inglesa seja o idioma predominante nas publicações sobre o tema, conforme a Tabela 1. Também, é possível que periódicos de países não anglófonos incentivem a redação em língua inglesa.

Então, sendo anglófonos cinco dos dez países que mais publicaram em auditoria, espera-se que a língua inglesa seja o idioma predominante nas publicações sobre o tema, conforme a Tabela 1. Também, é possível que periódicos de países não anglófonos incentivem a redação em língua inglesa.

Tabela 1: Idiomas mais usados para publicar trabalhos em auditoria

Idioma	Nº de publicações
Inglês	6.037
Espanhol	62
Francês	54
Alemão	44
Português	23

Fonte: Scopus e dados da pesquisa.

As tabelas 2 e 3 apresentam a relevância e produtividade total dos seis periódicos de destaque em auditoria, além da proporção dos artigos sobre o tema em relação ao total de publicações de cada periódico no período.

A plataforma Scopus criou índices de relevância dos periódicos, SJR e IPP, o primeiro para estimar o prestígio dos periódicos entre congêneres e o segundo para calcular o impacto das publicações. Também, há a instituição publicadora dos periódicos.

Tabela 2: Importância e produtividade dos periódicos mais relevantes em auditoria, período 2002 a 2015

Periódico	SJR, 2014	SJR, média	IPP, média	Citações, total	Publicações em auditoria
Accounting Review	3,898	2,99	2,71	40.203	152
Contemporary Accounting Research	2,918	1,50	1,47	15.676	151
Accounting Horizons	1,24	1,30	1,39	11.851	139
Auditing	1,96	0,98	1,28	9.124	340
Managerial Auditing Journal	0,306	0,25	0,45	3.254	368
Corporate Ownership and Control	0,116	0,12	0,07	982	175

Fonte: Scopus e dados da pesquisa.

A sublinhar da Tabela 2, a avaliação do periódico Auditing, publicado pela Associação Americana de Contabilidade com enfoque específico em auditoria, superou, recentemente, a nota do Accounting Horizons, demonstrando a relevância acadêmica do tema auditoria.

Tabela 3: Nível em que os periódicos mais relevantes prestaram enfoque ao tema auditoria, período 2002 - 2015, e origem dos periódicos.

Periódico	% em auditoria	Instituição
Accounting Review	19%	American Accounting Association, Sarasota FL, http://aaapubs.org/loi/accr
Contemporary Accounting Research	24%	The Canadian Academic Accounting Association, Toronto, ON https://www.caaa.ca/CAR/#.Vn14ThUrLIU
Accounting Horizons	31%	American Accounting Association, Sarasota FL, http://aaapubs.org/loi/acch
Auditing	92%	American Accounting Association, Sarasota FL, http://aaapubs.org/loi/ajpt
Managerial Auditing Journal	74%	Emerald Group, Bingley, Reino Unido, http://www.emeraldinsight.com/journal/maj
Corporate Ownership and Control	9%	Virtus Global Center for Corporative Governance, Sumy, Ucrânia, http://www.virtusinterpress.org/-Corporate-Ownership-and-Control-.html

Fonte: Scopus e dados da pesquisa.

Em destaque, registra-se a relevância dos periódicos da Associação Americana de Contabilidade. O Accounting Review, o principal, apreciou a Contabilidade nos diversos temas. Sublinhou 19% dos artigos ao tema auditoria. Conclusão semelhante deve-se ao Contemporary Accounting Research, da Associação Acadêmica de Contabilidade do Canadá. O Accounting Horizons, que publica artigos com enfoque sobre o aspecto profissional da Contabilidade, prestou 31% das publicações à área de auditoria. Secundariamente, o periódico ucraniano Corporate Ownership and Control, que publicou ao todo 1.961 artigos no período, prestou 9% de atenção ao tema auditoria, com 175 artigos.

Quanto à produtividade, destacam-se os periódicos com enfoque específico em Auditoria. O periódico Managerial Auditing Journal, da editora Emerald, foi o que mais publicou artigos em auditoria, 368 no total, marcando 74% dos artigos. Em seguida, o periódico Auditing, da Associação Americana de Contadores, publicou 340 trabalhos em auditoria, 92% do total que o periódico registrou no período. Conforme Araújo (2007), o nível reduzido de afastamento ao tema principal é benéfico ao periódico.

A Tabela 4 relata as instituições que mais coordenaram pesquisas em auditoria. Os dados não apontaram *clusters* definidos, por isso a preferência pelas dez instituições mais relevantes.

Tabela 4 – Instituições mais relevantes em auditoria, 2002-2015.

Idioma	Publicações
University of New South Wales UNSW Australia	92
Hong Kong Polytechnic University	67
Cardiff University	63
Monash University	59
Texas A and M University	57
Florida International University	56
City University of Hong Kong	55
Curtin University	55
Northeastern University	52
Griffith University	52

Fonte: Scopus e dados da pesquisa.

Em destaque, a University of New South Wales, da Austrália. Também é possível interpretar a relevância das pesquisas em Hong Kong, pois inscreveu duas universidades entre as dez instituições mais relevantes em auditoria. New South Wales, Cardiff e Monash reafirmaram o interesse de países da comunidade britânica, a Commonwealth of Nations, em auditoria. O elevado volume de pesquisas em auditoria dos E.U.A. localizou-se disperso em dezenas de instituições, sendo as mais relevantes a Texas A and M University e Florida International University.

A Tabela 5 relata as dez palavras-chave que as pesquisas em auditoria mais citaram no período de 2002 a 2015, segundo a plataforma Scopus, excluindo-se a palavra Auditing dos termos da pesquisa.

Tabela 5: Palavras-chave mais comuns em auditoria

Palavra-chave	Publicações
Corporate governance	514
Audit quality	258
Audit fees	207
Earnings management	189
Audit committee	166
Auditors	156
Auditor independence	142
Audit	130
Accounting	129
Audit committees	115

Fonte: Scopus e dados da pesquisa.

Supõe-se que o termo 'governança corporativa' seja o mais citado porque é comum às modalidades de auditoria. Somando o quinto e o décimo termo, 'comitê de auditoria' seria o segundo subtema de maior relevância da auditoria, demandando pesquisas específicas, como fizeram Cunha et al. (2015). Depois, localizam-se 'qualidade' e 'honorários'. Em hipótese, 'gerenciamento de resultados' compreenderia manipulação das medidas de performance das empresas. Depois, 'auditores' seriam relatos de aspectos profissionais, encerrando-se com 'independência'.

Quadro 1: Índice anual das palavras-chaves mais recorrentes em auditoria, de 2002 a 2015

Ano	Palavras-chave recorrentes
2002	Auditing-8; Quality control-8; Corporate governance-7; Environmental management-7; Standards-7; Article-6; Quality assurance-5; Standard-5; United States-5; Accounting-4
2003	Societies and institutions-17; Marketing-12; Education-11; Laws and legislation-10; Management-10; Auditing-9; Decision making-9; Standards-9; Earnings management-8; Quality control-8
2004	Corporate governance-15; Auditing-12; Societies and institutions-11; Auditor independence-10; Earnings management-9; Industrial management-9; Enron-8; Accounting-7; Audit quality-7; Customer satisfaction-7
2005	Auditing-34; Corporate governance-18; Auditors-13; Marketing-12; Accounting-11; Fraud-8; Internal auditing-8; Audit quality-7; Industrial management-7; Audit fees-6
2006	Auditing-35; Corporate governance-26; Auditors-15; Accounting-13; Auditor independence-13; Internal auditing-12; Financial reporting-10; Article-9; Audit committees-9; Audit quality-9
2007	Auditing-35; Corporate governance-28; Auditor independence-12; Audit fees-11; Audit quality-11; Audit committee-10; Auditors-9; Quality-9; Regulation-9; Risk management-9
2008	Corporate governance-49; Auditing-29; Earnings management-14; Audit committee-13; Auditors-12; Audit quality-9; Decision making-8; Audit fees-7; Auditor independence-7; Compliance-7
2009	Auditing-46; Corporate governance-45; Audit committee-18; Audit-17; Accounting-16; Audit quality-16; Auditors-14; Earnings management-14; Internal auditing-14; Auditor independence-13
2010	Auditing-50; Corporate governance-36; Auditors-16; Audit committee-14; Audit fees-14; Audit quality-14; Earnings management-13; Audit-12; Internal auditing-12; Fraud-11
2011	Corporate governance-60; Auditing-39; Audit quality-22; Auditors-21; Audit committee-20; Auditor independence-18; Financial reporting-18; Earnings management-17; Audit committees-16; Audit fees-14
2012	Corporate governance-57; Auditing-47; Audit quality-33; Audit fees-24; Audit committee-22; Financial reporting-21; Accounting-20; Earnings management-19; Audit-16; United Kingdom-16
2013	Corporate governance-62; Audit quality-45; Auditing-44; Audit fees-34; Earnings management-27; Management-25; Auditors-23; Auditor independence-16; Audit-15; Fraud-15
2014	Corporate governance-54; Audit quality-38; Audit fees-37; Auditing-34; Earnings management-25; Audit-15; Audit committee-15; Fraud-13; Accounting-12; Board of directors-12
2015	Corporate governance-54; Audit quality-40; Audit fees-30; Earnings management-24; Auditing-23; Internal audit-20; Audit-19; Audit committee-19; IFRS-14; Accountability-12

Fonte: Scopus e dados da pesquisa.

Em adição, identificou-se relação entre as palavras-chave mais citadas nas pesquisas e os conceitos padronizados nas normas de auditoria, como 'qualidade', 'independência', 'fraude' e 'risco'. Especificamente, o conceito de 'risco' dispersou-se em três termos, 'gerenciamento de risco', 'avaliação de risco' e 'risco de auditoria'. Somando, o termo seria o quarto mais recorrente, com 193 citações.

Abaixo, o quadro arrola as palavras-chave mais recorrentes de cada ano, como instrumento para estimar os motivos para a evolução da produtividade em auditoria. Também, é o momento para prestar subsídios às indicações de DeFond e Francis (2005) sobre a necessidade de testar a efetividade das inovações regulatórias advindas a partir dos casos da Enron e WorldCom.

Então, diante do quadro acima, em conjunto com os demais dados de produtividade, podem-se estimar as causas da evolução do volume de pesquisas em auditoria. Ao longo do período, estabilizou-se a distribuição das palavras-chave em 'Governança Corporativa', 'Qualidade de auditoria', 'Honorários de auditoria' e 'Gerenciamento de ganhos'. E os termos que mais acompanharam os trabalhos com 'Governança Corporativa' entre as palavras-chave foram 'Comitê de Auditoria' e 'Conselho de Administração'. Em análise sintética, conclui-se que é agenda de pesquisa coordenar resultados empíricos em governança corporativa para regiões e países.

Em detalhes, aponta-se que nos primeiros dois anos os termos não demonstram pertinência aos problemas de independência que marcaram os casos da Enron e WorldCom. Os subtemas recorrentes, 'Governança corporativa' e 'Sociedades e instituições', são abrangentes. Os temas específicos, relacionados à 'qualidade' e 'padrões', são basilares à atividade de auditoria.

A partir de 2004, alguns temas relacionados aos casos Enron e WorldCom começam a emergir, como 'Independência do auditor' e 'Comitê de auditoria'. Mesmo o nome 'Enron' foi palavra-chave de quatro pesquisas em 2004. De 2006 em diante, os temas 'Independência do auditor' e 'Comitê de auditoria' estiveram presentes entre os mais recorrentes em todos os anos.

Todavia, os resultados não permitem afirmar se as pesquisas atenderam plenamente à proposta de DeFond e Francis (2005), que era testar a efetividade das inovações regulatórias da Lei Sarbanes-Oxley. Pois, apesar de 'Comitê de auditoria' e 'Independência do auditor' serem assuntos relacionados aos casos Enron e WorldCom e à Lei Sarbanes-Oxley, o nome da lei não inscreveu os termos mais recorrentes em nenhum ano, mesmo considerando a forma abreviada SOx. É possível que próximos estudos apreciem qualitativamente os artigos que analisaram o comitê e independência para apontar se o objetivo era testar a efetividade da SOx, conforme a proposta de DeFond e Francis.

Em outro ponto, ressalta-se a dispersão dos temas recorrentes como fator a limitar o poder explicativo da tabela. Desde 2010 há mais de quinhentos artigos publicados por ano na área de auditoria. Os temas mais recorrentes inscrevem o patamar máximo de 60 citações por ano e expressaram caráter conceitual amplo.

Para os últimos três anos, além do termo amplo 'Governança corporativa', temas específicos expressaram relevância, como 'Qualidade da auditoria', 'Honorários de auditoria', 'Gerenciamento de ganhos' e 'Comitê de auditoria'.

Agora cabe esclarecer os artigos e autores mais citados em auditoria no período de 2002 a 2015, segundo a plataforma Scopus, e sumarizar os contrastes entre as conclusões do presente trabalho e as de Porte e Sampaio (2015), mediante o Quadro 1. Depois, há breve interpretação das contribuições mais relevantes, para publicações e autores.

Quadro 2: Rankings bibliométricos das publicações internacionais em auditoria, de 2002 a 2015

Periódicos			
Mais produtivos *Formato: "Periódico (nº. publicações em auditoria)"			
Porte e Sampaio (2015)		Presente trabalho	
1	Auditing: A Journal of Practice & Theory	1	Managerial Auditing Journal (368)
2	Accounting Review (162)	2	Auditing (340)
3	Contemporary Accounting Research (158)	3	Corporate Ownership and Control (178)
4	Journal of Business Ethics (105)	4	Accounting Review (152)
5	Accounting Organizations and Society (80)	5	Contemporary Accounting Research (151)
6	Corporate Governance: An International Review.	6	Accounting Horizons (139)
7	Journal of Accounting and Public Policy (60)	7	Journal of Accounting and Public Policy (102)
8	Journal of Accounting Research (54)	8	Journal of Business Ethics (101)
9	Accounting Horizons (54)	9	Research in Accounting Regulation (98)
10	Journal of Accounting & Economics (54)	10	Critical Perspectives on Accounting (96)
Mais relevantes *Formato: "Periódico (índice de relevância)"			
Porte e Sampaio (2015)		Presente trabalho	
1	Journal of Accounting & Economics (3,912)	1	Accounting Review (3,898)
2	Accounting Review (2,319)	2	Contemporary Accounting Research (2,918)

3	Journal of Accounting Research (2,192)	3	Auditing (1,96)
4	Accounting Organizations and Society (1,867)	4	Accounting Horizons (1,24)
5	Contemporary Accounting Research (1,564)	5	Journal of Business Ethics (1,11)
6	Corporate Governance-an International Review (1,4)	6	Critical Perspectives on Accounting (0,834)
7	Accounting Horizons (1,288)	7	Journal of Accounting and Public Policy (0,645)
8	Journal of Business Ethics (1,253)	8	Research in Accounting Regulation (0,336)
9	Auditing: A Journal of Practice & Theory (1,015)	9	Managerial Auditing Journal (0,306)
10	Accounting and Finance (0,875)	10	Corporate Ownership and Control (0,116)

Artigos

Mais citados *Formato: "Referência APA (nº. citações)"

Porte e Sampaio (2015)		Presente trabalho	
1	Greenwood, R., Suddaby, R., & Hinings, C. R. (2002). Theorizing change: The role of professional associations in the transformation of institutionalized fields. <i>Academy of Management Journal</i> , 45(1), 58-80. (437)	1	Klein, A. (2002). Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. <i>Journal of Accounting and Economics</i> , 33(3), 375-400. (920)
2	Klein, A. (2002). Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. <i>Journal of accounting and economics</i> , 33(3), 375-400. (355) Frankel, R. M., Johnson, M. F., & Nelson, K. K. (2002).	2	Ball, R., Robin, A., & Wu, J. S. (2003). Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. <i>Journal of Accounting and Economics</i> , 36(1), 235-270. (515)
3	Frankel, R. M., Johnson, M. F., & Nelson, K. K. (2002). The relation between auditors' fees for nonaudit services and earnings management. <i>The Accounting Review</i> , 77(s-1), 71-105. (238)	3	Ashbaugh, H., LaFond, R., & Mayhew, B. W. (2003). Do nonaudit services compromise auditor independence? Further evidence. <i>The Accounting Review</i> , 78(3), 611-639. (434)
4	Ball, R., & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. <i>Journal of Accounting and Economics</i> , 39(1), 83-128. (217)	4	Xie, B., Davidson, W. N., & DaDalt, P. J. (2003). Earnings management and corporate governance: the role of the board and the audit committee. <i>Journal of Corporate Finance</i> , 9(3), 295-316. (427)
5	Ball, R., Robin, A., & Wu, J. S. (2003). Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. <i>Journal of accounting and economics</i> , 36(1), 235-270. (214)	5	Ball, R., & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. <i>Journal of Accounting and Economics</i> , 39(1), 83-128. (403)
6	Ashbaugh, H., LaFond, R., & Mayhew, B. W. (2003). Do nonaudit services compromise auditor independence? Further evidence. <i>The Accounting Review</i> , 78(3), 611-639. (187)	6	Mitton, T. (2002). A cross-firm analysis of the impact of corporate governance on the East Asian financial crisis. <i>Journal of Financial Economics</i> , 64(2), 215-241. (397)
7	Mitton, T. (2002). A cross-firm analysis of the impact of corporate governance on the East Asian financial crisis. <i>Journal of Financial Economics</i> , 64(2), 215-241. (184)	7	DeFond, M. L., Raghunandan, K., & Subramanyam, K. R. (2002). Do non-audit service fees impair auditor independence? Evidence from going concern audit opinions. <i>Journal of Accounting Research</i> , 1247-1274. (329)
8	DeFond, M. L., Raghunandan, K., & Subramanyam, K. R. (2002). Do non-audit service fees impair auditor independence? Evidence from going concern audit opinions. <i>Journal of Accounting Research</i> , 1247-1274. (170)	8	Rozinat, A., & van der Aalst, W. M. (2008). Conformance checking of processes based on monitoring real behavior. <i>Information Systems</i> , 33(1), 64-95. (316)
9	Morrison, E. W. (2002). Newcomers' relationships: The role of social network ties during socialization. <i>Academy of Management Journal</i> , 45(6), 1149-1160. (159)	9	Riege, A. (2005). Three-dozen knowledge-sharing barriers managers must consider. <i>Journal of Knowledge Management</i> , 9(3), 18-35. (312)

10	Joh, S. W. (2003). Corporate governance and firm profitability: evidence from Korea before the economic crisis. <i>Journal of Financial Economics</i> , 68(2), 287-322. (137)	10	Abbott, L. J., Parker, S., & Peters, G. F. (2004). Audit committee characteristics and restatements. <i>Auditing: A Journal of Practice & Theory</i> , 23(1), 69-87. (302)
11	Agrawal, A., & Chadha, S. (2005). Corporate governance and accounting scandals. <i>Journal of Law and Economics</i> , 48(2), 371-406. (135)	11	Anderson, R. C., Mansi, S. A., & Reeb, D. M. (2004). Board characteristics, accounting report integrity, and the cost of debt. <i>Journal of Accounting and Economics</i> , 37(3), 315-342. (300)
12	Palmrose, Z. V., Richardson, V. J., & Scholz, S. (2004). Determinants of market reactions to restatement announcements. <i>Journal of Accounting and Economics</i> , 37(1), 59-89. (128)	12	Morrison, E. W. (2002). Newcomers' relationships: The role of social network ties during socialization. <i>Academy of Management Journal</i> , 45(6), 1149-1160. (299)
13	Olken, B. A. (2005). Monitoring corruption: evidence from a field experiment in Indonesia (No. w11753). National Bureau of Economic Research. (125)	13	Myers, J. N., Myers, L. A., & Omer, T. C. (2003). Exploring the term of the auditor-client relationship and the quality of earnings: A case for mandatory auditor rotation? <i>The Accounting Review</i> , 78(3), 779-799. (292)
14	Nelson, M. W., Elliott, J. A., & Tarpley, R. L. (2002). Evidence from auditors about managers' and auditors' earnings management decisions. <i>The accounting review</i> , 77(s-1), 175-202. (125)	14	Ittner, C. D., & Larcker, D. F. (2003). Coming up short on nonfinancial performance measurement. <i>Harvard business review</i> , 81(11), 88-95. (268)
15	Xie, B., Davidson, W. N., & DaDalt, P. J. (2003). Earnings management and corporate governance: the role of the board and the audit committee. <i>Journal of corporate finance</i> , 9(3), 295-316. (124)	15	Joh, S. W. (2003). Corporate governance and firm profitability: evidence from Korea before the economic crisis. <i>Journal of Financial Economics</i> , 68(2), 287-322. (261)

Autores			
Mais produtivos *Formato: Nome (n°. publicações)			
Porte e Sampaio (2015)		Presente trabalho	
1	Raghunandan, Kannan (26)	1	Raghunandan, Kannan (40)
2	Knechel, W. Robert (22)	2	Bedard, J. C., (33)
3	Gul, Ferdinand A. (19)	3	Wright, A.M., (28)
4	Francis, Jere R. (17)	4	Hermanson, D.R., (24)
5	Krishnan, Jayanthi (17)	5	Vasarhelyi, M.A., (23)
6	Tan, Hun-Tong (17)	6	Krishnan, G.V., (22)
7	Bedard, Jean C. (16)	7	Knechel, W. R., (22)
8	Trotman, Ken T. (16)	8	Cohen, J. R., (22)
9	Johnstone, Karla M. (15)	9	Rama, D.V., (21)
10	Rama, Dasaratha V. (15)	10	Trotman, K.T., (20)

Fonte: Scopus e dados da pesquisa.

De antemão, há que apontar diferenças quanto aos periódicos, reafirmando a maior amplitude da base Scopus. O periódico com mais artigos em auditoria na plataforma Scopus, o *Managerial Auditing Journal*, registrou apenas os artigos do volume 30, de 2015, na plataforma da Web of Science. Em situação semelhante, o periódico *Accounting Horizons* tem dois anos a mais de publicações na Scopus, desde 1996.

Em acréscimo, o segundo periódico mais produtivo da plataforma Scopus, *Auditing*, é o mesmo da primeira posição da Web of Science, que acrescentou o subtítulo. É possível que a diferença na quantidade se deva ao modo como as plataformas trataram as erratas, suplementos e editoriais. Estima-se o mesmo motivo para as diferenças nas quantidades para os periódicos, como *Accounting Review* e *Contemporary Accounting Research*.

Também, quanto à relevância dos periódicos, houve diferença porque a análise da Scopus compreendeu apenas os periódicos mais produtivos em auditoria. Os índices de relevância que a Elsevier criou coincidem com o ranking de fator de impacto da Web of Knowledge.

Quanto às publicações, o presente trabalho identificou um artigo com desempenho excepcional de citações, de Klein, A., com título *Audit committee, board of director characteristics, and earnings management*, com quase o dobro de citações do segundo artigo mais citado na lista. O estudo foi publicado em 2002, no periódico *Journal of Accounting and Economics*, o mais prestigiado em Contabilidade e décimo nono na área de Negócios, segundo o índice SJR. O segundo colocado, com 515 citações, é do mesmo periódico.

O trabalho de Klein (2002) reafirmou tema de trabalhos clássicos. Enunciou a relação inversa entre a independência do conselho de administração e do comitê de auditoria diante de indicadores de desempenho anormais, que seriam *red flags* para possíveis fraudes. Para tanto, aplicou análises de regressões, usando dados de 692 empresas americanas listadas em bolsa, do biênio 1992 a 1993. Especificamente, demonstrou que quanto maior independência dos membros do conselho de administração e/ou do comitê de auditoria, menor a ocorrência de ajustes anormais nos *accruals* e sintomas de gerenciamento de ganhos.

Já o segundo artigo em citações do Scopus, de Ball, Robin, e Wu (2003) apreciou a qualidade de relatórios contábeis em quatro países asiáticos, Hong Kong, Malásia, Cingapura e Tailândia. Avaliaram que, apesar da influência cultural *commom law*, predominante nos países de mercados de capitais avançados, os padrões sob análise não eram superiores aos dos países emergentes, sob a influência do *code law*. Na época, ainda não havia a padronização IFRS, e eram abundantes as comparações entre os padrões contábeis. Como a análise foi extensa, muitos trabalhos a usaram como subsídio para pesquisar outros aspectos dos mercados asiáticos, principalmente a governança corporativa.

O artigo com melhor desempenho de citações segundo o trabalho de Porte e Sampaio (2015) não compôs os resultados de busca da plataforma Scopus. O motivo é que o termo 'audit*' não consta entre o título, resumo ou palavras-chave do documento original. Na verdade, o documento original não tem palavras-chave. Talvez a plataforma Web of Science tenha incluído as palavras-chave para organizar a busca. O artigo não se relaciona diretamente com o tema auditoria, pois analisou o papel das organizações profissionais para institucionalizar inovações. De fato, a fonte da pesquisa foi o Instituto dos Contadores Certificados de Alberta, no Canadá, mas o propósito foi generalizar o papel de agências regulatórias e associações profissionais ao institucionalizar inovações.

Adiante, como autor mais profícuo, Kannan Raghunandan inscreveu a primeira posição em ambas as plataformas. As demais posições expressaram diferenças. Os resultados da Scopus localizaram cinco autores mais produtivos que o segundo colocado da Web of Science. Para o estado da arte da bibliometria, não foi possível efetuar o cálculo para testar as leis de produtividade dos autores, pois as informações do número total de autores eram insuficientes na plataforma Scopus. Devido à amplitude da base de dados da plataforma Scopus, o ranking de autores do presente trabalho foi o *proxy* para relatar as biografias.

A relatar o perfil, Kannan Raghunandan, PhD, era titular da Ryder Eminent Scholar Chair in Business Leadership, da Universidade Internacional da Flórida, FIU. Prestou experiência profissional como auditor interno da Tube Investments of India Ltd. Nos E.U.A., praticou ações de pesquisa exitosas, com publicações em periódicos de relevância desde 1991. Além de mais profícuo, também inscreveu trabalho entre os dez mais citados, sétimo no Scopus e oitavo no Web of Science, que examinou a relação entre independência e honorários do auditor. O pesquisador inscreveu elevada concentração no tema auditoria, pois quase todos os artigos que publicou têm o termo 'audit*' no título. Ainda, há expectativa quanto a futuras citações do artigo mais recente, que investigou a propriedade dos relatórios de auditores a respeito da continuidade de bancos que faliram durante a crise econômica de 2008 (RAGHUNANDAN, 2015).

Na segunda posição, Jean C. Bedard, PhD, titular da Timothy B. Harbert Professor of Accountancy, na Universidade de Mentley em Massachusetts, nos E.U.A. Iniciou pesquisas em auditoria em 1989, quando aplicou *survey* a respeito de planejamento em auditoria. Desde então, investigou diversos temas como riscos, planejamento em auditoria e a relação de ambos com sistemas de informações. Também exerceu cargos de pesquisadora e historiadora na Associação Americana de Contabilidade. Dos artigos recentes, não inscreveu entre os mais citados de 2002 a 2015 (BEDARD, 2015).

Em outro ponto, examina-se a relação entre a produtividade dos autores e a relevância dos artigos. Dos dez autores mais profícuos, somente o primeiro, Raghunandan, K., inscreveu trabalho entre os dez mais citados. É possível que, para o tema auditoria, relevância e produtividade não sejam características estreitamente relacionadas. Como motivos, a instituição dos autores pode preferir relevância à produtividade, os autores afastaram-se do tema, investigando outras áreas de negócios além da auditoria, ou há pesquisadores com atuação profissional mais intensa.

Enfim, as diferenças entre os rankings de relevância dos artigos e produtividade dos autores da Scopus e os que Porte e Sampaio (2015) apresentaram a partir da Web Science ocorreram porque a plataforma Scopus experimenta base de dados mais ampla. Também, pelo que ocorreu com o artigo mais citado na Web of Science, estima-se que as plataformas organizam as bases de forma diferente.

5 CONCLUSÕES

O presente trabalho usou a bibliometria para apreciar diversos aspectos das pesquisas científicas em auditoria no período de 2002 a 2015. Em particular, as motivações foram a relevância do papel da auditoria para a sociedade como instrumento para mitigar a assimetria informacional da elaboração das demonstrações contábeis e as recentes mudanças regulatórias da atividade. Segundo Vanti (2002), aplicar métodos quantitativos para classificar os dados de publicações científicas em rankings de relevância e produtividade é suficiente para julgar um trabalho como bibliométrico.

Para tanto, usou-se a plataforma Scopus, da editora Elsevier. Constituiu-se amostra com 6.211 trabalhos, 178% maior que a de Porte e Sampaio (2015), a qual usou a plataforma Web of Science, da Thomson Reuters. A base de dados da

plataforma Scopus é mais ampla, e as editoras organizaram as bases de formas diferentes, propiciando o contraste entre os resultados das pesquisas.

As classificações bibliométricas do período sumarizam os E.U.A. como país e o inglês como idioma de origem de quase todas as publicações em auditoria. Entre as instituições, destacou-se a University of New South Wales – UNSW da Austrália, com 92 pesquisas. Os periódicos mais relevantes foram o *Accounting Review* e o *Contemporary Accounting Research*, e os mais produtivos, os com enfoque específico no tema auditoria, foram *Managerial Auditing Journal*, com 368 publicações, e *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, com 340 publicações.

Ainda, o artigo mais citado foi de April Klein, da Universidade de Nova Iorque, nomeado *Audit committee, board of director characteristics, and earnings management*. O *Journal of Accounting and Economics* apresentou 920 citações, quase o dobro do segundo colocado, que teve 515 citações e marcou sinais de obsolescência, por analisar aspectos de disclosure do mercado asiático anterior à padronização internacional para o modelo IFRS. O autor mais profícuo foi Kannan Raghunandan, da Universidade Internacional da Flórida, seguido de Jean C. Bedard, da Universidade de Bentley.

Acompanhando a proposta de Porte e Sampaio (2015), investigaram-se os motivos da evolução do volume de pesquisas em auditoria, respondendo à segunda questão de pesquisa. A análise de recorrência das palavras-chave não permitiu avaliar se a Lei Sarbanes-Oxley e as mudanças no Securities and Exchange Act foram os principais fatores que motivaram as pesquisas em auditoria de 2002 a 2015, como se os pesquisadores não atendessem ao pedido de DeFond e Francis (2005). Entretanto, o volume de estudos em auditoria após 2002 foi quase três vezes maior que todo o período anterior, desde 1900. Em tese, os escândalos corporativos e as inovações em instrumentos financeiros induziram pesquisas em governança corporativa de forma geral.

No Brasil, é possível que os subtemas recorrentes em nível internacional tenham influenciado as pesquisas locais em tempos recentes. Pois Reis, Lamounier e Bressan (2015) analisaram aspectos de gerenciamento de ganhos no mercado brasileiro, o quarto tema mais recorrente na literatura internacional, e Castro, Peleias e Silva (2015) apreciaram os determinantes dos honorários de auditoria no mercado brasileiro, o terceiro subtema de auditoria mais recorrente na literatura internacional.

Quanto ao perfil dos autores mais profícuos, a terceira questão de pesquisa, há de se ressaltar que estes autores não inscreveram, necessariamente, os trabalhos mais relevantes. Pois é possível que as estratégias de pesquisa tenham que escolher entre a produtividade e a relevância, ou ainda, entre a concentração e dispersão em relação ao tema. Como exceção, o mais profícuo, Kannan Raghunandan, inscreveu o sétimo trabalho mais citado.

Também, há que enunciar oportunidades para futuras pesquisas. No mínimo, há dois pontos em auditoria a explorar com métodos bibliométricos. Um seria organizar as principais contribuições internacionais a partir dos temas recorrentes e norteadores das normas de auditoria, como independência, qualidade, ceticismo, materialidade, análise de risco, e outros. O segundo ponto seria traçar o perfil dos autores brasileiros, com vistas a apontar se há autores profícuos e concentrados ao tema, como Kannan Raghunandan e Jean Bedard, ou autores que, apesar de não profícuos ou concentrados ao tema, inscreveram contribuições relevantes, como April Klein.

Para as pesquisas empíricas, trabalhos futuros podem seguir as linhas dos artigos clássicos internacionais. Para as estruturas de conformidade de indicadores não financeiros, há que analisar a forma com que as empresas brasileiras praticam controles internos para assegurar que informações não financeiras estejam livres de distorções, mesmo que os dados sejam apenas para usuários internos. Também, há que examinar a demanda por serviços independentes de asseguarção de informações não financeiras. E, para as informações financeiras, seria útil haver sequência de pesquisas empíricas para investigar a realidade brasileira acerca dos determinantes da efetividade dos trabalhos de auditoria independente.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: Evolução histórica e questões atuais. *Em questão*, v. 12, n. 1, pp. 11-32, 2007.
- BALL, R.; ROBIN, A.; WU, J. S. Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. *Journal of Accounting and Economics*, v. 36, n. 1, pp. 235-270, 2003.
- BEDARD, Jean C. *Curriculum vitae*. Bentley University, Waltham, 2015. Disponível em <<https://faculty.bentley.edu/details.asp?uname=jbedard>>. Acesso em: 26 fev. 2016.
- BEUREN, I. M. (org.). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRYER, R. A. Accounting for the “railway mania” of 1845 – A great railway swindle? *Accounting, Organizations and Society*, v. 16, n. 5, pp. 439-486, 1991.
- _____. The history of accounting and the transition to capitalism in England. Part two: evidence. *Accounting, Organizations and Society*, v. 25, n. 4, pp. 327-381, 2000.
- _____. The late nineteenth-century revolution in financial reporting: Accounting for the rise of investor or managerial capitalism? *Accounting, Organizations and Society*, v. 18, n. 7-8, pp. 649-690, 1993.

BUFFET, W. E. *Shareholder letters*. Berkshire Hathaway Inc. 2008. Disponível em <<http://www.berkshirehathaway.com/letters/2008ltr.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

CASTRO, W. B. de L.; PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P. da. Determinantes dos Honorários de Auditoria: um Estudo nas Empresas Listadas na BM&FBOVESPA, Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 26, n. 69, pp. 261-273, 2015.

CHANDLER, R. A.; EDWARDS, J. R.; ANDERSON, M. Changing perceptions of the role of the company auditor, 1840–1940. *Accounting and Business Research*, v. 23, n. 92, pp. 443-459, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. (2012). *Normas brasileiras de contabilidade: NBC TA – de auditoria independente: NBC TA estrutura conceitual, NBC TA 200 a 810/ Conselho Federal de Contabilidade. Brasília, 2012*. Disponível em <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC_TA_AUDITORIA.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2016.

CREPALDI, S. A. *Auditoria Contábil, Teoria e prática*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CUNHA, P. R. da; LUNELLI, L. de O.; SANTOS, V. dos; FAVERI, D. B. de; RODRIGUES JÚNIOR, M.M. Relação entre as Características do Comitê de Auditoria e o Atraso da Emissão do Relatório da Auditoria Independente (Audit Delay). *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 18, n. 3, pp.47-65, 2015.

DEFOND, M. L.; FRANCIS, J. R. Audit research after sarbanes-oxley. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, v. 24, n. s-1, pp. 5-30, 2005.

DONOHUE, J. C. *Understanding scientific literatures: a bibliometric approach*. Cambridge: The MIT Press, 1973.

GREENWOOD, R.; SUDDABY, R.; HININGS, C. R. Theorizing Change: The role of professional associations in the transformations of institutionalized fields. *The academic of Management Journal* v. 45 n. 1 pp. 58-80, Feb. 2002.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). *A framework for audit quality – Key elements that create an environment for audit quality*. 2015. Disponível em <<https://www.ifac.org/publications-resources/framework-audit-quality-key-elements-create-environment-audit-quality>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

KINNEY JR, W. R. Twenty-five years of audit deregulation and re-regulation: What does it mean for 2005 and beyond? *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, v. 24, n. s-1, pp. 89-109, 2005.

KLEIN, A. Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, v. 33, n. 3, pp. 375-400, 2002.

MAIA, M. J. da F. *A unicidade da lei de Bradford*. 1980. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 1980.

OLIVEIRA, R. R.; CARVALHO, V. S. de. A Produção Científica sobre Auditoria: um Estudo Bibliométrico a partir do Caderno de Indicadores da CAPES no Período de 2004 a 2006. *Pensar Contábil*, v. 10, n. 42, pp. 12-21, 2008.

PORTE, M. de S.; SAMPAIO, E. S. Pesquisa bibliométrica e cientiométrica em auditoria (2002-2013). *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 9, n. 2, pp. 143-159, 2015.

PRICE, D. de S. *O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

QI, B.; LI, B.; TIAN, G. What Do We Know About The Variance Of Audit Quality? An Empirical Study from the Perspective of Individual Auditor. *Journal of Applied Business Research*, v. 31, n. 1, pp. 71, 2015.

RAO, I. K. R. *Métodos quantitativos em biblioteconomia e ciência da informação*. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1986.

RAGHUNANDAN, K. *Curriculum vitae*. Florida International University, Miami, 2015. Disponível em <<https://datapro.fiu.edu/campusedge/files/curriculumvitae/1253290.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

REIS, E. M. dos; LAMOUNIER, W. M.; BRESSAN, V. G. F. Evitar Divulgar Perdas: Um Estudo Empírico do Gerenciamento de Resultados por Meio de Decisões Operacionais. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 26, n. 69, pp. 247-260, 2015.

UNITED STATES OF AMERICA. *Securities Exchange Act of 1934*. Public Law 112-158, New York: Secutities and Exchange Comission. Disponível em <<https://www.sec.gov/about/laws/sea34.pdf>> Acesso em: 26 fev. 2016.

_____. *Sarbanes-Oxley Act of 2002*, Public Law 107-204 [H. R.3763], New York: Securities and Exchange Commission. Disponível em: <<https://www.sec.gov/about/laws/soa2002.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da informação*, v. 31, n. 2, pp. 152-162, 2002.

Análise do estabelecimento de limite de crédito para produtor rural pessoa física

Analysis of credit limit establishment for legal person rural producer

O trabalho foi publicado e apresentado em forma de resumo na XVI MOSTRA DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, RS.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a pessoa física produtor rural por meio do modelo de análise de crédito pessoa jurídica, e também do modelo da pessoa física assalariada, para verificar se existem diferenças nesta análise quanto ao limite de crédito. A metodologia compreende a abordagem quantitativa; quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se a entrevista estruturada, classificada como estudo de caso múltiplo; e em relação aos objetivos, adere-se à pesquisa exploratória. Os principais resultados extraídos das análises de crédito, por meio dos modelos pessoa física assalariada e pessoa jurídica revelaram que o estabelecimento do limite de crédito, pelo modelo pessoa jurídica, reflete um menor valor, ou seja, uma menor capacidade de pagamento em detrimento do modelo de análise de pessoa física assalariada. Esta diferença revelou-se, na maioria dos casos, superior a 50% do limite de crédito estipulado. Portanto, conclui-se que a análise de crédito das pessoas físicas produtores rurais se mostrou mais eficiente e adequada quando realizada por intermédio da análise de crédito pessoa jurídica, desta forma, sendo passível de utilização na pessoa física produtor rural.

Palavras chave: Indicadores de liquidez. Indicadores de endividamento. Indicadores de rentabilidade. Risco de crédito. Limite de crédito

ABSTRACT:

The objective of this study is to analyse the legal person rural producer through the model of legal entity credit analysis, and also through the model of the salaried person, in order to verify if there are differences in this credit analysis regarding the credit limit. The methodology includes the quantitative approach; the technical procedures used were the structured interview, classified as a multiple case study and regarding to the objectives, the exploratory research was adopted. The main results obtained from the credit analyses, through the salaried person and legal entity models, showed that the establishment of the credit limit, through the legal entity model, reflects a lower value, that is, a lower capacity of payment to the detriment of the salaried person analysis model. This difference was in most cases greater than 50% of the stipulated credit limit. Therefore, it was concluded that the credit analysis of legal person rural producers has proved to be more efficient and adequate, when carried out through the legal entity credit analysis, thus being possible its use in the legal person rural producer.

Keywords: Liquidity ratios. Indebtedness indicators. Profitability indicators. Credit risk. Credit limit.

Alexandre André Feil

Doutor em Qualidade Ambiental pela Universidade FEEVALE e Mestre em Ambiente e Desenvolvimento pelo Centro Universitário UNIVATES. Docente adjunto no curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVATES. Contato: Avenida Avelino Talini, 171, Universitário, Lajeado, RS, Cep: 95900-000. E-mail: alexandre.feil1@gmail.com.

Toni Francisco Messer

Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário UNIVATES. Contato: Avenida Avelino Talini, 171, Universitário, Lajeado, RS, Cep: 95900-000. E-mail: tonimesser88@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O crédito pode influenciar diretamente a economia de um país, pois mediante estratégias consegue incentivar o consumo e, conseqüentemente, provocar um estímulo na cadeia produtiva. Neste sentido, percebe-se que o Brasil, na atualidade, está adotando este modelo de crescimento econômico utilizando como base a oferta de crédito e estimulando o consumo (CAMPELO JUNIOR, 2014). Nos últimos anos o modelo de avaliação de crédito, em especial nas instituições financeiras, está sendo revisado, uma vez que os métodos tradicionais com critérios baseados em julgamentos estão sendo abandonados em detrimento de instrumentos mais eficientes, principalmente os modelos quantitativos (BRITO; ASSAF NETO, 2008).

A análise de crédito, desta forma, implica a avaliação dos tomadores de crédito em relação às condições de liquidez, estrutura e endividamento (ALES et al., 2009). Ferreira Junior et al. (2011) reforçam que a análise com base no conjunto de índices/indicadores é suficiente para diferenciar os tomadores de crédito com situação de baixo e alto risco econômico-financeiro. A consistência desta análise diminui o risco de uma situação de inadimplência pelo tomador do crédito, sendo assim, contribui com a sustentabilidade econômica e financeira das instituições responsáveis pela concessão (FRANCISCO, AMARAL, BERTUCCI, 2013). A concessão de crédito sem uma análise criteriosa pode acarretar prejuízos mais elevados que os lucros gerados por operações bem-sucedidas (STEINER et al., 2005).

Os profissionais responsáveis pela concessão de crédito, em geral, com deficiência na avaliação de um crédito ou tendo uma baixa qualidade das informações disponíveis – dados financeiros e patrimoniais – do tomador do crédito, podem ser os responsáveis pela geração do prejuízo financeiro da instituição em caso de inadimplência do tomador (JESUS et al., 2012). Diante disto, a análise de crédito é um processo complexo e torna-se essencial um profissional analista preparado em termos de conhecimento, experiência, critérios adequados à tomada de decisão e que saiba usufruir de instrumentos e técnicas que o auxiliem na formulação do parecer (SILVA, 2008).

Os instrumentos e técnicas utilizados na avaliação de crédito são variados e não existe uma padronização com regras eficazes aderentes a todas as situações, por exemplo, análise de crédito referente à pessoa física assalariada, pessoa física produtor rural, microempresa, empresa de pequeno, médio e grande porte. Entretanto, existem as consagradas técnicas utilizadas pela literatura e na práxis que podem, com o devido ajuste, ser aplicadas aos diversos contextos de análise (SCHRICKEL, 2000; BLATT, 1999; COSTA, 2003; SECURATO, 2007; SILVA, 2008; MATARAZZO, 2010).

Neste contexto, torna-se necessário refletir sobre a distinção, em especial, entre a pessoa física assalariada e o produtor rural. A pessoa física assalariada mensalmente, com emprego formal no comércio, na indústria ou em prestadoras de serviço, recebe seus salários de forma periódica e constante. Já a pessoa física produtor rural (agrícola e pecuária) pode apresentar sazonalidades em determinados períodos, pois há fatores climáticos e econômicos que podem interferir na geração de renda – dependendo da atividade, a renda poderá ser mensal, bimestral, quadrimestral ou até anual (SILVA, 2015). Neste caso, a atividade da pessoa física produtor rural, em decorrência das sazonalidades na geração da renda, pode ser comparada a pessoas jurídicas, ou seja, a produção e a venda ocorrem de forma similar entre as pessoas jurídicas (empresas e indústrias) e pessoas físicas produtores rurais (MARION, 2010; FEIL (2015)).

As pessoas jurídicas contam com análise de crédito específica, visto que possuem um ciclo operacional com sua geração de receita, produção e sazonalidades. Para a concessão de crédito as pessoas físicas produtores rurais são analisadas atualmente pelas instituições financeiras da mesma forma como as pessoas físicas assalariadas, mesmo que as pessoas físicas produtores rurais se assemelhem mais ao processo de atividade de pessoas jurídicas empresarial ou industrial. Desta forma, a temática deste estudo limita-se à análise de crédito direcionada à pessoa física produtor rural (agrícola e pecuário), no município de Estrela (RS), do ano base de 2013, visando apenas o aspecto quantitativo da análise de crédito, ou seja, a aplicação da análise com auxílio de índices/indicadores elaborados por meio das demonstrações financeiras.

Este estudo objetivou analisar a pessoa física produtor rural por meio do modelo de análise de crédito da pessoa jurídica, e também pelo modelo da pessoa física assalariada, para verificar se existem diferenças nesta análise quanto ao limite de crédito definido em ambos os casos.

A justificativa da realização deste estudo vem ao encontro das informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BCB), de que no país o volume de operações financeiras rurais de 2011 a 2012 teve um aumento superior a 15% (BCB, 2013). A Confederação Nacional do Comércio (CNC) aponta que de 2012 a 2013 o número de famílias endividadas passou de 59,8% a 63,1%, respectivamente (CNC, 2013). Além disso, Barboza Junior e Lopes (2009) constataram, por meio de revisão de literatura, uma escassez de material bibliográfico sobre a análise de crédito referente à pessoa física produtor rural. As contribuições dos resultados deste estudo podem ser utilizadas para auxiliar a análise de crédito de pessoas físicas produtores rurais, apresentando um modelo de análise, o qual poderá colaborar na redução da inadimplência tanto nas instituições financeiras quanto em empresas públicas e privadas, uma vez que este estudo é feito sob o ponto de vista dos cedentes de crédito.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Análise de crédito

O surgimento do crédito ocorreu na antiga Babilônia e sua expressão se origina do latim, *credere*, tendo como significado crer, confiar e acreditar (SILVA, 2008). A definição de crédito abrange o ato de ceder algum bem ou valores a terceiros como forma de empréstimo ou venda a prazo, por um período previamente definido, com expectativas de retorno em data futura deste crédito ao cedente (BLATT, 1999; SCHRICKEL, 2000).

O crédito está presente nas rotinas diárias da sociedade (pessoas e empresas) na facilitação da compra e venda de mercadorias, produtos e serviços; neste sentido, torna-se essencial a confiança e, para isto, o credor necessita conhecer o cliente (LANSINI, 2003; SECURATO, 2007; SANTOS, 2011). A concepção de crédito envolve o risco de não pagamento ou atraso, pois se refere a uma confiança estabelecida entre o credor e devedor (LANSINI, 2003).

A finalidade do crédito envolve o atendimento a diversas necessidades econômicas e sociais, tais como (SILVA, 2008; SANTOS, 2011; EUSÉBIO; TONETO JUNIOR, 2012): a) financiamento às pessoas físicas assalariadas e/ou agrícolas – compra de bens, reforma de imóveis, gastos com saúde, educação, lazer, insumos, entre outros; e b) financiamento às empresas – aquisição de matéria-prima, máquinas e equipamentos, ampliação da indústria, entre outras necessidades. Entretanto, o crédito também pode revelar-se como problema pela alta exposição do devedor ao risco financeiro; sendo assim, os analistas de crédito utilizam-se da análise de concessão de crédito para avaliar o risco do retorno do crédito cedido (BLATT, 1999).

A análise de crédito pode ser definida como um processo de averiguação na intenção de identificar a capacidade de pagamento e idoneidade do futuro devedor (SANTOS, 2011). O foco desta análise centra-se nas demonstrações contábeis para interpretar a situação financeira por meio de indicadores, coeficientes e índices, objetivando a viabilidade, segurança, liquidez e rentabilidade da concessão de crédito (BLATT, 1999; COSTA, 2003). Schrickel (2000) destaca que a análise de crédito gera uma decisão de crédito em ambientes incertos, com constantes mutações e, em alguns casos, com informações incompletas.

Na realização da análise de crédito, segundo Schrickel (2000), devem ser observadas três etapas: (i) Análise retrospectiva: com base nas informações históricas do futuro credor; (ii) Análise de tendência: realiza regressões futuras das condições financeiras; e (iii) Capacidade creditícia: análise conjunta das etapas anteriores com inserção do risco atual e futuro. O cerne de uma análise de crédito relaciona-se com a disponibilidade e confiabilidade de informações para uma decisão segura (SILVA, 2008). Este autor ainda salienta que esta análise envolve variáveis qualitativas (opinião subjetiva) e quantitativas (opinião objetiva com base em modelos matemáticos/estocásticos) e que inexistente uma regra 'milagrosa' que analise ou elimine todos os riscos envolvidos; portanto, não são elimináveis, mas mitigáveis (SECURATO, 2007).

Estas etapas utilizadas na avaliação de concessão de crédito têm a finalidade de minimizar o risco, pois esta é a probabilidade que o cedente do crédito possui em não recebê-lo na data estipulada (SCHRICKEL, 2000; SILVA, 2008). O risco pode ser classificado em (SANTOS, 2011): a) risco interno: que pode ocorrer devido a profissionais desqualificados, controle de risco inadequado, ausência de modelos estatísticos, concentração de crédito em clientes com elevado risco; e b) risco externo: aumento da concorrência, caráter do cliente, inflação, taxa de juros, aumento da carga tributária, entre outros. As etapas de análises do crédito podem ser realizadas com auxílio dos Cs do crédito (Quadro 1), os quais estão inter-relacionados com os riscos de crédito.

Quadro 1 – Cs do Crédito

Cs	Conceitos
a) Caráter	Analisa a intenção de pagar, contemplando quesitos tais como a identificação, pontualidade, existência de restrições, experiência nos negócios, atuação no mercado (SCHRICKEL, 2000).
b) Capital	Mede a situação financeira considerando a alocação dos recursos já existentes do cliente por meio das demonstrações contábeis avaliando a situação econômico-financeira, estrutura do capital, índices de liquidez, endividamento, entre outros (SANTOS, 2011).
c) Capacidade	Analisa a geração de fluxo de caixa suficiente para pagar os compromissos assumidos, ou seja, a habilidade de conversão dos negócios em receita e lucro (SECURATO, 2007).
d) Condições	Analisa os fatores externos, ou seja, os fatores não controláveis (SOUZA FILHO, 2005).
e) Colateral	Refere-se às garantias que o devedor apresenta para viabilidade do crédito, porém estas apenas atenuam os eventuais impactos negativos sobre a capacidade, capital e condições (SECURATO, 2007).
f) Conglomerado	Analisa o conjunto de pessoas ou aglomerados de empresas aos quais o futuro devedor esteja vinculado, e que podem afetar de forma positiva ou negativa a análise do crédito (SILVA, 2008).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Estes Cs devem ser utilizados na análise de crédito para pessoas físicas e jurídicas, considerando que as pessoas físicas podem classificar-se em agrícola e pecuária e em trabalhadores empregados em empresas. Neste sentido, na seção seguinte detalha-se a pessoa física, considerando-se os produtores rurais e agropecuários.

2.2 Produtor rural e a contabilidade

Os produtores rurais – agrícolas e pecuários – compreendem as pessoas físicas que atuam na exploração da terra (CREPALDI, 1998). Os produtores agrícolas vinculam-se às atividades relacionadas à cultura hortícola, forrageira (por exemplo, cereais, hortaliças, reflorestamento), e os produtores pecuaristas possuem atividades relacionadas à criação de animais, como pecuária, apicultura, avicultura (MARION, 2010).

A definição de empresas rurais também se aplica aos produtores rurais, e não somente aos empresários, pois empresas rurais são as unidades produtivas de culturas agrícolas e pecuárias com a finalidade de geração de lucro (CREPALDI, 1998; MARION, 2010). A própria Lei 4.504/64 em seu art. 4º, inciso VI, define empresa rural como: “o

empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico". Desta forma, a atividade rural em função das operações de compra, venda, contratação de serviços e produção é considerada uma empresa, mesmo que não tenha formalidade jurídica e obrigatoriedades na elaboração das demonstrações contábeis (CREPALDI, 1998).

No Brasil, em sua maioria, as pessoas físicas rurais enquadram-se no pequeno e médio porte (classificação de acordo com a receita bruta) e, além disso, as propriedades rurais que são obrigadas a manter a escrituração contábil pertencem ao porte grande e àquelas que possuem constituição jurídica (MARION, 2010). Crepaldi (1998) salienta que ainda há a utilização de critérios tradicionais (antigos) e com desempenho inaceitável no controle e gestão das propriedades rurais; no entanto, a eficiência destes empreendimentos não depende dos níveis de produtividade, mas do resultado almejado. Além disso, cabe ressaltar que o setor agropecuário possui alto risco para o credor, em função dos fatores climáticos, assimetria das informações, falta de orientação mercadológica da terra, dificuldades logísticas, produtos com preços voláteis e baixa adesão ao seguro rural (SILVA, 2015).

Nas propriedades rurais, a contabilidade auxilia no atingimento da maximização do lucro, fornecendo informações e controles à continuidade das atividades (VESTENA et al., 2011). Os benefícios do controle contábil nas propriedades rurais, pessoas físicas, são: demonstrar uma visão real da situação econômico-financeira, determinação de limite de crédito adequado e de sua capacidade de pagamento (THOMAS et al., 2009).

A geração de informações por meio das demonstrações contábeis em propriedades rurais evidencia a situação econômico-financeira, e assim torna a análise mais consistente diante do risco e do limite do crédito (MATARAZZO, 2010). Apesar desta importância da contabilidade rural, o estudo de Thomas et al. (2009) revela que as demonstrações são pouco utilizadas pelos proprietários rurais e sua utilização é para fins tributários, tendo como justificativa que não seria necessário manter a escrituração/controlar contábil em função de as propriedades serem de pequeno porte, o que se tornaria um custo sem retorno.

A tomada de decisão do produtor rural, segundo Silva (2015), vincula-se à necessidade de capital, planejamento e estratégias de curto e longo prazos relacionadas às suas atividades operacionais, similar à área empresarial. Neste sentido, a análise de crédito realizada para pessoas físicas rurais, por serem consideradas empresas, em função de suas características, pode ocorrer por meio da mesma análise utilizada para pessoa jurídica.

2.3 Ferramentas para análise de crédito em pessoa física rural

A análise de crédito da pessoa física rural compreende o mesmo processo utilizado para pessoa jurídica. Desta forma, as demonstrações contábeis são essenciais para compreensão de sua performance, solidez e liquidez (SILVA, 2008; MATARAZZO, 2010). Estes autores destacam que esta compreensão da performance pode ser operacionalizada por meio de indicadores, coeficientes e/ou índices, sendo que estes servem como um termômetro na avaliação da saúde financeira, porém devem ser analisados em conjunto e comparados com resultados de outros estudos.

A apuração e análise destes índices ocorrem por meio das demonstrações contábeis das quais são extraídas as informações; porém, como as pessoas físicas rurais não têm a obrigatoriedade de sua elaboração, utiliza-se a técnica das demonstrações perguntadas sugerida por Kassai (2007). Esta técnica permite estruturar as demonstrações contábeis no caso de inexistência de relatórios e ou demonstrações que compreendam as informações referentes aos ativos, passivos, receitas, despesas, custos, geração de caixa, entre outras, as quais são apresentadas no Balanço Patrimonial Perguntado (BPP) e Demonstração do Resultado do Exercício Perguntado – DREP (KASSAI, 2007; SANTOS, 2011).

A apuração do BPP e da DREP surgiu no início dos anos 2000 e consiste na interrogação direta do proprietário ou responsável pelo empreendimento, aliada com a experiência do interrogador (KASSAI, 2007). As perguntas e os modelos destas demonstrações estão evidenciados no Quadro 2.

Quadro 2 – Roteiro de perguntas para estruturação do BPP e DREP

Perguntas amplas sobre a propriedade rural:
1.Nome da propriedade rural e localização.
2.Desde quando a empresa existe?
3.Qual é o número de famílias/integrantes de uma propriedade rural?
4.Há sazonalidade no cultivo e na venda dos produtos? E quais são as variáveis que interferem na produção?
5.Quais são os produtos que a propriedade rural produz/comercializa?
6.Qual(is) o(s) produto(s) principal(is) em termos de Rendimentos?
7.Qual é o número de pessoas que trabalham na propriedade rural?
Perguntas específicas da área financeira e econômica da propriedade rural:
1.Qual é o rendimento mensal e anual da propriedade rural (vendas ou rendimento bruto)?
2.Há algum tipo de dedução neste rendimento bruto?
3.Qual é o percentual de venda de produtos agrícolas à vista e a prazo?
4.Prazo médio de recebimento das vendas a prazo.

5. Há a antecipação das vendas a prazo? Se houver, identificar: prazo, taxas e frequência.
6. Quanto custam os produtos vendidos? Discriminar quais são os custos e seus valores.
7. Listar todas as despesas que a propriedade rural possui (em valores).
8. Qual é prazo médio para pagamento de fornecedores de insumos agrícolas? Listar os insumos.
9. Quanto é gasto com a folha de pagamentos ou distribuição dos dividendos? Empregados...
10. Qual é a periodicidade com que a folha de pagamento ou a distribuição são realizadas?
11. A remuneração é fixa ou é variável? Explicar como é realizada.
12. Quais impostos, taxas e/ou contribuições que a propriedade rural paga? Listar e quantificar.
13. Qual foi o investimento inicial feito para que a propriedade rural pudesse iniciar suas atividades?
14. O investimento inicial foi próprio ou de terceiros? Identificar o percentual e valor.
15. Quanto a propriedade rural possui no momento em bancos ou caixa? Especificar cada caso.
16. Quanto a propriedade rural possuía, aproximadamente, no início do exercício, em bancos ou caixa? Especificar cada caso.
17. Quais os gastos de maior relevância que são contabilizados nos custos operacionais e administrativos?
18. Quanto a propriedade rural possui de estoque?
19. A propriedade rural possui alguma dívida bancária? (listar: valor, taxa, período e garantia).
20. Quanto há de imobilizado na propriedade rural (valor a preço de venda)?

Fonte: Adaptado de Correa, Matias e Vicente (2006).

A análise das demonstrações contábeis perguntadas pode ser realizada por meio da apuração de índices de liquidez, endividamento e os índices de rentabilidade, segundo Ávila Filho (1992), Schrickel (2000), Blatt (2001), Costa (2003), Silva (2004), Securato (2007), Silva (2008), Iudicibus (2010), Matarazzo (2010), Padoveze e Benedicto (2010) e Santos (2011). Na sequência apresenta-se o detalhamento dos principais índices.

O índice de liquidez evidencia a capacidade de geração de disponibilidades para pagamento das despesas de curto e longo prazo (SANTOS, 2011). Este índice subdivide-se em liquidez: a) corrente; b) seca; c) imediata; e d) geral (Quadro 3).

Quadro 3 – Índices de liquidez

Índice	Cálculo
Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$
Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$

Fonte: Adaptado de Securato (2007), Silva (2008), Matarazzo (2010) e Santos (2011).

Os índices de estrutura de capital mensuram em percentual a participação do capital próprio em relação ao capital de terceiros e dos ativos financeiros com capitais de terceiros e próprios, ou seja, qual a dependência do empreendimento dos recursos de terceiros (PADOVEZE; BENEDICTO, 2010). Este índice de estrutura de capital classifica-se em: a) participação de capital de terceiros; b) imobilização do patrimônio líquido; c) composição do endividamento; e d) endividamento geral, conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Índices de estrutura de capital

Índice	Cálculo
Participação de capital de terceiros	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$
Composição do endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}} \times 100$
Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Imobilizado}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$
Endividamento Geral	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} \times 100$

Fonte: Adaptado de Securato (2007), Silva (2008), Matarazzo (2010) e Santos (2011).

O índice de rentabilidade (Quadro 5) evidencia o rendimento dos investimentos (BLATT, 2001). Este índice relaciona os retornos em relação às vendas, ativos e patrimônio, sendo assim, permite avaliar o lucro em certo nível de vendas, ativos ou próprios investimentos (COSTA, 2003). O índice de rentabilidade classifica-se em: a) giro do ativo; b) margem líquida; c) rentabilidade do ativo; e d) rentabilidade do patrimônio líquido.

Quadro 5 – Índices de rentabilidade

Índice	Cálculo
Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$
Rentabilidade do Patrimônio líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido médio}} \times 100$
Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas líquidas}}{\text{Ativo}} \times 100$
Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$

Fonte: Adaptado de Securato (2007), Silva (2008), Matarazzo (2010) e Santos (2011).

A análise das demonstrações contábeis por meio destes índices, para sua eficiência na tomada de decisão, não se vincula à quantidade de índices utilizados, mas a um conjunto que permite reconhecer a real situação da organização, além do grau de profundidade desejado (MATARAZZO, 2010). Blatt (2001) sugere que se utilizem entre 10 e 15 índices, pois estes seriam suficientes para revelar sua solvência e mensurar a habilidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos. Martins, Diniz e Miranda (2012) apontam que, se alguém precisar mais do que meia dúzia de indicadores para realizar uma análise, é porque teria alguma coisa errada. Neste sentido, percebe-se que a quantidade de indicadores pode ser definida em função da profundidade da análise, mas, como pode ser visto, inexiste um número ideal predefinido.

Apesar da importância de a análise ser feita por meio de indicadores calculados a partir de demonstrações contábeis, existem análises que são realizadas investigando, por exemplo, o comprometimento da renda do indivíduo/pessoa jurídica (SANTOS, 2011). As políticas de crédito de instituições financeiras consideram que 70 a 80% da renda das pessoas físicas são comprometidos com gastos essenciais, como alimentação, moradia, transporte, saúde, entre outros; desta forma, o limite máximo da renda a ser comprometido gira em torno de 20 a 30% (SEBRAE, 2007; SANTOS, 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

Este estudo quanto à abordagem do problema é quantitativo. A pesquisa quantitativa centra-se nos dados numéricos mensuráveis por meio da análise estatística (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Neste sentido, esta abordagem justifica-se em função da estruturação e elaboração de cálculos referentes ao BPP e DREP, e do cálculo dos índices que possuem como base a multiplicação, a divisão e a porcentagem.

Os procedimentos técnicos vinculam-se ao estudo de caso múltiplo e aplicação de entrevistas estruturadas. O estudo de caso consiste em um exame profundo e exaustivo de poucos objetos, na busca de um conhecimento amplo e detalhado do objeto (GIL, 2010). Já o estudo de caso múltiplo permite “[...] que seja formulado um número maior de perguntas em relação ao caso individual, levantando elementos que possam confirmar os levantados” (BEUREN, 2006, p. 85). O estudo de caso múltiplo adapta-se a esta pesquisa, pois estuda sete casos de forma aprofundada e detalhada por meio do levantamento de diversas informações econômico-financeiras.

As entrevistas são definidas como técnica de obtenção de informações operacionalizadas na forma presencial; já as entrevistas estruturadas compreendem um roteiro de perguntas previamente estabelecidas (BEUREN, 2006). A utilização das entrevistas estruturadas justifica-se em função do propósito de coletar as informações acerca dos produtores rurais (pessoas físicas), por exemplo, valor das receitas, despesas, impostos, estrutura da propriedade, dívidas existentes.

A classificação quanto aos objetivos e fins é exploratória. O propósito da pesquisa exploratória, segundo Gil (2010, p. 27) é “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses”. A pesquisa exploratória possui aderência a este estudo, pois se buscou identificar se os modelos utilizados para pessoa física assalariada e para pessoa jurídica apresentavam diferenças consistentes quanto à análise de crédito e à definição de um limite de crédito voltado ao produtor rural. Sendo assim, na atualidade há uma inexistência de estudos que abordem este tema e a maioria das práticas existentes não estão documentadas e disponíveis para consultas, por exemplo, praticadas em instituições financeiras.

3.2 Unidades de análises e coleta de dados

As unidades de análise desta pesquisa abrangem sete produtores rurais localizados no município de Estrela (RS). As identidades dos produtores rurais abordados foram mantidas em sigilo, a fim de não expor a sua situação econômico-financeira, sendo que, por este motivo, os produtores rurais foram identificados por meio de letras, por exemplo, Produtor A (Quadro 6).

Quadro 6 – Características operacionais dos produtores rurais

	Produtor A	Produtor B	Produtor C	Produtor D	Produtor E	Produtor F	Produtor G
Atividade*	Pecuária						
Produto*	Leite	Leite	Leite	Leite/suíno	Suíno	Leite/suíno	Frango
Tempo**	30	35	15	40	15	35	4
Pessoas***	2	2	2	3	3	3	2
Renda ****	30 dias	30 dias	30 dias	30/120 dias	120 dias	30/120 dias	90 dias

Fonte: Elaborado pelos autores.

Legenda:

* As atividades e os produtos produzidos, descritos em cada produtor, referem-se às principais, ou seja, com mais de 80% do total da receita.

** Refere-se ao tempo, em anos, em que o produtor rural exerce a atividade.

*** Compreendem o número de pessoas que trabalham na propriedade, na sua maioria são os proprietários, exceto o Produtor A, que possui um diarista em alguns dias do mês.

**** A renda, neste caso, refere-se ao número de dias do recebimento do pagamento das empresas conveniadas as quais compram regularmente a produção da propriedade.

A definição dos sete produtores rurais participantes desta pesquisa ocorreu por conveniência, ou seja, por se apresentarem dispostos a participar da pesquisa. Observe-se que na definição dos produtores rurais não foi considerado o tamanho das propriedades, mas apenas a caracterização como produtores rurais pessoas físicas.

A coleta dos dados ocorreu com entrevistas estruturadas utilizando-se roteiro previamente elaborado em formulário com base em Correa, Matias e Vicente (2006), para a coleta específica de dados e informações econômico-financeiras (Quadro 2). As informações coletadas compreendem o valor dos bens, direitos e obrigações dos produtores, e demais informações vinculadas às características operacionais.

As entrevistas foram aplicadas aos sete produtores rurais no período de 15 de janeiro a 10 de abril de 2014; para tanto as visitas foram agendadas por meio de contato telefônico no mês de janeiro de 2014. Os valores e informações foram coletados referentes ao exercício social findo em 31.12.2013, exceto para o saldo da conta caixa e equivalentes, que, além deste exercício social, foi coletado o saldo referente ao exercício social findo em 31.12.2012.

3.2 Tratamento e análise dos dados

Os dados coletados com base nas entrevistas estruturadas foram tabulados com o auxílio de planilhas eletrônicas (*Software Microsoft Office Excel 2010*), pois com a utilização deste software foi possível melhor edição dos dados e informações, assim como melhor visualização dos resultados.

Os dados foram padronizados e adaptados com base na estrutura das demonstrações contábeis aderentes à contabilidade rural, segundo sugestões de Kassai (2007), Garcia et al. (2011), Oliveira (2008), Crepaldi (1998) e Marion (2010). A estrutura das demonstrações contábeis está descrita na Tabela 1, referente ao BPP, e na Tabela 2, referente à DREP. Os resultados foram alcançados por meio de cinco etapas: 1) apuração do BPP e da DREP com base na coleta das informações por meio da entrevista estruturada; 2) cálculo do limite de crédito por meio da metodologia de pessoa física assalariada; 3) apuração dos índices de liquidez, estrutura e rentabilidade; 4) apuração do limite de crédito por meio da geração de caixa e equivalentes de caixa; e 5) comparação e análise das etapas 2, 3 e 4.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção apresenta-se a estrutura das demonstrações contábeis relativas ao BPP (Tabela 1) e à DREP (Tabela 2), conforme coleta dos dados por meio das entrevistas estruturadas (Quadro 2).

Tabela 1 – BPP dos produtores rurais do ano-base 2013

Ativo	Produtor A	Produtor B	Produtor C	Produtor D	Produtor E	Produtor F	Produtor G
Ativo Circulante Disponível	147.821,00	350.590,00	32.085,00	101.800,00	145.135,00	283.920,00	13.240,00
	41.700,00	279.750,00	4.625,00	20.150,00	26.035,00	55.620,00	1.140,00
Caixa	300,00	250,00	150,00	450,00	400,00	620,00	210,00
Banco Conta Corrente	7.100,00	2.500,00	500,00	3.500,00	5.700,00	5.000,00	330,00
Banco Conta Aplicação	20.000,00	182.000,00	0,00	2.100,00	4.200,00	0,00	0,00
Poupança	12.000,00	95.000,00	1.500,00	12.300,00	1.335,00	50.000,00	200,00
Contas a Receber	800,00	0,00	2.475,00	1.800,00	14.400,00	0,00	400,00
Aposentadoria	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estoque	106.121,00	70.840,00	27.460,00	81.650,00	119.100,00	228.300,00	12.100,00
Insumos	96.471,00	51.790,00	14.860,00	40.770,00	72.750,00	111.000,00	10.000,00
Produtos agrícolas	450,00	850,00	0,00	4.880,00	12.000,00	0,00	0,00
Rebanho em Formação	9.200,00	3.000,00	9.100,00	3.000,00	4.350,00	75.000,00	2.100,00
Outros Rebanhos e Animais	0,00	8.000,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Culturas Temporárias em Formação	0,00	7.200,00	0,00	33.000,00	30.000,00	42.300,00	0,00
Ativo não Circulante	830.600,00	785.600,00	406.100,00	1.219.200,00	3.108.500,00	1.835.500,00	307.500,00
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizado	830.600,00	785.600,00	406.100,00	1.219.200,00	3.108.500,00	1.835.500,00	307.500,00
Terras	400.000,00	300.000,00	200.000,00	500.000,00	1.850.000,00	1.000.000,00	150.000,00
Pastagens Formadas	10.000,00	3.000,00	350,00	2.900,00	5.000,00	20.000,00	0,00
Máquinas e Motores	178.600,00	202.600,00	68.000,00	421.300,00	530.000,00	270.000,00	17.500,00
Instalações	119.500,00	240.000,00	80.000,00	260.000,00	653.500,00	300.000,00	140.000,00
Cultura Permanente em Formação	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rebanhos	112.500,00	40.000,00	57.750,00	35.000,00	70.000,00	245.500,00	0,00
Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	978.421,00	1.136.190,00	438.185,00	1.321.000,00	3.253.635,00	2.119.420,00	320.740,00
Passivo	Produtor A	Produtor B	Produtor C	Produtor D	Produtor E	Produtor F	Produtor G
Ativo Circulante	26.145,00	1.361,00	15.489,00	33.140,00	9.045,00	150.188,71	10.700,00
Fornecedores	23.080,00	0,00	530,00	600,00	150,00	116.100,00	190,00
Impostos a pagar	50,00	100,00	154,00	540,00	200,00	170,10	50,00
Salários a pagar	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversos a pagar	2.815,00	1.261,00	14.805,00	32.000,00	8.695,00	33.918,61	10.460,00
Passivo não Circulante	0,00	80.800,00	28.150,00	124.600,00	117.000,00	80.200,00	23.410,00
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos a pagar	0,00	80.800,00	28.150,00	124.600,00	117.000,00	80.200,00	23.410,00
Patrimônio Líquido	952.276,00	1.054.029,00	394.546,00	1.163.260,00	3.127.590,00	1.889.031,29	286.630,00
Capital Social	897.621,80	1.002.670,39	386.212,20	1.036.270,00	2.867.430,00	1.772.812,32	263.764,00
Lucro Líquido Exercício	54.654,20	51.358,61	8.333,80	126.990,00	260.160,00	116.218,97	22.866,00
TOTAL DO PASSIVO	978.421,00	1.136.190,00	438.185,00	1.321.000,00	3.253.635,00	2.119.420,00	320.740,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

O BPP (Tabela 1) dos produtores rurais demonstra que estes possuem diferentes situações patrimoniais, por exemplo, a conta disponibilidade do produtor G foi de R\$ 1.140,00, já a do produtor B apresentou R\$ 279.750,00. Neste caso, nota-se que os produtores G e C financiam o ativo não circulante com recursos próprios e, além disso, investem

grande parte deste em imobilizado, o que explica o baixo saldo apresentado. O produtor B, com o maior valor em disponível, assim como os produtores A e F demonstram possuir um controle de gastos e receitas mais consistentes, o que foi comprovado com as entrevistas.

Os resultados da DREP (Tabela 2) revelam que os produtores C e G apresentam a menor receita bruta em detrimento dos demais, o que pode ser verificado em função do porte da propriedade rural, que é a menor em relação às demais.

Tabela 2 – DREP dos produtores rurais de 2013

Ativo	Produtor A	Produtor B	Produtor C	Produtor D	Produtor E	Produtor F	Produtor G
Receita Operacional Bruta	147.821,00	350.590,00	32.085,00	101.800,00	145.135,00	283.920,00	13.240,00
	41.700,00	279.750,00	4.625,00	20.150,00	26.035,00	55.620,00	1.140,00
Receita Bruta Rural	173.880,00	173.880,00	68.430,00	64.600,00	286.110,00	477.680,00	49.350,00
(-) Deduções da Receita Bruta	173.880,00	173.880,00	68.430,00	64.600,00	286.110,00	477.680,00	49.350,00
(=) Receita Líquida Total	6.085,80	6.085,80	1.573,89	1.366,20	6.260,00	10.990,00	845,00
(-) Custos Operacionais	167.794,20	167.794,20	66.856,11	63.233,80	279.850,00	466.690,00	48.505,00
(=) Receita Líquida Total	86.580,00	86.580,00	37.497,50	40.500,00	117.160,00	176.620,00	14.430,00
(=) Lucro Bruto	81.214,20	81.214,20	29.358,61	22.733,80	162.690,00	290.070,00	34.075,00
(-) Despesas não Operacionais	40.560,00	40.560,00	26.000,00	24.800,00	36.550,00	38.650,00	19.345,00
(+) Receitas não Operacionais	14.000,00	14.000,00	48.000,00	10.400,00	850,00	8.740,00	8.136,00
(+) Receita Aposentadoria	14.000,00	14.000,00	33.000,00	10.400,00	0,00	8.400,00	8.136,00
(+) Receitas Financeiras	0,00	0,00	15.000,00	0,00	850,00	340,00	0,00
(=) Lucro Líquido Exercício	54.654,20	54.654,20	51.358,61	8.333,80	126.990,00	260.160,00	22.866,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

Após a apuração do BPP e da DREP, na sequência, com base na receita bruta da DREP (Tabela 2), realiza-se o cálculo do limite de crédito que o produtor poderia pagar em parcelas anuais e/ou mensais (Tabela 3). Este cálculo é feito com base na visão de Santos (2011) e do SEBRAE (2007), os quais destacam que a pessoa física assalariada teria condições de comprometer 30% de sua renda bruta e que esta forma é tradicionalmente utilizada no mercado para a definição do limite de crédito.

Tabela 3 – Análise de crédito por meio da prática da pessoa física

Receita Bruta	Produtor A	Produtor B	Produtor C	Produtor D	Produtor E	Produtor F	Produtor G
Anual (30%)	56.364,00	30.429,00	22.500,00	85.833,00	145.824,00	165.666,30	17.245,80
Mensal (30%)	4.697,00	2.535,75	1.875,00	7.152,75	12.152,00	13.805,53	1.437,15

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 4 apresenta a análise com base no BPP e DREP, sendo que esta metodologia é utilizada para pessoas jurídicas na verificação da viabilidade de concessão de crédito por meio de índices de liquidez, estrutura e rentabilidade. Salienta-se que para a pessoa jurídica, além da apuração destes índices, é promovida a análise do limite de crédito, o que foi comprovado na Tabela 3.

A análise dos índices da Tabela 4 demonstra que os produtores C, D e G apresentam um risco maior para concessão de crédito; isto não significa a não concessão, mas que pode apresentar futuros problemas de pagamento do crédito cedido. Este risco é revelado, em especial, pelos índices de liquidez geral, seca e imediata, que apresentam valores abaixo de 1,00, ou seja, caso necessitassem liquidar as obrigações não haveria direitos suficientes; e o índice de imobilização do patrimônio líquido mostra-se superior a 100%, ou seja, além de terem investido 100% dos recursos próprios no imobilizado, ainda utilizaram muitos recursos de terceiros (Empréstimos a Pagar – Passivo não Circulante). Estas análises e afirmações podem ser vistas nos estudos de Iudicibus (2010), Matarazzo (2010) e Padoveze e Benedicto (2010).

Tabela 4 – Análise de crédito dos produtores rurais por meio dos índices.

Receita Bruta	Produtor A	Produtor B	Produtor C	Produtor D	Produtor E	Produtor F	Produtor G
Geral (R\$)	5,65	4,27	0,74	0,65	1,15	1,23	0,39
Corrente (R\$)	5,65	257,60	2,07	3,07	16,05	1,89	1,24
Seca (R\$)	1,59	205,55	0,30	0,61	2,88	0,37	0,11
Imediata (R\$)	1,51	205,55	0,18	0,55	1,29	0,37	0,07
P. Capital de terceiros (%)	2,75	7,79	11,06	13,56	4,03	12,20	11,90
C. do Endividamento (%)	100	1,66	35,49	21,01	7,18	65,19	31,37
Imediata (R\$)	1,51	205,55	0,18	0,55	1,29	0,37	0,07
P. Capital de terceiros (%)	2,75	7,79	11,06	13,56	4,03	12,20	11,90
C. do Endividamento (%)	100	1,66	35,49	21,01	7,18	65,19	31,37
Imobilização PL (%)	87,22	74,53	102,93	104,81	99,39	97,17	107,28
Endividamento Geral (%)	2,67	7,23	9,96	11,94	3,87	10,87	10,63
Margem Líquida (%)	30,06	51,43	11,32	45,38	54,76	21,53	40,37
Rentabilidade do PL (%)	5,74	4,87	2,11	10,92	8,32	6,15	7,98
Giro do Ativo	0,19	0,09	0,17	0,21	0,15	0,25	0,18
Rent. do Ativo (%)	5,59	4,52	1,90	9,61	8,00	5,48	7,13

Fonte: Elaborada pelos autores.

A utilização destes índices na análise de crédito do produtor rural pessoa física auxilia na decisão sobre a concessão do crédito, sendo assim, o número de índices contribui com o detalhamento e fortalece o posicionamento do analista diante da situação econômica e patrimonial do produtor, o que é corroborado por Matarazzo (2010). Além disso, o acesso aos índices históricos das propriedades rurais pode auxiliar na projeção de cenários futuros, tornando, assim, a análise de crédito robusta e confiável.

A análise de crédito deve ser realizada utilizando-se do comprometimento de 30% da receita bruta e dos índices e, além disso, deve-se analisar a geração de caixa e equivalentes de caixa (pelo regime de Caixa) para demonstrar a real capacidade de pagamento por meio do caixa. Neste sentido, a Tabela 5 apresenta o caixa líquido gerado de 2012 a 2013, conforme informações coletadas pelos proprietários rurais. Esta apuração foi necessária, pois a geração de lucro líquido pela DREP não pode ser utilizada como forma de estabelecer o limite de crédito, pelo fato de não garantir o pagamento das parcelas. Desta forma, salienta-se que este pagamento é garantido pela geração de caixa e equivalentes de caixa (SECURATO, 2007).

Tabela 5 – Apuração da geração de caixa e equivalente líquido de 2012 a 2013

	Produtor A	Produtor B	Produtor C	Produtor D	Produtor E	Produtor F	Produtor G
Lucro Líquido	54.654,20	51.358,61	8.333,80	126.990,00	260.160,00	116.218,97	22.866,00
(=) Caixa 2013	39.400,00	279.750,00	2.150,00	18.350,00	11.635,00	55.620,00	740,00
(-) Caixa 2012	25.745,80	258.500,00	1.300,00	137.000,00	43.000,00	9.500,00	200,00
(=) Caixa líquido	13.654,20	21.250,00	850,00	-118.650,00	-31.365,00	46.120,00	540,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

A geração de caixa e equivalentes de caixa revela que a receita gerada pelo regime de competência é distinta do saldo da conta caixa, pois aquela é gerada pelo regime de caixa. O produtor A, por exemplo, com base nos 30% da receita bruta, poderia comprometer R\$ 4.697,00 de sua renda mensal, porém, analisando-se por meio da geração de caixa deste produtor, poderia comprometer apenas R\$ 1.137,85 de sua renda mensal. Percebe-se que a análise do caixa e equivalentes de caixa determina um valor 4,12 vezes menor, considerando uma perspectiva da análise de pessoa jurídica aplicada (geração de caixa) em relação à análise dos 30% sobre a receita bruta de pessoa física. Resultados similares também ocorreram para os demais, a exemplo dos produtores B, C, F e G, apresentando valores 1,43; 26,47; 3,59 e 31,93 vezes menor que a capacidade de pagamento assimilado pelo caixa e equivalentes. Os produtores D e E apresentaram uma geração de caixa e equivalente de caixa negativo, ou seja, sem condições de pagamento, mesmo a análise dos índices apresentando uma situação favorável (baixo risco).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou a determinação do limite de crédito de pessoa física produtor rural por meio do modelo de análise de crédito pessoa jurídica e pessoa física assalariada. Os resultados evidenciam que os limites estipulados por meio

da análise de crédito pessoa física apresentaram-se superiores àqueles apurados pela utilização do modelo de análise pessoa jurídica.

A análise de crédito na estipulação de um limite às pessoas físicas produtores rurais se mostrou mais segura e mais adequada com base na análise de crédito pessoa jurídica. Por meio da avaliação dos demonstrativos contábeis e dos ajustes do lucro líquido ao caixa e equivalentes de caixa gerados, envolvendo o modelo de análise de crédito da pessoa jurídica, se tornou possível a identificação mais precisa e correta do limite para uma possível concessão de crédito, da mesma maneira que se mostraram mais seguras suas análises com a utilização dos indicadores, que revelam a situação econômica e patrimonial da propriedade rural e contribuem com informações robustas na análise de crédito. Ademais, o número de indicadores utilizados apresentou-se favorável, pois as decisões devem ser tomadas com base em um conjunto de indicadores em vez de isolados ou com número resumido.

Diante destes resultados, destaca-se que, quanto à análise de crédito, as pessoas físicas produtores rurais se diferenciam das pessoas físicas assalariadas, ao mesmo tempo em que se assemelham às pessoas jurídicas, principalmente pela sazonalidade das atividades, geração de receita e produção e venda de produtos. Aos analistas de crédito recomenda-se utilizar este estudo para implementar suas análises, enriquecendo a geração de informações para tornar a avaliação robusta e confiável. Além disso, também se sugere aos produtores rurais (pessoas físicas) monitorarem sua situação financeira, econômica, patrimonial e administrar seu crédito, mediante a elaboração do BPP e da REP, para obtenção de informações completas de seus bens, direitos e obrigações, assim como de seu lucro líquido do exercício.

Estudos futuros nesta área podem ser realizados utilizando-se o modelo de análise de crédito pessoa jurídica deste trabalho, e aplicando-o a uma série histórica de dados por meio de modelos estocásticos para avaliação de cenários futuros diante dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade. Ademais, sugere-se a aplicação desta análise em conjunto com a análise de crédito qualitativa e a utilização de *rating* de crédito.

As limitações deste estudo relacionam-se com a escolha dos produtores rurais pelo método de conveniência, pois estes podem apresentar características semelhantes que dificultam a diferenciação dos resultados. Cabe salientar que estes resultados podem ser utilizados apenas para estes produtores e não generalizados, em função da limitada amostra de produtores rurais.

REFERÊNCIAS

ALES, T. V.; GEVERT, V. G.; CARNIERI, C.; DA SILVA, A. C. L. Análise de crédito bancário utilizando o algoritmo Sequential Minimal Optimization. In: XLI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL, 104, 2009, Porto Seguro, Bahia. *Anais...* Bahia: UNIFACS, 2009, pp. 2242-2253.

ÁVILA FILHO, Francisco. *Manual de análise avançada de crédito*. São Paulo: IBCB, 1992.

BARBOZA JUNIOR, D. C.; LOPES, J. R. Modelo de Credit Score para o Agronegócio: Proposta de Análise de Crédito à Cooagri. In: XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO: A Engenharia de Produção e o Desenvolvimento Sustentável: Integrando Tecnologia e Gestão, 1, 2009, Salvador, Bahia. *Anais...* Salvador, 2009. pp. 1-14.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *Evolução do crédito rural*. 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

BEUREN, I. M. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BLATT, A. *Avaliação de risco e decisão de crédito: um enfoque prático*. São Paulo: Nobel, 1999.

BLATT, A. *Análise de balanços: estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis*. São Paulo: Makron Books, 2001.

BRITO, G. A. S.; ASSAF NETO, A. Modelo de Classificação de Risco de Crédito de Empresas. *R. Cont. Fin. USP*, SP, v. 19, n. 46, p. 18 - 29, jan/abr, 2008.

CAMPELO JUNIOR, A. O que esperar de 2013 com base nos indicadores de confiança: não há sinalização de uma aceleração notável da economia para o primeiro semestre. *Conjuntura da Construção*, v. 11, n. 1, p. 15-17, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). *Pesquisa nacional de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC)*. 2013. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-19>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

CORREA, A. C. C.; MATIAS, A. B.; VICENTE, E. F. R. Balanço perguntado: Uma metodologia de obtenção de demonstrativos financeiros de micro e pequenas empresas. In: IX SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. 1., 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2006, p. 1-15

- COSTA, R. R. *Análise empresarial avançada para crédito*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
- CREPALDI, S. A. *Contabilidade rural: uma abordagem decisória*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- EUSÉBIO G. S.; TONETO JUNIOR, R. Uma análise do acesso ao crédito rural para as unidades produtivas agropecuárias do estado de São Paulo: um estudo a partir do lupa. *Planejamento e políticas públicas*, n. 38, pp. 133-152, jan./jun. 2012.
- FEIL, A. A. Modelo de análise de crédito para analisar produtor rural agrícola e pecuária. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 14, n. 1, p. 1-18, 2015.
- FERREIRA JUNIOR, J. V.; INAOKA, T. F. L.; BRAVO, V. M. F.; GALVÃO, P. M. H. M. Análise e Concessão de Crédito para Pessoa Jurídica: indicadores econômico-financeiros e modelo de solvência aplicado num estudo de caso. *Revista de Administração da Fatea*, v. 3, n. 3, p. pp. 46-62, 2011.
- FRANCISCO, J. R. S.; AMARAL, H. F.; BERTUCCI, L. A. Risco de crédito em cooperativas: uma análise com base no perfil do cooperado. *Sociedade, contabilidade e gestão*, v. 7, n. 2, p. 137-149, 2013.
- GARCIA, E. R.; BUSCH, C. M.; RODRIGUES, A. O.; TODA, W. H. *A Nova Contabilidade Rural*. São Paulo: IOB, 2011.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. *Análise de balanços*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- JESUS, V. M.; FERREIRA, R. G.; DE LIMA, N. M.; GOMES, D. B.; COSTA, M. T.; PERERA, L. C. J. Análise e concessão de crédito para pequenas e médias empresas. Estudo de caso: empresa do setor de pescados. *Jovens Pesquisadores-Mackenzie*, v. 8, n. 2, p. 8-31, 2012.
- KASSAI, J. R. *Série: balanço perguntado – pequenas empresas*. 63 p. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. 2007.
- LANSINI, J. L. *Concessão de crédito: técnicas para avaliação e cobrança*. 3. ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2003.
- MARION, J. C. *Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. *Análise Avançada das Demonstrações Contábeis: uma abordagem crítica*. Atlas: São Paulo, 2012.
- MATARAZZO, D. C. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- OLIVEIRA, N. C. *Contabilidade do agronegócio: teoria e prática*, 22. ed. Curitiba: Juruá, 2008.
- PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. *Análise das demonstrações financeiras*. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANTOS, J. O. *Análise de crédito: empresas, pessoas físicas, agronegócio e pecuária*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- SCHRICKEL, W. K. *Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- SEBRAE. *Como elaborar um plano de cadastro, crédito e cobrança*. Belo Horizonte – MG. 74 p. 2007.
- SECURATO, J. R. *Crédito: análise e avaliação do risco: pessoas físicas e jurídicas*. São Paulo: Saint Paul Editora, 2007.
- SILVA, J. P. *Gestão de análise e risco de crédito*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- SILVA, J. P. *Análise financeira das empresas*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, F. P. *Crédito rural: o mapa da mina*. Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente UNICAMP, 2015. Disponível em: <<http://www.agrosecurity.com.br/anexos/Felipe-ABB.pdf>>. Acesso em 21 ago. 2013.

SOUZA FILHO, J. C. *Um estudo do processo de análise e concessão de crédito realizado por empresas não financeiras*. 2005. 223 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP, São Paulo, 2005.

STEINER, M. T. A.; SOMA, N. Y.; SHIMIZU, T.; NIEVOLA, J. C.; STEINER NETO, P. J. *Using Neural Network Extraction for Credit-risk Evaluation*. IFORS 2005 (17th Triennial Conference of the International Federation of Operational Research Societies hosted by INFORMS), FB-20, 2005.

THOMAS, J. A.; SULSBACH, T. M.; HOFER, E.; ENGEL, W. A contabilidade nas empresas rurais para a obtenção de crédito nas instituições financeiras. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, v.8, n.14, p.39-58, 2009.

VESTENA, F. S.; NOVAES, A. L.; HALL, R. J.; CORRÊA, F. T. D. B. S.; LOPES, A. C. V. Análise da utilização de ferramentas contábeis e gerenciais de controle financeiro no ramo do agronegócio na região da Grande Dourados-MS. *INGEPRO – Inovação, gestão e produção*, v. 03, n. 1, pp. 30-42, jan. 2011.